

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FAFICH
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

PAULO ROBERTO DA SILVA JUNIOR

**O/A JOVEM CHAMADO/A *NEM NEM*: PRODUZINDO
QUESTIONAMENTOS A PARTIR DE PESQUISAS SOBRE
JUVENTUDE E DAS EXPERIÊNCIAS DE JOVENS POBRES.**

Belo Horizonte

2018

PAULO ROBERTO DA SILVA JUNIOR

**O/A JOVEM CHAMADO/A *NEM NEM*: PRODUZINDO
QUESTIONAMENTOS A PARTIR DE PESQUISAS SOBRE
JUVENTUDE E DAS EXPERIÊNCIAS DE JOVENS POBRES.**

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Doutor em Psicologia.

Área de concentração:

Psicologia Social

Linha de pesquisa:

Política, participação social e processos de identificação.

Orientadora:

Profa. Dra. Claudia Mayorga

Belo Horizonte

2018

150

S586jo

2018

Silva Junior, Paulo Roberto da.

O/A jovem chamado/a nem nem [manuscrito]:
produzindo questionamentos a partir de pesquisas
sobre juventude e das experiências de jovens
pobres/ Paulo Roberto da Silva Junior. - 2018.

180 f.

Orientadora: Claudia Andrea Mayorga Borges.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de
Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências
Humanas.

Inclui bibliografia

1.Psicologia – Teses. 2.Jovens - Teses
3.Trabalho - Teses. 4.Educação - Teses. I.
Mayorga, Claudia. II. Universidade Federal de
Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências
Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA



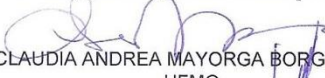
FOLHA DE APROVAÇÃO

O/a jovem chamado/a nem nem: produzindo questionamentos a partir de pesquisas sobre juventude e das experiências de jovens pobres.


PAULO ROBERTO DA SILVA JUNIOR

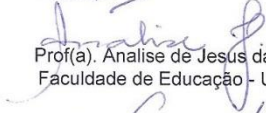
Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em PSICOLOGIA, como requisito para obtenção do grau de Doutor em PSICOLOGIA, área de concentração PSICOLOGIA SOCIAL, linha de pesquisa Política, Participação Social e Processos de Identificação.

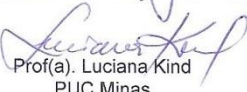
Aprovada em 28 de junho de 2018, pela banca constituída pelos membros:


Prof(a). CLAUDIA ANDREA MAYORGA BORGES - Orientador
UFMG

Prof(a). JAILEILA DE ARAÚJO MENEZES
Universidade Federal de Pernambuco


Prof(a). Ingrid Faria Gianordoli-Nascimento
UFMG


Prof(a). Analise de Jesus da Silva
Faculdade de Educação - UFMG


Prof(a). Luciana Kind
PUC Minas

Belo Horizonte, 28 de junho de 2018.

Dedico esta tese aos/às jovens pobres brasileiros/as, na expectativa que ela possa contribuir para a garantia e o exercício de seus direitos.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Paulo e Darci, pelo incentivo nos estudos e suporte em toda minha trajetória profissional e acadêmica. À minha irmã, Flávia, ao Luís Otávio e Caio, pela presença constante.

Ao Vinícius, que soube compreender as ausências, as fúrias e as angústias durante os anos de elaboração desta tese. Seu apoio, otimismo e dedicação foram fundamentais!

À minha orientadora Profa. Dra. Claudia Mayorga, pela sua inteligência, crítica e respeito pelo meu caminho acadêmico. Foram anos de conexões de saberes e aprendizados que marcaram minha trajetória!

Às professoras doutoras que aceitaram participar da minha banca de defesa e dividir a potência de seus conhecimentos: Jaileila de Araújo Menezes, Ingrid Faria Gianordoli-Nascimento, Analise de Jesus da Silva e Luciana Kind do Nascimento.

Às professoras e professores que contribuíram com a minha formação acadêmica, em especial, às professoras doutoras Lisandra Espíndula Moreira, Jaileila de Araújo Menezes, Karla Galvão Adrião, Juliana Peruchi, integrantes do Internúcleos Pesquisa-Intervenção.

Às/aos colegas do Núcleo Conexões de Saberes da UFMG: vocês são fonte de inspiração, resistência e aprendizados! Em especial, às colegas Luciana Souza e Geíse Pinheiro, com quem dividi mais intensamente tantas emoções no doutorado!

Às/aos demais colegas da pós-graduação, alunos/as, estagiários/as e professores/as da vida acadêmica com quem convivi e aprendi muitos ensinamentos. À colega Flaviane Oliveira pelos ensinamentos metodológicos.

A todos/as colegas e amigos/as que a vida me permitiu reunir ao longo desses anos. A presença, os olhos de admiração e o respeito de vocês contribuíram para a finalização desse trabalho.

Ao amigo Daniel Arruda, por ter me acolhido, escutado e incentivado em todos os momentos difíceis.

Aos/às familiares que torceram e me deram força na caminhada.

Ao Frederico/Negro F. e à Juthay, pelo apoio fundamental na realização do contato com os/às jovens.

Às/aos jovens que aceitaram compartilhar suas experiências de vida comigo.

A CAPES/Demanda Social, pelo apoio financeiro na pesquisa.

*No meu país um dia desses tem que chover
Chuva de paz e amor, um dia eu vou ver
O meu país tá precisando se resolver
Se vai olhar pro futuro ou envelhecer*

*Se vai cuidar da criançada ou vai mandar prender
Se vai ser bruto ou mandar flores pra surpreender
Se vai olhar naquele espelho e se reconhecer
Ladeira acima sem ter medo, lindo de morrer*

*Indo à luta pra vencer
Rindo, lindo de morrer
Hora de querer, hora de acertar
Hora de ser forte pra sobreviver*

*Igualdade pra sonhar
Quem não quer melhor viver
Hora de querer, hora de acertar
Hora de ser forte pra sobreviver*

*Quem não quer melhor viver
O povo tá querendo ver
Hora de querer, hora de acertar
Hora de ser forte pra sobreviver*

*Hora de querer, hora de acertar
Hora de ser forte pra sobreviver*

“No meu país”, composta e interpretada pela artista Zélia Ducan e Xande de Pilares.

RESUMO

Esta tese problematizou as noções sobre o/a chamado/a jovem *nem nem* a partir de pesquisas sobre juventude e das experiências de jovens pobres no Brasil. Os/as chamados/as jovens *nem nem* são os/as que nem estudam, nem trabalham, nem procuram emprego. Analisamos a construção do lugar de problema social para os/as jovens chamados/as *nem nem* e sua sustentação no tripé: o desconhecimento das experiências dos/as jovens pobres, uma espetacularização do fenômeno e a constituição de um conjunto de práticas para solucioná-lo. Realizamos uma análise lexical de universos semânticos sobre os/as chamados/as jovens *nem nem* em dezenove (19) documentos da Organização Internacional do Trabalho/OIT, usando como apoio o programa ALCESTE – Análise Lexical por Contexto de um Conjunto de Textos. A partir de uma pesquisa-intervenção, que contou com as contribuições teórico-metodológicas da psicologia social, realizamos entrevistas semiestruturadas e uma roda de conversa com quatorze jovens (14) moradores/as de duas favelas de Belo Horizonte. Problematicamos as noções que convidam a pensar os/as jovens ditos/as *nem nem* como sujeitos vulneráveis e como grupo de risco, sendo que as respostas construídas se direcionam ao investimento na subjetividade do/a jovem, contribuindo para reatualizar o mito dos/as jovens pobres como classe perigosa, sem, com isso, levar em consideração a reprodução social da nossa desigualdade. Analisamos como as microrrelações, as macropolíticas, os aspectos institucionais e culturais contribuem para a ausência dos/as jovens da escola e do trabalho, o que se contrapõe às noções de que os investimentos necessários para a resolução do problema construído devem se dirigir, exclusivamente, na dimensão individual. Destacamos, por fim, a construção do/a jovem nomeado/a *nem nem* como um simulacro dos/as jovens que tem seus direitos negados cotidianamente.

PALAVRAS-CHAVE: juventude pobre, jovens *nem nem*, educação, trabalho, pesquisa-intervenção.

ABSTRACT

The thesis problematized the notions about the so-called nem nem youngsters in researches about youth considering Brazil poor youngsters' experience. The so-called nem nem youngster consists in those who neither study, nor work, nor search for employment. We had analyzed the construction of the social issue status for the youngsters called nem nem and its sustentation in three parts: the unknowing of poor youngster's experiences, the glamorization of the phenomena and the constitution of a group of practices to solve it. We had accomplished a lexical analysis of semantic universes about the so-called nem nem youngsters in nineteen (19) documents of the International Work Organization/OIT, using as support the ALCESTE program. Based on an intervention-research that considered the methodic-theoretical contributions of social psychology we had accomplished half-structured interviews and a conversation with fourteen (14) young residents of two shantytowns in Belo Horizonte. We had problematized the notions that consider the thought of nem nem youngsters as vulnerable individuals and as a risk group, when the constructed answers are directed to subjectivity investment of the youngster, contributing to reenact the myth that poor youngsters are a dangerous class, not considering social reproduction of inequality. We had analyzed how micro-relations, the macro-politics, the institutional and cultural aspects contribute to the absence of the youngsters from school and work, which are opposed to the notions that needed investments to solve the built-up problem must come exclusively from individual dimension. As a conclusion, we mention that the nem nem youngster construction figures as a simulation of a youngster which has his/her rights denied daily.

KEY-WORDS: poor youth, nem nem youngsters, education, work, intervention-research.

LISTA DE SIGLAS

AFC	Análise Fatorial de Correspondência
ALCESTE	Análise Lexical por Contexto de um Conjunto de Textos
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CHA	Classificação Hierárquica Ascendente
CHD	Classificação Hierárquica Descendente
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEL	Instituto Euvaldo Lodi
NEET	Neither in employment nor in education or training
OECD	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização não governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PDF	Portable Document Format
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PREJAL	Projeto Promoção do Emprego Juvenil na América Latina
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI	Serviço Social da Indústria
UCE	Unidade de Contexto Elementar
UCI	Unidade de Contexto Inicial

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 Dendrograma da Classificação Hierárquica Descendente - 45
Informe Tendências Mundiais do Emprego Juvenil da
Organização Internacional do Trabalho/OIT.
- Figura 2 Dendrograma da Classificação Hierárquica Descendente - 49
Documento Trabalho Decente e Juventude da Organização
Internacional do Trabalho/OIT.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Informes Tendências Mundiais do Emprego Juvenil/OIT publicados entre os anos de 2004 e 2016.	30
Quadro 2	Informes Trabalho Decente e Juventude/OIT publicados entre os anos de 2004 e 2016.	31
Quadro 3	Informes Tendências Mundiais do Emprego Juvenil/OIT e Trabalho Decente e Juventude/OIT descartados na análise.	33
Quadro 4	Códigos utilizados e descrição das variáveis nas linhas de comando do corpus Tendências Mundiais do Emprego Juvenil.	37
Quadro 5	Linhas de comando das 8 UCI do corpus Tendências Mundiais do Emprego Juvenil.	38
Quadro 6	Códigos utilizados e descrição das variáveis nas linhas de comando do corpus Trabalho Decente e Juventude.	39
Quadro 7:	Linhas de comando das 11 UCI do corpus Trabalho Decente e Juventude.	40
Quadro 8	Divisão das UCE por classe no corpus Tendências Mundiais do Emprego Juvenil.	44
Quadro 9	Divisão das UCE por classe no corpus Trabalho Decente e Juventude.	48
Quadro 10	Dados dos/as jovens interlocutores/as.	61

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	METODOLOGIA	26
2.1	Análise lexical de documentos	29
2.1.1	Fonte de dados	30
2.1.2	Procedimentos de coleta de dados	33
2.1.3	Procedimentos de análise de dados	34
2.1.4	Resultados	43
2.1.4.1	Resultados Corpus Informe Tendências Mundiais do Emprego Juvenil	43
2.1.4.2	Resultados Corpus Informe Trabalho Decente e Juventude	47
2.2	Pesquisa-intervenção	52
2.2.1	Aproximações com o campo	55
2.2.2	Campo de pesquisa: Alto Vera Cruz e Morro das Pedras	56
2.2.3	Contato com os/as jovens	58
2.2.4	Entrevistas e roda de conversa com os/as jovens.	59
2.2.5	Dimensões ética e política	62
3	MANUSCRITO 1: Jovens nomeados/as <i>nem nem</i>: entre desconhecimento das experiências, espetacularização e intervenções.	64
4	MANUSCRITO 2: Entre afirmações e questionamentos: uma análise lexical sobre o/a jovem nomeado/a <i>nem nem</i> em documentos da Organização Internacional do Trabalho.	82
5	MANUSCRITO 3: A condição nomeada <i>nem nem</i>: conversações com jovens pobres.	117
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	151
7	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS GERAIS	162
8	APÊNDICE	171

1. INTRODUÇÃO

No contexto atual, determinados temas tem sido nomeados como problemas sociais, suscitando preocupações, questionamentos e a construção de saberes e práticas para melhor compreendê-los e intervir sobre eles, buscando-se apaziguar, com isso, as tensões e os conflitos sociais produzidos. Esta tese em psicologia social aborda um destes temas tomado com um problema social de grande mote: os/as chamados/as jovens que nem estudam, nem trabalham, nem procuram emprego. Estes/as jovens tem ocupado um lugar de destaque no meio acadêmico, na mídia, nas intervenções por parte do estado, das instituições e de outros atores sociais, todos estes buscando diferentes formas de melhor compreender este problema e atuar sobre ele.

A noção da juventude como uma etapa transitória na vida, dentro do marco das teorizações da sociologia da juventude, coexiste no cotidiano com as concepções romântica, moratória e culturalista sobre os/as jovens (Dayrell, 2003), sendo importante destacar que a forma como o/a jovem é socialmente compreendido/a influencia, terminantemente, na formulação das políticas públicas, as quais podem ser produtoras de novas representações numa relação de poder dialética. Nesse sentido, o poder se reconfigura a partir de novos saberes, expressando-se por meio de práticas sociais que produzem novos discursos e subjetividades, (Foucault, 1992), novas formas de nomear o/a jovem e deste/a identificar a si mesmo/a na vida cotidiana.

Na relação entre jovens e adultos, as instituições família, escola e mundo do trabalho podem ser pensadas, historicamente, como lócus privilegiados para a reprodução da ordem social (Spósito, 2005), o controle e o ajustamento das experiências juvenis para o que tem sido pautado como transição para a vida adulta. Tal noção de transição se inscreve dentro de uma perspectiva estrutural-funcionalista da juventude, no interior da qual esta se configura como uma etapa da vida onde se dá a complementação da socialização primária, iniciada na família, pela socialização secundária, marcada pela condução dos indivíduos aos valores, costumes e ritos das instituições sociais públicas (Groppo, 2017).

Apontamos que este debate sobre a transição para a vida adulta se inscreve num paradigma tradicional que compreende a infância, adolescência, juventude, maturidade e velhice como etapas que possuem suas determinações,

biopsicossociais, e que devem cumprir a objetivos específicos para a manutenção da ordem social. A juventude, nessa perspectiva tradicional, se configura como um período no qual se vivenciam experiências de saída do mundo familiar e escolar primário, para a sua inserção na escolarização secundária e no mundo do trabalho, estando as preocupações mais relacionadas ao vir a ser do/a jovem do que às suas experiências no cotidiano como sujeito social.

Esta transição seria marcada pelas experiências de terminar os estudos, inserir-se no mercado de trabalho, constituir uma família e sustentar a própria autonomia. Contudo, destacamos que estes processos, antes de sinalizarem o que é ser adulto em nossa sociedade, representam, eles mesmos, aspectos que denotam os modos de ser jovem no nosso contexto social (Caramano; Vianna; Pazinato & Kanso, 2003; Abramo, 2005). Mister desvincular a referência adultocêntrica que o termo transição para a vida adulta comporta, o qual indica o adulto como o ápice da racionalidade, responsabilidade, autonomia e cidadania no desenvolvimento do indivíduo. Discurso adultocêntrico, este, que cria o lugar do não adulto para os/as jovens (Mayorga, 2006).

Se o ápice da escolarização, a entrada no mundo do trabalho, a vivência da sexualidade, a saída da condição de filhos em direção à constituição da própria família são marcadores importantes da transição para a vida adulta, alguns grupos juvenis colocam em xeque esse modelo tradicional de transição (Itaboraí, 2015) e tem despertado a atenção da sociedade, sobretudo, quando esses/as jovens deixam de ser vistos/as como sujeitos de direitos para se transformarem em um problema social. A virtual crise das instituições família, escola e trabalho nos instiga a pensar, desse modo, quais as expectativas e caminhos de formação ética e moral dos/as jovens tem sido estabelecidos para sua inserção na sociedade dos adultos, bem como as análises produzidas quando alguns desses/as jovens rompem com o que está planejado. Dentre outros grupos possíveis, temos, assim, a geração canguru e a geração *nem nem* como antagonismos das experiências juvenis construídas diferencialmente a partir da interseccionalidade de raça, gênero, classe, geração, território. As experiências juvenis contemporâneas não podem ser analisadas, portanto, sem se compreender o entrelaçamento entre essas categorias e seus efeitos de saber/poder que sustentam as interações e as práticas sociais (Menezes; Colaço; Adrião, 2018).

A geração canguru (Itaboraí, 2015) é composta por aqueles/as jovens que estendem a coabitação com os pais, como efeito de mudanças estruturais - o aumento da escolarização e os entraves da inserção no mundo do trabalho, e culturais, relacionadas às diferentes concepções sobre família, maternidade/paternidade, conjugalidade e igualdade de gênero. A permanência na casa dos pais é favorecida, sobretudo, pela oportunidade de prolongar a escolarização, pelo adiamento da entrada no mercado de trabalho e pela vivência de uma maior autonomia das jovens, não todas, na escolha de não terem filhos/as. Observa-se, nesse sentido, que o entrelaçamento entre classe, raça e gênero possibilita a permanência mais prolongada dos homens jovens, das classes média e alta, com os pais. Estão em menor número na geração canguru as mulheres jovens e o grupo de jovens pobres, tornando-se estes, portanto, um problema social para o estado e grupos específicos da sociedade.

Jovens que estão fora da escola e do mercado de trabalho, e não participam de programas de treinamento para o trabalho, se constituíram como um objeto de preocupação em países como Inglaterra e Japão em meados da década de 1990, durante a crise de reestruturação produtiva capitalista. A sigla em inglês “NEET” (*neither in employment nor in education or training*) foi o conceito compartilhado nesses países para nomear esta condição dos/as jovens. No caso do Brasil a expressão *nem nem* é derivada do conceito *ni ni* – do espanhol *ni estudan ni trabajan* – socializado no contexto da América Latina, especialmente no México onde a produção sobre este tema tem sido bastante profícua (Benjet, Hernández-Montoya, Borges, Méndez, Medina-Mora & Aguilar-Gaxiola, 2012; Reyes-Terrón & Elizarrarás-Hernández, 2013; Aguila, Mejía, Pérez, Rivera, & Ramírez, 2015).

Para uma melhor compreensão do fenômeno nomeado *nem nem* no Brasil, realizamos uma revisão bibliográfica para compreender quando o termo surge pela primeira vez nos estudos sobre a juventude brasileira e seu desenvolvimento nos estudos/pesquisas no decorrer dos anos. No Apêndice 1 apresentamos um quadro síntese de revisão bibliográfica.

O desemprego juvenil pode ser compreendido, em ambos os contextos, internacional e brasileiro, como efeito da configuração da sociedade pós-industrial, ou sociedade da informação/sociedade informacional (Castells, 2000), marcada pela informação como matéria prima, a penetrabilidade das novas tecnologias, a flexibilização da produção, a lógica de redes e a convergência de novas tecnologias,

uma vez que os/as jovens, em algumas situações, são eliminados do mercado de trabalho em função das representações compartilhadas sobre eles/as como sujeitos imaturos/as e despreparados/as para assumir postos dentro de um sistema que privilegia as altas competências e habilidades, associadas muitas vezes ao universo adulto.

A partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2011 e usando como referência a população jovem de 19 a 24 anos, Monteiro (2013) apresenta que no Brasil a população jovem era de 19 milhões de indivíduos, sendo os/as chamados/as jovens *nem nem* 3,2 milhões, ou seja, 17% desse grupo¹. Destes/as jovens considerados/as inativos/as, contavam-se 830 mil homens (25% da população *nem nem*) e 2,4 milhões mulheres (75% da população *nem nem*). Destas jovens na condição nomeada *nem nem*, 30% delas não tinham filhos e 45% tinham pelo menos 1 filho. Em relação à escolarização, 28% do grupo de jovens tinha o Ensino fundamental incompleto, 22% o fundamental completo, 14% o médio incompleto, 17% o médio completo e 4% a educação superior. Em relação à renda, 55% dos/as jovens na dita condição *nem nem* moravam em domicílios com renda mensal per capita de até R\$ 330,00 reais. Ao contrário disso, apenas 8% em domicílios cuja renda familiar era maior que R\$ 825,00 reais per capita. A partir desses dados, a autora chega a algumas conclusões: a condição considerada *nem nem* é mais preponderante entre jovens com baixa escolaridade e de baixa renda, especialmente entre mulheres com filho/a; ter um/a filho/a de menos de 1 ano é o principal fator que explica porque as mulheres, especialmente as mais pobres, estão na condição *nem nem*; a inatividade tem crescido entre os homens e, especialmente, entre os menos escolarizados; os homens com menos anos de estudo estão encontrando cada vez mais dificuldades de se inserir no mercado de trabalho.

Além da apresentação dos dados estatísticos e algumas análises descritivas, em alguns estudos (Monteiro, 2013; Pardo, 2012) as análises apontam para preocupações que se reduzem ora a um viés economicista, aludindo que estes/as jovens podem ajudar a elevar as taxas de desemprego no Brasil e se tornarem dependentes do governo, ora destacando o aumento da probabilidade desses/as

¹ A autora apresenta dados referentes à população jovem de 19 a 24 anos, justificando-se o recorte pelo avanço dos níveis de escolarização no Brasil, sendo que grande parte dos/as jovens até 18 anos frequenta a escola.

jovens fazerem uso abusivo de álcool e outras drogas, de envolverem-se na criminalidade e das jovens engravidarem.

Na mídia brasileira, várias reportagens destacam a gravidez na adolescência como um fenômeno recorrente entre as jovens *nem nem*, bem como o seu envolvimento com jovens que, também, vivenciam a mesma situação de não estudar e não trabalhar, sendo alguns deles envolvidos com o tráfico de drogas. Reforçam-se, nesse sentido, os estereótipos que associam juventude, pobreza, ociosidade, criminalidade e violência no caso dos jovens (Coimbra, 2001; Galinkin, Almeida & Anchieta, 2012; Koury, 2011; Santos, Aléssio & Silva 2009). Questionamo-nos, deste modo, sobre as articulações entre a produção das crianças e jovens perigosos/as no cenário brasileiro (Coimbra & Nascimento, 2009), os projetos de eliminação voltados para os mesmos, e a reatualização dessa noção de classe perigosa, agora nomeada como juventude *nem nem*.

Um ator importante na produção e publicização de pesquisas sobre as relações entre juventude, trabalho e educação, com destaque para situação dos/as chamados/as jovens *nem nem*, é a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Essas publicações têm orientado, nesse sentido, tanto o debate acadêmico brasileiro sobre este tema quanto às notícias veiculadas na mídia e algumas propostas de intervenção.

A OIT surgiu em 1919 após o fim da Primeira Guerra Mundial e como parte do Tratado de Versalhes, a partir de uma preocupação global de se garantir um trabalho digno a todos e todas. Em 1946 ela se torna uma das agências especializadas da Organização das Nações Unidas – ONU, sendo sua responsabilidade a formulação e aplicação de convenções e recomendações internacionais do trabalho. No Brasil, a Organização Internacional do Trabalho tem representação desde 1950, contribuindo para a definição de políticas e legislações trabalhistas brasileiras. Uma das ações realizadas pela OIT é a publicação de pesquisas sobre o mundo do trabalho, reconhecida mundialmente como uma fonte autorizada de informação estatística.

No campo da juventude, duas publicações da OIT têm sido, frequentemente, referenciadas tanto pelas matérias jornalísticas quanto pelos trabalhos acadêmicos ao tratarem do tema dos/as designados/as jovens *nem nem*. O documento Tendências Mundiais do Emprego Juvenil é produzido pela Oficina Internacional do Trabalho, com sede em Genebra/Suíça, e centra-se no cenário mundial. Já o

documento Trabalho Decente e Juventude, produzido pela Oficina Regional para América Latina e Caribe, com sede em Lima/Peru, e pelo Projeto Promoção do Emprego Juvenil na América Latina, focaliza a região da América Latina e Caribe. A juventude considerada *nem nem* é um dos vários assuntos tratados por essas publicações e não o tema central de nenhuma delas

O problema de pesquisa dessa tese se desenha, portanto, a partir do contato com várias matérias jornalísticas durante o ano de 2013 e anos subsequentes, que abordavam o tema da juventude *nem nem* como um grande problema social no Brasil e no mundo. Através dessas matérias chegamos a alguns desses estudos estatísticos realizados, os quais convidavam a pensar o conhecimento produzido e disponibilizado como um espelhamento da realidade vivenciada por esses jovens, proposta defendida pelo representacionismo (Ibáñez, 1993). Ao contrário dessa visão, compreendemos essa noção *nem nem* como uma construção social, que a partir do momento que é experimentada como verdade absoluta constrói formas de ser e viver, a partir dos discursos produzidos. Assim, um dos nossos exercícios ao longo da tese foi o de problematizar e questionar essa noção, recusando tratar essa experiência como uma identidade fixa dos jovens, e, por isso, apresentar os achados de uma pesquisa sobre o que se nomeia como jovem *nem nem* e não com jovens *nem nem*.

Tomar essa noção como uma construção social, bem como compreender seus efeitos no cotidiano dos sujeitos jovens, se realiza a partir, também, de alguns dilemas colocados na definição de quem são e quantos são os/as chamados *nem nem*.

A primeira dificuldade consiste na definição da faixa etária dos ditos/as jovens *nem nem*, o que faz variar sobremaneira o valor absoluto de jovens considerados/as nesta situação. Os recortes utilizados variam entre as pesquisas e os objetivos traçados por elas, no entanto, parece haver um consenso entorno do recorte da faixa etária entre 18 e 29 anos, pois se pressupõe que até os 18 anos grande parte dos/as jovens ainda se encontra no período final de sua formação escolar básica. A segunda dificuldade consiste na definição do que é a chamada experiência *nem nem*, ou seja, o que definimos como inatividade ou ociosidade, conforme destacamos abaixo:

“Por exemplo, aqueles jovens que não estudam nem trabalham, mas estão disponíveis para o mercado de trabalho (uma vez que buscam trabalho ativamente) devem ser incluídos? E quanto àqueles que não estudam nem trabalham por estarem tomando conta de filhos, pessoas idosas ou doentes? Outros ainda, especialmente no caso das mulheres, dedicam-se a afazeres domésticos apenas ou se retiram temporariamente do mercado de trabalho ou do sistema educacional por estarem em período de gestação. Há ainda os que se dedicam ao desenvolvimento de talentos artísticos ou esportivos que não envolvem, pelo menos por algum tempo, vínculos com os sistemas formais de educação e o mercado de trabalho. Há jovens que podem ser encontrados engajados em atividades de caráter filantrópico em entidades religiosas, igrejas, ONGs, organizações civis, ou de natureza política, em partidos políticos, movimentos sociais, associações de bairros etc. Há ainda o caso de jovens que estariam em fase de transição entre escola e trabalho durante a qual receberiam apoio dos pais sem que estejam engajados em atividades laborais ou educativas formais (e.g. viagens de intercâmbio cultural, temporada com parentes em outra cidade/país, voluntariado). Esses exemplos mostram que há situações de não vínculo ao mercado de trabalho ou ao sistema formal de educação como medidos pelas pesquisas domiciliares que, no entanto, não caracterizaram ociosidade ou inatividade do jovem que pudesse ser objeto de preocupação do Poder Público. Pelo contrário, representam formas de engajamento social diversas, formativas e que contribuem para o fortalecimento do tecido social. Há também pessoas com deficiências físicas ou doenças incapacitantes para o trabalho que devem ser assistidas pelos sistemas de proteção social e saúde e que podem permanecer temporariamente ou permanentemente fora mercado de trabalho e do sistema educacional. Há, por outro lado, situações dos jovens que, estando fora do mercado de trabalho e do sistema educacional, podem estar sob risco (ou já engajados) em atividades socialmente indesejáveis como “gangs”, organizações criminosas, e consumo de drogas; ou simplesmente vivendo em ociosidade não produtiva, com baixo nível de expectativas, podendo cair em depressão e desencanto com o seu próprio futuro.” (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2013, p. 3-4)

O terceiro dilema consiste no elemento temporal: quanto tempo o/a jovem deve estar nesta situação para que seja classificado de tal forma? As pesquisas realizadas utilizam critérios de medição que avaliam o comportamento dos sujeitos durante uma semana em específico, o qual pode ser mudado na semana seguinte. Como veremos nos artigos, alguns estudos mostram que esta condição é temporária (Menezes Filho; Cabanas & Komatsu, 2013). Por fim, o quarto dilema diz respeito à tendência de considerar o grupo de jovens definidos/as *nem nem* como homogêneo, uma vez que em sua grande maioria estes/as jovens pertence às classes pobres da sociedade brasileira, o que pode conduzir a análises e proposição de alternativas que reduzem as diferenças e ampliam os estereótipos e preconceitos.

Se por um lado temos um conjunto de pesquisas e matérias jornalísticas que alardeiam o problema da geração *nem nem*, por outro temos uma escassez de trabalhos que convidem os/as jovens a falar sobre suas experiências de trabalho e estudo, e de como elas se aproximam ou não do que se apresenta como uma verdade sobre suas vidas. Tomando como referência nossa revisão bibliográfica entre os anos 2006 e 2017, com exceção do estudo realizado por Paulino (2016), que inseriu 2 questões abertas em um questionário de coleta de dados para os/as

jovens falarem sobre suas experiências de ociosidade, os demais estudos que abordam esse grupo em questão pautam-se em análises quantitativas a partir de dados coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou por instituições internacionais, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Este é, portanto, o contexto no qual se desenvolveu a pesquisa aqui relatada: um conjunto de pesquisas e informes que apontam o crescente número de jovens chamados *nem nem* no Brasil e em outros países do mundo; uma repercussão espetacularizada desses dados pela mídia; a constituição de um campo de intervenção social (Tommasi, 2010), no qual diversos atores buscam intervir nas carências e na violência em potencial desses/as jovens, especialmente os homens; e um desconhecimento das experiências de vida e práticas sociais de jovens moradores/as de periferia, os quais muitas vezes são nomeados/as *nem nem*, mas que constroem repertórios de vida que podem tanto desconstruir esta noção inventada quanto afirmá-la, com nuances muito diferentes do que aquelas veiculadas pelos discursos moralizantes.

Isto posto, o objetivo geral dessa pesquisa foi problematizar as noções sobre o/a chamado/a jovem *nem nem* a partir de pesquisas de juventude e das experiências de jovens pobres no Brasil. Esse exercício se realiza a partir de um posicionamento crítico e questionador em relação à construção dos conhecimentos socialmente disponibilizados e seus efeitos sobre os sujeitos e a sociedade.

Construímos nossa pesquisa alicerçada no tripé teoria, prática e compromisso social da psicologia social, e dos seus diálogos com o feminismo e a etnografia. O compromisso ético e político na produção do conhecimento (Montero, 2004) nos orientaram na escolha de teorias, técnicas e procedimentos que levassem em consideração a articulação de categorias sociais e as possibilidades de interpretação das relações de opressão (Mayorga, 2014), fugindo, nesse sentido, de respostas que encerrem as causas e as soluções apontadas estritamente na dinâmica psicológica do sujeito ou na dimensão social, como se essas se configurassem apartadas uma da outra.

Fizemos a escolha de tomar como objeto de reflexão e interação os/as jovens pobres, pois são a eles/as que a noção *nem nem* faz referência. A escolha pela nomeação jovens pobres ao longo da tese configura-se como um posicionamento de compromisso da psicologia social com a pobreza no Brasil, que compreende a sua (re)produção a partir de aspectos não estritamente financeiros, mas morais, políticos

e simbólicos (Souza, 2006). Essa compreensão nos coloca, portanto, diante do desafio de lidar com experiências dos/as jovens com quem dialogamos, como que marcadas pelas desigualdades sociais, sem patologizar ou psicologizar as mesmas (Guzzo, 2016). Assim, nos questionamos em que medida a ausência dos/as jovens da escola e do trabalho, encerrada na definição *nem nem*, deve ser compreendida, portanto, como um problema estrutural (Cardoso, 2013).

Nosso compromisso com a abordagem psicossocial das experiências, a ética na produção do conhecimento, e o interesse de que este possa contribuir para a transformação da vida dos/as envolvidos/as, necessitou, portanto, de uma metodologia que levasse em consideração a problematização das opressões em nome de uma práxis libertadora.

Escolhemos, desse modo, trabalhar com uma análise lexical de universos semânticos sobre os/as chamados/as jovens *nem nem* em documentos da Organização Internacional do Trabalho/OIT, usando como apoio o programa ALCESTE - Análise Lexical por Contexto de um Conjunto de Textos. Em seguida propusemos compreender as experiências de quatorze jovens moradores/as de duas favelas de Belo Horizonte no que elas referenciam e problematizam as inserções e ausências no trabalho e na escola, através de uma pesquisa-intervenção, usando como técnicas a entrevista e a roda de conversa. Assim, apostamos na escolha desses procedimentos como forma de compreender as noções compartilhadas sobre o/a chamado/a jovem *nem nem*, bem como seus efeitos, e as experiências de vida de jovens pobres no que elas referenciam e problematizam suas presenças/ausências no trabalho e na escola.

Este estudo se justifica na linha de pesquisa Política, Participação Social e Processos de Identificação, da área de concentração em Psicologia Social, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais, uma vez que ele parte das contribuições da Psicologia Social em seus pressupostos teóricos – a interação dialética entre indivíduo e sociedade (Mead, 1993) na constituição das experiências sociais dos indivíduos, e em seus pressupostos metodológicos – a interação dialética entre pesquisador/a e sujeito de pesquisa na produção do conhecimento (Mayorga, Marcal, Silva Junior, Freitas & Lino, 2013). Justifica-se, também, por questionar a produção, e propor transformações, dos lugares sociais de subordinação, invisibilidade e exclusão social que são construídos para determinados sujeitos na sociedade, no caso em

específico, para os/as jovens pobres, transformados/as em um campo de intervenção social por parte do estado e de outros atores, a fim de conduzi-los/as a um modo específico de vida.

No Capítulo Metodológico discutimos aspectos epistemológicos, teóricos e metodológicos acerca da pesquisa social em psicologia social, em seu diálogo com a pesquisa documental, o feminismo e a etnografia. Faremos a apresentação do programa ALCESTE, da coleta dos dados documentais e dos principais resultados construídos a partir da análise do *software*. Em relação à pesquisa-intervenção, discutimos a interdisciplinaridade da psicologia e a produção do conhecimento por meio da interação pesquisador/a-interlocutor/a de pesquisa. Apresentaremos os territórios onde moram os/as quatorze jovens interlocutores/as, a realização das entrevistas e da roda de conversa, e nossas preocupações éticas e políticas na produção do conhecimento.

No Manuscrito 1² – Jovens nomeados/as *nem nem*: entre desconhecimento das experiências, espetacularização e intervenções, realizamos uma discussão teórica acerca da construção dos/as jovens chamados/as *nem nem* como um problema social no contexto brasileiro, e como essa construção é sustentada pelo desconhecimento das experiências dos/as jovens pobres, por uma espetacularização do fenômeno e pela constituição de um conjunto de práticas para solucioná-lo. Analisamos nesse manuscrito os incômodos produzidos na sociedade pelo problema nomeado *nem nem* e buscaremos aprofundar algumas lacunas e questionamentos apontados nele nos manuscritos subsequentes.

No Manuscrito 2 – Entre afirmações e questionamentos: uma análise lexical sobre o/a jovem nomeado/a *nem nem* em documentos da Organização Internacional do Trabalho, buscamos apresentar os principais núcleos de sentido compartilhados pelos documentos, com a ajuda do programa ALCESTE, e seus efeitos sociais enquanto construções sociais que orientam determinadas práticas sobre os jovens. A partir de uma discussão que levou em consideração a articulação entre as categoriais sociais na produção das desigualdades, analisamos que as noções nos convidam a pensar os/as jovens chamados/as *nem nem* como grupo vulnerável e de

² O Regulamento de Curso do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais, no Parágrafo 2 do Artigo 68, autoriza que a tese seja elaborada sob a forma de um volume contendo: 1. uma apresentação sucinta; 2. três artigos científicos: um sobre a revisão da literatura referente ao tema pesquisado ou sobre a metodologia empregada, e dois sobre os resultados obtidos no desenvolvimento da pesquisa, estando os três artigos de acordo com as normas de determinada revista científica de reconhecida qualidade.

risco, sendo as principais respostas no âmbito individual, sem levar em consideração aspectos sociais que reproduzem a nossa desigualdade.

No Manuscrito 3 – A condição nomeada *nem nem*: conversações com jovens pobres, a partir de uma abordagem psicossocial das experiências dos/as jovens, analisamos o atravessamento dessas por questões macroestruturais, institucionais e culturais, e como elas contribuem para a ausência desses/as da escola e do trabalho. Também destacamos que a construção do/a jovem nomeado/a *nem nem* se faz como um simulacro dos/as jovens que tem seus direitos negados cotidianamente.

Nas Considerações Finais faremos amarrações entre os resultados e as análises produzidas nos três manuscritos, bem como apontamentos que possam contribuir politicamente para a transformação do nosso contexto social.

2. METODOLOGIA

O interesse de compreender as noções compartilhadas sobre o/a chamado/a jovem *nem nem*, bem como seus efeitos, se construiu dentro de um campo-tema que articula os estudos sobre juventude, especialmente sobre os/as jovens pobres; o contato com notícias sobre o grupo nomeado como jovens *nem nem* na mídia; a análise de estudos e pesquisas sobre juventude, trabalho e educação; e o interesse em dialogar com jovens moradores/as de favelas/periferias sobre suas experiências de vida e acerca do que elas podem problematizar suas presenças/ausências no trabalho e na escola. Como representações sociais, as noções compartilhadas permitem nomear e classificar a realidade, se reveste de poder explicativo do mundo e de si mesmo, ganham efeitos de verdade, são capazes de forjar modos de ser e viver, e orientam os sujeitos na construção de suas ações na vida cotidiana (Guareschi, 2008; Jodelet, 2001). Contudo, essas noções não emergem naturalmente na consciência dos sujeitos, tampouco, são irredutíveis a transformações.

Baseados/as em uma perspectiva interacionista (Mead, 1993; Ibáñez, 1993), na qual a relação dialética entre indivíduo e sociedade possibilita a inserção do sujeito em um mundo social e historicamente construído, compreendemos que a sua inserção não se faz, de maneira alguma, de forma passiva, pois, ao mesmo tempo em que ele incorpora sentidos, significados e práticas socialmente construídas, também reage, transforma e cria novas interpretações sobre a realidade. Dessa forma, problematizar as definições construídas, e seus efeitos práticos no cotidiano, sobre o que vem se chamando jovem *nem nem* pode contribuir para a construção de outras identidades e propostas de intervenção, orientadas por uma compreensão crítica dos efeitos da articulação entre as nossas múltiplas desigualdades, abandonando-se, para isso, o individualismo e a psicologização das questões sociais como marcas históricas do nosso projeto de modernidade.

A partir dos questionamentos apresentados, o objetivo geral da pesquisa foi o de problematizar as noções sobre o/a chamado/a jovem *nem nem* a partir de pesquisas sobre juventude e das experiências de jovens pobres no Brasil. Esse exercício se realizou a partir de um posicionamento crítico e questionador em relação à construção dos conhecimentos socialmente disponibilizados e seus efeitos sobre os sujeitos e a sociedade.

Como objetivos específicos, esta pesquisa pretendeu:

- 1) Identificar e analisar nas pesquisas sobre juventude os núcleos de sentido compartilhados sobre o/a nomeado/a jovem *nem nem*;
- 2) Compreender as experiências de vida de jovens pobres no que elas referenciam à chamada condição *nem nem*, com foco na articulação entre as questões relacionadas à classe social, raça, gênero, sexualidade, geração e território;
- 3) Analisar os efeitos da noção *nem nem* na formulação das propostas de intervenção voltadas para o campo da juventude pobre;

Propomos, dessa forma, um diálogo entre diferentes fontes de informação, documentais e experiências dos sujeitos, para construir um posicionamento sobre essas noções construídas, seus efeitos e suas relações com a vida cotidiana de jovens pobres que, muito facilmente, são enquadrados nessa identificação *nem nem*.

A escolha pelos métodos de pesquisa deu-se pela adesão a uma pesquisa em psicologia social participativa e libertadora, que busca negar os mitos da ciência clássica, tais como: a universalidade do conhecimento; a neutralidade valorativa; o equilíbrio e a ordem como qualidades imprescindíveis; a separação sujeito/objeto; a história como progresso universal, unilateral e inevitável; a recuperação do todo por meio das partes; e a superioridade da ciência como forma de conhecimento da realidade (Prieto, 2003 citada por Cidade, Silva & Ximenes, 2016). A pesquisa social configura-se, nesse sentido, como um processo de envolvimento entre pesquisador/a-interlocutor/a e a inclusão desse/a no processo de construção do conhecimento, mas que pode fazer uso de outros procedimentos de pesquisa, como a pesquisa documental, que visem responder à complexidade do problema de pesquisa.

O método não deve preceder o problema de pesquisa, como caso de estudos que são estruturados em função das técnicas de pesquisa. Ele deve ser compreendido como instrumento para alcançar um fim, a partir das dimensões epistemológicas da pesquisa e ontológica do objeto do conhecimento, devendo servir a esse, e não o contrário (Montero, 2006). A complementariedade dos diferentes métodos se faz necessária, desse modo, diante da complexidade do fenômeno escolhido como objeto de estudo, resguardando a dimensão ética na produção do conhecimento e se preocupando pelos seus efeitos políticos.

Escolhemos, desse modo, trabalhar com uma análise lexical de universos semânticos em documentos, por meio do uso do programa Análise Lexical por Contexto de um Conjunto de Textos - ALCESTE -, e com a compreensão das experiências de jovens pobres, através de uma pesquisa-intervenção, usando como técnicas a entrevista e a roda de conversa.

2.1 Análise lexical de documentos

A pesquisa documental tem como objetivo extrair informações de um determinado documento seja textual ou não, utilizando-se de técnicas para o seu manuseio, estabelecimento de categorias, análise dessas categorias e construção de sínteses, no intuito de ampliar o entendimento sobre temas, objetos e fenômenos que necessitam de contextualização histórica e sociocultural (Sá-Silva, Almeida & Guindani, 2009). A análise documental permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social, posto que o documento se define como qualquer tipo de informação fixa em um suporte, servindo como testemunho ou vestígio do passado.

Na pesquisa documental o trabalho é o de encontrar as informações úteis para o estudo que será realizado e, posteriormente, analisá-las. Para realizá-la é vital compreender o contexto de produção do documento: em qual contexto social, histórico e político o documento foi produzido?; os/as autores/autoras do documento: identificar quem escreve o documento, seja pesquisadores ou órgãos oficiais, seus interesses e motivos; a autenticidade e confiabilidade do documento: quem produziu o documento é confiável? Utilizou quais técnicas para coletar as informações?; qual a natureza do documento: jurídica, teológica, psicológica, médica, econômica?; os conceitos-chave e a lógica interna do documento: identificar os principais conceitos e analisar a sua importância; e a forma como os argumentos foram desenvolvidos e as principais argumentações realizadas (Sá-Silva, Almeida & Guindani, 2009). Esse conjunto de informações possibilita um conhecimento preliminar dos documentos, o qual deverá ser colocado em interlocução com os resultados encontrados a partir das técnicas escolhidas para o tratamento do material.

2.1.1 Fonte de dados

O banco de dados que compõe esta etapa da pesquisa é formado por fragmentos de textos que abordam o tema dos/as jovens *nem nem* em dois documentos publicados pela Organização Internacional do Trabalho/OIT, entre os anos de 2004 e 2016: o informe Tendências Mundiais do Emprego Juvenil e o informe Trabalho Decente e Juventude. Para compilação dos documentos, foram realizadas exaustivas buscas nas páginas eletrônicas da OIT, especificamente, nas seções que hospedam produções elaboradas pelas múltiplas agências sob sua coordenação. Todos os documentos encontrados estavam em formato PDF (Portable Document Format).

A partir do compromisso de coordenar e oferecer orientação técnica sobre o emprego dos/as jovens, foi publicado em 2004 a primeira edição do informe Tendências Mundiais do Emprego Juvenil, produzido pela Oficina Internacional do Trabalho da OIT, com sede em Genebra/Suíça. O objetivo do informe, desde então, tem sido o de contribuir para uma melhor compreensão dos problemas vivenciados pelos/as jovens nos mercados de trabalho e apontar as tendências do mercado de trabalho juvenil a nível mundial. Este informe apresenta e analisa, dessa forma, temas como: taxas de emprego, desemprego, inatividade e escolarização juvenil; qualidade do trabalho juvenil; vulnerabilidade e situação de risco dos/as jovens; transição entre escola e trabalho; trabalho infantil; impactos da pobreza no trabalho juvenil; políticas de promoção do trabalho decente juvenil. Entre 2004 e 2016 foram publicados os seguintes informes, conforme o Quadro 1:

2004	Tendencias Mundiales del Empleo Juvenil.
2006	Tendencias Mundiales del Empleo Juvenil.
2008	Tendencias Mundiales del Empleo Juvenil.
2010	Tendencias Mundiales del Empleo Juvenil. Edición especial sobre las repercusiones de la crisis económica mundial en los jóvenes.
2011	Tendencias Mundiales del Empleo Juvenil: actualización a 2011.
2012	Tendencias Mundiales del Empleo Juvenil. Resumen Ejecutivo.
2012	Global Employment Trends for Youth.

2013	Tendencias Mundiales del Empleo Juvenil. Una generación en peligro.
2015	Tendencias Mundiales del Empleo Juvenil: promover la inversión en empleos decentes para los jóvenes.
2016	Perspectivas Sociales y del Empleo en el Mundo: Tendencias entre los jóvenes.

Quadro 1: Informes Tendências Mundiais do Emprego Juvenil/OIT publicados entre os anos de 2004 e 2016.

Como não existe versão em português para este informe, priorizamos a versão em espanhol, por esta língua ser mais próxima do nosso idioma e por facilitar, um pouco mais, a compreensão por parte dos leitores. Dos dez informes encontrados, apenas um deles não foi publicado, também, em espanhol e, por isso, mantivemos a versão em inglês, cujos trechos selecionados foram traduzidos posteriormente para o espanhol.

O informe Trabalho Decente e Juventude foi publicado pela primeira vez em 2007 e sua edição tem estado sob a responsabilidade da Oficina Regional da OIT para a América Latina e Caribe e do Projeto Promoção do Emprego Juvenil na América Latina/PREJAL. Este projeto foi coordenado em parceria pelo governo espanhol e por um grupo de empresas espanholas, que no período entre 2005 e 2010 buscou contribuir para a promoção do emprego juvenil na América Latina, mediante o compromisso de governos, empresários, trabalhadores e organizações juvenis, nos seguintes países: México, República Dominicana, Honduras, Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e Peru. Foram publicados 15 informes entre 2007 e 2016, sendo que 09 deles tratam do contexto latino-americano e os outros 06 focalizam países/regiões diferentes, como pode ser observado no Quadro 2:

2007	Trabajo Decente y Juventud. América Latina. Resumen Ejecutivo.
2007	Trabajo Decente y Juventud. América Latina. Documentos de Base Volumen 1.
2007	Trabajo Decente y Juventud. América Latina. Documentos de Base Volumen 2.
2007	Trabajo Decente y Juventud. América Latina.
2007	Trabajo Decente y Juventud. México.

2007	Trabajo Decente y Juventud. Peru.
2007	Trabajo Decente y Juventud. Chile.
2007	Trabajo Decente y Juventud. Argentina.
2008	Juventud y trabajo decente y las vinculaciones entre trabajo infantil y empleo juvenil. Centroamérica, Panamá y República Dominicana, San José.
2009	Trabajo Decente y Juventud. Brasil.
2010	Trabajo Decente y Juventud. América Latina. Avance febrero 2010.
2010	Trabajo Decente y Juventud. América Latina. Avances y propuestas.
2010	Trabajo Decente y Juventud. América Latina.
2013	Trabajo Decente y Juventud. América Latina. Políticas para la acción.
2015	Trabajo Decente y Juventud. Fuentes de información OIT.

Quadro 2: Informes Trabalho Decente e Juventude/OIT publicados entre os anos de 2004 e 2016.

O informe Trabalho Decente e Juventude, também, focaliza taxas, tendências e desafios do mercado de trabalho juvenil nos países latino-americanos, com destaque para a situação do trabalho informal e do trabalho rural, bastante presentes na região. Também foram priorizadas as publicações em espanhol, no intuito de uniformizar o banco de dados.

A escolha por trabalhar com os dois informes relaciona-se com o interesse de perceber as possíveis nuances na forma como os documentos abordam os/as jovens chamados/as *nem nem* no nível mundial e quando isso se dá no âmbito local, no caso do cenário latino-americano. Perceber, assim sendo, quais conteúdos linguísticos estão mais próximos em um e noutro contexto, quais problemas e soluções são construídos nos dois âmbitos, se possui divergências entre eles ou se apresentam de forma mais análoga.

Relativamente ao público alvo dos informes, eles visam abranger governos e instituições públicas, organizações empresariais, atores da sociedade civil e coletivos juvenis, pautando o compromisso de proporcionar trabalho decente ao maior número de jovens, de modo que estes/as possam se desenvolver e contribuir para o desenvolvimento de seus países. Consequentemente, esses informes são absorvidos pela mídia e fragmentos dos dados compilados passam a circular em jornais, revistas, programas de rádio e televisão, produzindo sincronicamente efeitos

variados, desde uma perspectiva que busca causas e efeitos em uma perspectiva macrossocial, incluindo sujeito e sociedade, até pontos de vista individualizantes, responsabilizando os/as jovens tanto pela entrada na situação *nem nem* quanto pela sua saída.

2.1.2 Procedimentos de coleta de dados

Consoante com o que foi exposto anteriormente, os informes escolhidos para a pesquisa tratam de diversos conteúdos relacionados ao mercado de trabalho e emprego juvenil, sendo um deles a situação de não estudar, não trabalhar e não procurar emprego. A primeira etapa da coleta de dados foi, portanto, a de ler todos os informes e selecionar os fragmentos nos quais havia referência ao objeto de estudo da pesquisa. Nas publicações foi identificada a utilização das siglas NEET - neither in employment nor in education or training, NI NI – do espanhol ni estudan ni trabajan, e NENT – ni estudia ni trabaja. Não obstante, na grande maioria dos trechos selecionados a referência ao objeto de estudo ocorreu mediante expressões como “no estudia ni trabaja”, “ni trabaja ni estudia”, “no estudia no busca trabajo”, “no estudia ni quiere trabajar”. Isso evidencia a relevância de não ter limitado a busca às siglas, correndo-se o risco de desperdiçar um enorme conjunto de trechos potencialmente analisáveis.

Após a leitura dos informes, os documentos abaixo foram descartados por não conterem trechos relativos aos/às jovens ditos/as *nem nem*, conforme o Quadro 3:

2011	Tendencias Mundiales del Empleo Juvenil: actualización a 2011.
2012	Tendencias Mundiales del Empleo Juvenil. Resumen Ejecutivo.
2007	América Latina. Resumen Ejecutivo.
2007	América Latina. Documentos de Base Volumen 1.
2007	América Latina. Documentos de Base Volumen 2.
2015	Trabajo Decente y Juventud. Fuentes de información OIT.

Quadro 3: Informes Tendências Mundiais do Emprego Juvenil/OIT e Trabalho Decente e Juventude/OIT descartados na análise.

Em todos os segmentos de texto selecionados foi utilizado como referência de recorte o fim do parágrafo. Em algumas situações, seções inteiras foram destacadas dos documentos, em outras, apenas trechos curtos, respeitado sempre a condição de o conteúdo fazer referência aos/às jovens nomeados/as *nem nem*. Gráficos e tabelas foram excluídos da seleção por não trazem informações lexicalmente importantes.

O material selecionado foi ordenado em uma ficha de organização, no formato Excel, com as seguintes informações: ano de publicação, título e agência que editou o informe. Os fragmentos selecionados foram transformados do formato PDF (Portable Document Format) para o formato de texto editável, conforme exigência do *software* escolhido para a análise dos dados. Foram realizadas exaustivas verificações para garantir a conversão correta das informações entre os dois formatos de arquivo.

2.1.3 Procedimentos de análise de dados

O banco de dados, contendo os segmentos de texto extraídos dos informes, foi submetido à análise de dados textuais, cujo objetivo é o de tratar estatisticamente um texto e descobrir a informação básica contida nele (Oliveira, Gomes & Marques, 2005). Para esta estatística textual foi utilizado o programa - Análise Lexical por Contexto de um Conjunto de Segmentos de Texto - ALCESTE, desenvolvido em 1979 por Max Reinert e introduzido no Brasil em 1998, que combina diversos procedimentos estatísticos para a exploração de grandes volumes de textos com coerência temática. O ALCESTE efetua cálculos sobre coocorrências de palavras em segmentos de textos, permitindo relacionar o uso de um vocabulário linguístico específico com formas particulares de pensar sobre um determinado objeto (Kronberguer & Wagner, 2002). Ao apresentar classes de palavras como um dos resultados do processo de análise lexical, o ALCESTE visa mostrar uma intenção de sentido do sujeito enunciador do discurso. A construção desse sentido por parte do/a pesquisador/a se estabelece a partir das relações apresentadas pelo software de forma objetiva e não coincidentemente, que supostamente existiam no material analisado (Pedrosa & Nascimento, 2015).

O ALCESTE é um método informatizado para análise de textos, que apresenta um fundamento teórico que o sustenta (Alba, 2004). Na perspectiva dessa

autora, o ALCESTE parte do pressuposto que a concatenação de palavras compõe um discurso determinado, expressando um sistema de mundos lexicais composto por ideias, palavras e enunciados. Os mundos lexicais são identificados a partir da redundância da sucessão de palavras, da coocorrência ou presença simultânea de palavras em um discurso. Este programa visa, desse modo, estudar a organização e a distribuição estatística das palavras coocorrentes em um texto, daquelas que andam juntas numa frase, colocando em evidência os mundos lexicais mais usuais do/a enunciador/a. Cabe destacar que os mundos lexicais se constroem e se entranham nas experiências individuais e sociais dos sujeitos, nas formas tradicionais e científicas de produção de conhecimento de uma sociedade (Oliveira, Gianordoli-Nascimento, Santos & Freitas, 2015).

O vocabulário escolhido pelo/a enunciador/a carrega uma intenção e a organização tópica dos mundos lexicais expressos por ele possibilita compreender suas formas de pensar sobre um determinado objeto. A escolha desse vocabulário localiza, dessa forma, cada enunciador/a em um lugar de fala diferente, uma posição particular da qual vê e interpreta o mundo, definindo seu posicionamento e os mundos lexicais que evoca em oposição aos de outro/a enunciador/a. Respalgado nesses pressupostos, o ALCESTE é considerado uma metodologia de exploração e análise de dados e não apenas uma técnica (Kronberguer & Wagner, 2008).

O ALCESTE fornece, como um dos seus resultados, uma classificação do vocabulário em classes lexicais e as relações que se estabelecem entre elas, porém, o sentido e o significado das classes dependem única e exclusivamente do trabalho de interpretação teórica e analítica do pesquisador. Sendo assim, o programa fornece apenas bons indicadores de núcleos de sentido (Oliveira, Gomes & Marques, 2005), pois ele evidencia os mundos lexicais a partir da análise estatística dos usos do vocabulário em um texto.

Para que o *corpus*³ seja analisado pelo programa é preciso que: a) exista uma coerência temática no texto, ou seja, o contexto textual seja monotemático, pois a heterogeneidade de temas pode resultar em uma estruturação dos resultados e invalidar as conclusões (Camargo, 2005); b) o texto seja suficientemente volumoso,

³ Refere-se ao banco de dados com todos os fragmentos de textos selecionados dos informes e salvos em arquivo de texto único e editável. Do latim, *corpo*. Nas pesquisas históricas ou sociais trata-se da coleção homogênea de textos sobre determinado tema, utilizada quando o tema investigado possui grande variabilidade e inviabiliza os critérios de amostragem representativa (Bauer & Aarts, 2002, apud Oliveira, 2013).

a partir de 50.000 caracteres, para a execução das operações estatísticas (Oliveira, Gomes & Marques, 2005).

A condição de homogeneidade do texto resultou na escolha de proceder a análise dos dois informes separadamente, e, para isso, foram construídos dois *corpora* diferentes, um com os trechos do informe Tendências Mundiais do Emprego Juvenil e outro com os fragmentos do informe Trabalho Decente e Juventude. Conforme exposto anteriormente, o informe Tendências trata de uma realidade mundial, sem aprofundar sobremaneira em nenhuma das realidades regionais, derivando um corpus expressamente menor. Já o informe Trabalho Decente aprofunda em diferentes países, fazendo leituras perscrutadas de cada uma das regiões e realidades latino-americanas. Diante da sensibilidade do ALCESTE à estruturação dos temas do texto, no caso de uma análise única se corria o risco dos fragmentos do informe Tendência esvaecerem-se nos resultados e estes não representarem uma perspectiva global, mas local, diante do número maior de registros do cenário latino-americano.

Uma vez adequado a estes dois requisitos, os corpora foram preparados para a análise seguindo-se as seguintes regras de ajustamento ao padrão exigido pelo programa (Camargo, 2005; Pedrosa, 2012; Oliveira, 2013): a) cada um dos corpora foi salvo em arquivo diferente de texto editável, Bloco de Notas, como texto sem formatação com quebra de linha; b) foi dado a cada arquivo um nome curto e sem espaço entre as letras; c) todos os erros de digitação foram corrigidos, para evitar que os mesmos sejam tratados como palavras diferentes; d) a pontuação foi mantida, mas todos os parágrafos foram retirados; e) o texto não foi justificado, foram retirados o itálico, o negrito e outros estilos de fonte e destaque; f) todas as palavras foram colocadas em minúsculo, mesmo as siglas; g) o hífen foi substituído por traço inferior (_), por exemplo: el grupo de idade de 20_24 anos; h) termos que devem ser lidos em conjunto foram unidos por traço inferior (_), por exemplo: america_central, union_europea, estados_unidos, ni_trabajan_ni_estudian; i) foram retirados ou escritos por extenso os seguintes caracteres: aspas, apóstrofo, cifrão, hífen, percentagem, asteriscos, parênteses, colchetes, chaves e acentos; j) os trechos, cada um correspondente a um documento específico, foram separados com linhas com asteriscos, sendo definidos cada um como uma Unidade de Contexto Inicial (UCI).

No ALCESTE cada grande unidade de texto recebe o nome de UCI - Unidade de Contexto Inicial. Ela é definida por cada pesquisador, com base na natureza da pesquisa, e pode ser constituída por entrevistas, transcrições de atividades, respostas a questionários, trechos de livros, jornais, revistas ou qualquer outro tipo de material transformado em texto. A linha de comando possibilita que o programa faça a leitura de cada unidade de texto como distinta das demais. No caso dessa pesquisa, foram estabelecidas 08 UCI para o corpus Tendências Mundiais do Emprego Juvenil e 11 UCI para o corpus Trabalho Decente e Juventude.

Cada UCI deve ser iniciada com uma linha de comando, destacada do texto, começando por um número de identificação ou por quatro asteriscos. Podem ser acrescentadas nessa linha palavras estreladas que representam características (variáveis) extracorpous e que são importantes para o delineamento do estudo. Essa linha representa a caracterização do material estudado, conforme as variáveis construídas pelo pesquisador, e permite compreender o delineamento discursivo presente no material em função das variáveis estabelecidas. Neste estudo, as linhas de comando foram construídas da seguinte forma:

**** *id_5*gen_2*cri_1

**** *id_7*gen_2*rac_2*cla_2*ter_1*pais_6

O Quadro 4 lista os códigos utilizados e a descrição das variáveis utilizadas nas linhas de comando do corpus Tendências Mundiais do Emprego Juvenil:

CÓDIGOS	VARIÁVEL	DESCRIÇÃO
*id_1	Documento	2004 - Tendencias Mundiales del Empleo Juvenil
*id_2	Documento	2006 - Tendencias Mundiales del Empleo Juvenil
*id_3	Documento	2008 - Tendencias Mundiales del Empleo Juvenil
*id_4	Documento	2010 - Tendencias Mundiales del Empleo Juvenil
*id_5	Documento	2012 - Global Employment Trends for Youth
*id_6	Documento	2013 - Tendencias Mundiales del Empleo Juvenil
*id_7	Documento	2015 - Tendencias Mundiales del Empleo Juvenil
*id_8	Documento	2016 - Tendencias Mundiales del Empleo Juvenil
*gen_1	Dinâmicas de Gênero	Situação dos Homens Jovens
*gen_2	Dinâmicas de Gênero	Situação das Mulheres Jovens

*cla_1	Dinâmicas de Classe	Situação dos/as Jovens Ricos/as
*cla_2	Dinâmicas de Classe	Situação dos/as Jovens Pobres
*ris_1	Noção de Risco social	Em situação de Risco Social
*ris_2	Noção de Risco social	Não situação de Risco Social
*cri_1	Crise Econômica 2008/09	Referência à crise 2008/2009
*cri_2	Crise Econômica 2008/09	Não Referência à crise 2008/2009

Quadro 4: Códigos utilizados e a descrição das variáveis nas linhas de comando do corpus Tendências Mundiais do Emprego Juvenil.

O Quadro 5 lista as linhas de comando construídas para cada uma das 8 UCI do corpus Tendências Mundiais do Emprego Juvenil:

2004 - Tendencias Mundiales del Empleo Juvenil	**** *id_1
2006 - Tendencias Mundiales del Empleo Juvenil	**** *id_2*gen_2*ris_1
2008 - Tendencias Mundiales del Empleo Juvenil	**** *id_3*gen_2
2010 - Tendencias Mundiales del Empleo Juvenil	**** *id_4
2012 - Global Employment Trends for Youth	**** *id_5*gen_2*cri_1
2013 - Tendencias Mundiales del Empleo Juvenil	**** *id_6*cla_2*cri_1
2015 - Tendencias Mundiales del Empleo Juvenil	**** *id_7*cri_1
2016 - Tendencias Mundiales del Empleo Juvenil	**** *id_8

Quadro 5: Linhas de comando das 8 UCI do corpus Tendências Mundiais do Emprego Juvenil.

O Quadro 6 lista os códigos utilizados e a descrição das variáveis utilizadas nas linhas de comando do corpus Trabalho Decente e Juventude:

CÓDIGOS	VARIÁVEL	DESCRIÇÃO
*id_1	Documento	Ano 2007. América Latina
*id_2	Documento	Ano 2007. México
*id_3	Documento	Ano 2007. Peru
*id_4	Documento	Ano 2007. Chile
*id_5	Documento	Ano 2007. Argentina
*id_6	Documento	Ano 2008. Centroamérica, Panamá y Rep. Dominicana, San José
*id_7	Documento	Ano 2009. Brasil
*id_8	Documento	Ano 2010. América Latina
*id_9	Documento	Ano 2010. América Latina. Avances y propuestas.
*id_10	Documento	Ano 2010. América Latina Avance Febrero
*id_11	Documento	Ano 2013. América Latina
*gen_1	Dinâmicas de Gênero	Situação dos Homens Jovens
*gen_2	Dinâmicas de Gênero	Situação das Mulheres Jovens
*rac_1	Dinâmicas de Raça	Situação dos/as Jovens Brancos/as
*rac_2	Dinâmicas de Raça	Situação dos/as Jovens Negros/as
*cla_1	Dinâmicas de Classe	Situação dos/as Jovens Ricos/as
*cla_2	Dinâmicas de Classe	Situação dos/as Jovens Pobres
*ter_1	Dinâmicas de Território	Situação dos/as Jovens Urbanos/as
*ter_2	Dinâmicas de Território	Situação dos/as Jovens Rurais
*ris_1	Noção de Risco social	Em situação de Risco Social
*ris_2	Noção de Risco social	Não situação de Risco Social
*pais_1	País	México
*pais_2	País	Peru
*pais_3	País	Chile

*pais_4	País	Argentina
*pais_5	País	Centroamérica, Panamá e República Dominicana, San José.
*pais_6	País	Brasil

Quadro 6: Códigos utilizados e descrição das variáveis nas linhas de comando do corpus Trabalho Decente e Juventude.

O Quadro 7 lista as linhas de comando construídas para cada uma das 11 UCI do corpus Trabalho Decente e Juventude:

2007. Am. Latina	**** *id_1*gen_1*gen_2*cla_2*ter_1*ris_1
2007. México	**** *id_2*gen_2*cla_2*ter_1*ris_1*pais_1
2007. Peru	**** *id_3*gen_2*ris_1*pais_2
2007. Chile	**** *id_4*gen_2*cla_2*pais_3
2007. Argentina	**** *id_5*gen_2*cla_2*ris_1*pais_4
2008. CA, P e RD, SJ	**** *id_6*gen_2*ter_2*pais_5
2009. Brasil	**** *id_7*gen_2*rac_2*cla_2*ter_1*pais_6
2010. Am. Latina	**** *id_8*gen_2*cla_2*ter_2*ris_1
2010. Am. Latina. Av. y propuestas	**** *id_9*gen_2
2010. Am. Latina Avance Febrero	**** *id_10*gen_2*cla_2*ter_1*ris_1
2013. Am. Latina	**** *id_11*gen_2*cla_2*ris_1

Quadro 7: Linhas de comando das 11 UCI do corpus Trabalho Decente e Juventude

As variáveis foram construídas com base na articulação entre o material coletado para a análise e os pressupostos teóricos do/a pesquisador/a, o qual realiza a leitura do texto atravessado/a por questionamentos e hipóteses em relação ao objeto de estudo. Caso outro pesquisador/a buscasse estabelecer variáveis para os corpora dessa pesquisa, certamente, estas seriam diferentes, pois o lugar no mundo, os pontos de vista e as lentes teóricas distintas fariam emergir outros marcadores para o material analisado. Isso salienta a importância do papel do

pesquisador/a na utilização do ALCESTE, pois este precisa de estímulos iniciais para a realização da estatística textual e, posteriormente, caberá ao/à mesmo/a dar sentido teórico às classificações realizadas pelo programa.

Abaixo apresentamos as quatro etapas desenvolvidas pelo ALCESTE na análise do banco de dados (Kronberguer & Wagner, 2008; Camargo, 2005; Oliveira, Gomes & Marques, 2005; Pedrosa, 2012; Oliveira, 2013):

Etapa A

O programa prepara o corpus, reconhece as UCI por meio das linhas de comando e realiza a divisão do texto em segmentos de tamanho similar, chamados Unidade de Contexto Elementar (UCE). Cada UCE tem, aproximadamente, de 3 a 6 linhas, sempre com tamanho inferior a 250 caracteres, respeitando a pontuação e a ordem de surgimento no corpus. Ela corresponde à ideia de afirmativa do texto e o ALCESTE vai estabelecer matrizes para o trabalho de classificação a partir da vinculação das palavras do corpus a cada uma das UCE.

Uma exigência operacional do ALCESTE é a de privilegiar na análise estatística as palavras com conteúdo / palavras plenas – verbos, substantivos, adjetivos e advérbios, em detrimento das palavras função / palavras ferramentas: artigos, preposições, conjunções, pronomes e verbos auxiliares (ser/estar, ter/haver). Isso porque o programa não toma em conta a sintaxe do discurso, senão unicamente a coocorrência ou presença simultânea de várias palavras com conteúdo, pois essas são mais aptas a expressar os usos do mundo.

Por fim, nessa etapa o programa reduz as palavras com base em seus radicais ou raízes, com base na anulação dos plurais, desinências de conjugação e alguns sufixos, e calcula suas frequências. As palavras plenas passam pelo processo de conversão em formas reduzidas, como no exemplo: as palavras realiza, realizada, realizar e realizo, são reduzidas a realiz+. Essa redução das palavras amplia o aproveitamento do corpus e enriquece as ligações estatísticas.

Etapa B

Esta é a etapa de cálculos e nela o ALCESTE realiza contínuos cruzamentos entre formas reduzidas e UCE para efetuar a Classificação Hierárquica Descendente (CHD). A classificação inicia-se com a leitura do conjunto das UCE como uma classe matriz e, em seguida, divisões em pares são continuamente realizadas até que seja

impossível realizar novas separações. A divisão é realizada com base no qui-quadrado (Q^2) das palavras reduzidas, a partir da comparação entre a distribuição média de uma palavra e a distribuição na classe, no intuito de destacar a diferenciação dos vocabulários no texto. O produto desta etapa é uma hierarquia de classes de UCE, que apresentam vocabulários semelhantes entre si e, ao mesmo tempo, diferente das UCE de outras classes. O objetivo é produzir o máximo de homogeneidade intraclasse e oposição interclasse, gerando classes específicas e homogêneas.

Etapa C

Nesta etapa o programa realiza cálculos e apresenta resultados tais como: descrição e a relação entre as classes, cálculos de qui-quadrado, frequência e porcentagem, vocabulário preponderante em cada uma delas e variáveis. Parte dessas informações é apresentada no Dendrograma da Classificação Hierárquica Descendente (CHD), que possibilita uma análise interclasse. Outro produto fornecido pelo programa nesta etapa é a Análise Fatorial de Correspondência (AFC), a qual representa as relações entre as classes em um plano fatorial, porém, com base nos objetivos dessa pesquisa esta representação não será objeto de análise.

Etapa D

Baseado nas classes formadas, o programa realiza novos cálculos, fornece as UCE mais representativas de cada classe e apresenta um index das palavras mais frequentes. Com essas informações torna-se possível conhecer o vocabulário específico e apreender o sentido das classes, segundo frases mais reais do corpus. As UCE são antecidas por dois números: o primeiro faz referência a sua localização no corpus e o segundo é o valor do qui-quadrado de associação à classe. O programa também apresenta a Classificação Hierárquica Ascendente (CHA), que possibilita uma análise da relação das palavras dentro da classe.

Para a interpretação dos resultados do ALCESTE serão apresentadas a seguir alguns dos cálculos efetuados pelo programa, os Dendrogramas da Classificação Hierárquica Descendente (CHD) e a seleção das UCE mais representativas de cada classe.

2.1.4 Resultados

Para cada um dos corpora analisados pelo programa ALCESTE serão apresentados alguns dos cálculos efetuados, o Dendrograma da Classificação Hierárquica Descendente (CHD), uma descrição das classes, de 3 a 6 palavras estreladas (variáveis) e vinte palavras plenas. As UCE serão apresentadas no Manuscrito 2 dessa tese.

Foi construída uma figura em formato de blocos para a apresentação das classes, o que constitui o Dendrograma. Os traços superiores em negrito representam a relação entre as classes e os nomes para cada uma delas, e suas conexões foram elaboradas com base nas variáveis, nas palavras plenas e nas UCE, assim como nos conhecimentos teóricos do/a pesquisador/a sobre o objeto de estudo. Este é o trabalho de retradução dos dados, que só pode ser realizado pelo/a pesquisador/a, ao se buscar os sentidos para os resultados em sua noção de mundo (Oliveira, Gomes & Marques, 2005).

A apresentação dos resultados segue as sugestões propostas por Camargo, 2005; Oliveira, Gomes & Marques, 2005; Pedrosa, 2012; Oliveira, 2013.

2.1.4.1 Resultados Corpus Informe Tendências Mundiais do Emprego Juvenil

O corpus submetido à análise continha 41.390 caracteres, 6810 palavras e 08 UCI. O ALCESTE indicou 168 UCE com ocorrências potencialmente analisáveis, ou seja, 62.25% do corpus foi composto por formas reduzidas com frequência igual ou superior a três. Deste total de UCE, 152 foram classificadas, correspondendo a 91% de aproveitamento. Na classificação hierárquica descendente o ALCESTE apontou 3 classes e realizou dois procedimentos, um envolvendo 19 e outro 22 formas reduzidas.

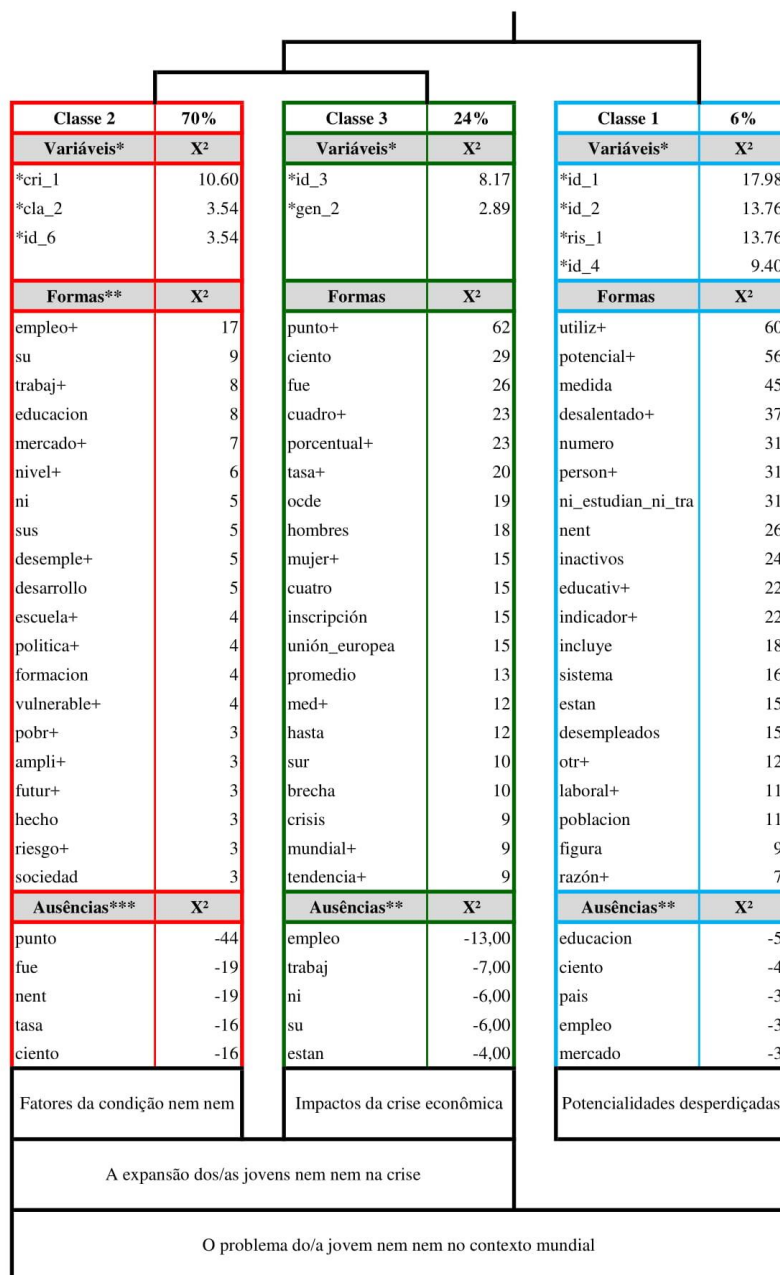
As classes foram divididas conforme o Quadro 8 abaixo:

Classe 1	10 UCE	6%
Classe 2	105 UCE	70%
Classe 3	37UCE	24%
Total	152 UCE	100%

Quadro 8: Divisão das UCE por classe no corpus Tendências Mundiais do Emprego

A classificação hierárquica dividiu as 3 classes em dois blocos. O primeiro é composto pela Classe 2 e pela Classe 3. A Classe 2 foi nomeada como “Fatores da condição *nem nem*” e aponta motivos e situações que levam os/as jovens à condição de não estudar e não trabalhar, bem como de se tornarem excluídos socialmente e vulneráveis. A Classe 3 foi nomeada como “Impactos da crise econômica” e destaca a influência da crise econômica de 2008/2009 no aumento das taxas de jovens apontados/as *nem nem*. Essas classes encontram-se fortemente relacionadas e evidencia o aumento da nomeada vulnerabilidade dos/as ditos/as jovens *nem nem* como efeito da crise econômica de 2008/2009. O vínculo entre elas foi intitulado como “A expansão dos/as jovens *nem nem* na crise”. Estas duas classes encontram-se ligadas à Classe 1, nomeada como “Potencialidades desperdiçadas” e retrata os/as jovens identificados/as *nem nem* como um potencial desperdiçado. A confluência entre as três classes e seus universos semânticos pode ser interpretada como o problema do/a jovem visto/a como *nem nem* no contexto mundial, e foi nomeada como “O problema do/a jovem *nem nem* no contexto mundial”.

O Dendrograma da Classificação Hierárquica Descendente, junto com as palavras estreladas, as formas reduzidas mais representativas nas classes e o detalhamento das classes são apresentados na Figura 1 abaixo:



Nota*: Documento (*id_1 a *id_8: referem-se aos 8 documentos utilizados na análise); Dinâmicas de Gênero (*gen_2: Situação das Mulheres Jovens); Dinâmicas de Classe (*cla_2: Situação dos/as Jovens Pobres); Noção de Risco social (*ris_1: Em situação de Risco Social); Crise Econômica 2008/09 (*cri_1: Referência à crise 2008/2009).

Nota:** As formas apresentadas correspondem às palavras plenas com maior qui-quadrado.

Nota*:** Refere-se a palavras ausentes na Classe.

Figura 1: Dendrograma da Classificação Hierárquica Descendente - Informe Tendências Mundiais do Emprego Juvenil da Organização Internacional do Trabalho/OIT.

Classe 1

É composta por 10 UCE, correspondendo a 6% do corpus. A nomeação dessa classe como “Potencialidades desperdiçadas” deveu-se à apresentação de um universo semântico que frisa os/as jovens considerados/as *nem nem* como um potencial laboral não utilizado e, conseqüentemente, socialmente desperdiçado. A nomeação da classe levou em consideração o fato de uma das variáveis com maior qui-quadrado ser aquela que aponta para uma noção de risco social associada a esses/as jovens, como um público que necessita de apoio: *ris_1. Também influenciou a presença das palavras reduzidas utiliz+, potencial+, desalentado+, como as mais fortemente associadas à classe.

A apresentação das UCE no Manuscrito 2 dessa tese será realizada com base no relatório fornecido pelo programa, que contém uma linha inicial composta do número de aparição da UCE no corpus, do valor do qui-quadrado de associação à classe e das variáveis relacionadas. As palavras entre parênteses são aquelas associadas à classe. Segue abaixo um exemplo do modelo de apresentação que será seguido adiante no manuscrito:

*Unité textuelle n° 61 Khi2 = 75 Individu n° 4 *id_4*

incluidos los (jovenes) (desempleados) y los (inactivos) por (razones) distintas (a) la (participacion) en el (sistema) (educativo) por (lo) (tanto), se (incluye) (a) los (trabajadores) (desalentados) (pero) tambien (a) (personas) (que) (están) (inactivas) por (otras) (razones), por (ejemplo),

Classe 2

É composta por 105 UCE e representa 70% do total analisado. Trata-se da maior classe do corpus. O conteúdo lexical da classe aborda primordialmente motivos e situações que levam os/as jovens à condição de não trabalhar e não estudar e, por isso, leva o nome de “Fatores da condição *nem nem*”.

Aparecem como motivos: não ter cursado a educação básica, não investir em aquisição de competências, ter passado por experiências de trabalho que não agregaram conhecimentos úteis e ter vivenciado tempranamente o desemprego. As questões macroestruturais também são destacadas no léxico, tais como: a falta de oportunidade de empregos e o modelo de economia que não privilegia a empregabilidade dos/as jovens. As formas reduzidas com maior valor de qui-

quadrado se relacionam, justamente, com este cenário: empleo+, trabaj+, educacion, mercado+. Outro universo semântico apresentado pela classe refere-se às noções de exclusão e vulnerabilidade dos/as jovens chamados/as *nem nem*. Despontam elementos como a atração dos/as jovens por atividades ilegais, um sentimento de desalento por parte deles/as em relação ao governo e uma condição de vida definida como suportável.

As variáveis mais associadas à classe fazem menção à influência da crise econômica de 2008/2009 e situação dos/as jovens pobres, sendo esses os/as mais prejudicados/as em suas trajetórias de ensino e trabalho: *cri_1/referência à crise 2008/09, *cla_2/situação dos/as jovens pobres.

Classe 3

É formada por 37 UCE, o que representa 24% das classificadas. O levantamento do vocabulário mostrou o aumento das taxas de jovens ditos/as *nem nem* no contexto mundial, rompendo uma tendência de baixa nas taxas dos anos anteriores. As formas reduzidas mais vinculadas à classe destacam a tendência de crescimento: punto+, ciento, porcentual+, tasa+. As UCE destacam, também, algumas diferenças nesses índices, como o fato da União Europeia apresentar as menores taxas dentre as regiões analisadas, os países da Europa Meridional – Espanha, Portugal, Grécia e Turquia – apresentarem as maiores taxas do continente, e as mulheres jovens e o grupo juvenil dos países mais pobres serem os mais afetados com a crise econômica. A ênfase na dinâmica de gênero, com destaque à desigualdade para as mulheres, correlaciona com a variável gênero associada à classe: *gen_2/situação das mulheres jovens. Estes elementos levaram à nomeação da classe como “Impactos da crise econômica”.

2.1.4.2 Resultados Corpus Informe Trabalho Decente e Juventude

O corpus submetido à análise continha 116.988 caracteres, 18.799 palavras e 11 UCI. O ALCESTE indicou 476 UCE com ocorrências potencialmente analisáveis, ou seja, 64.50% do corpus foi composto por formas reduzidas com frequência igual ou superior a três. Deste total de UCE, 341 foram classificadas, o que representa 72% de aproveitamento. Na classificação hierárquica descendente o ALCESTE

apontou 4 classes e realizou dois procedimentos, um envolvendo 19 e o outro 22 formas reduzidas.

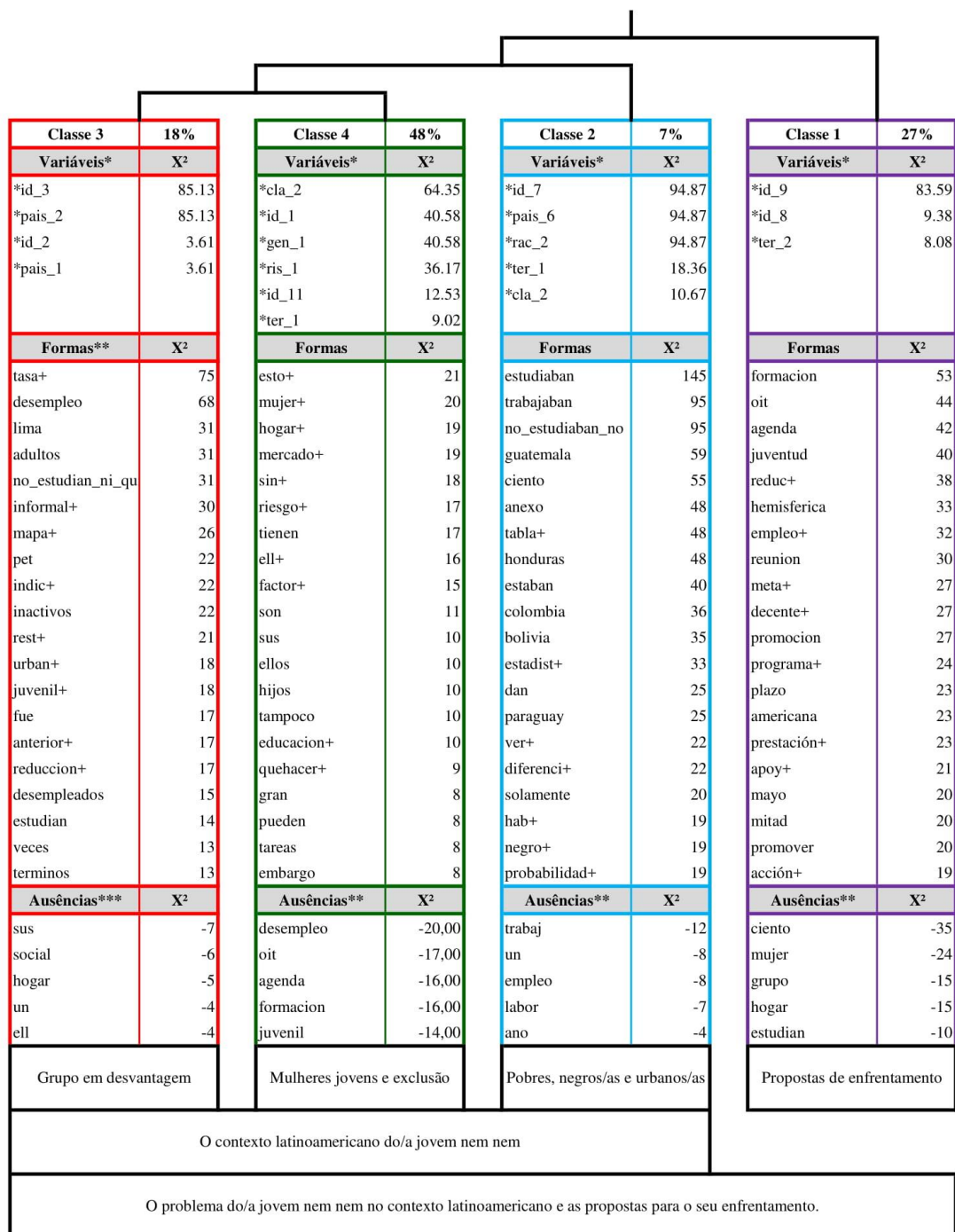
As classes foram divididas conforme o Quadro 9 abaixo:

Classe 1	90 UCE	27%
Classe 2	27 UCE	7%
Classe 3	64 UCE	18%
Classe 4	160 UCE	48%
Total	341 UCE	100%

Quadro 9: Divisão das UCE por classe no corpus Trabalho Decente e Juventude.

A classificação hierárquica descendente dividiu as 4 classes em três blocos. O primeiro é composto pela Classe 3 e pela Classe 4. A Classe 3 foi nomeada “Grupo em desvantagem” por apresentar os/as jovens considerados/as *nem nem* como uma categoria que vivencia uma desigualdade e desvantagem social, e, por isso, tornam-se foco de atenção. A Classe 4 tem o léxico ordenado em torno da situação das mulheres e da exclusão social do grupo apontado como *nem nem*, e, por isso, foi nomeada de “Mulheres jovens e exclusão”. Ligada às Classes 3 e 4, temos a Classe 2, nominada como “Pobres, negros/as e urbanos/as”, pois o vocabulário destaca que as maiores taxas para os/as jovens ditos/as *nem nem* se dão para os/as jovens pobres, negros/as e urbanos/as. Como estão ligadas por um traço superior no Dendrograma, o que demonstra a forte ligação entre elas, essas três classes são nomeadas como “O contexto latino-americano do/a jovem *nem nem*”. Por último temos a Classe 1, cujo universo lexical indica um conjunto de intervenções, políticas, programas e projetos para a promoção do trabalho decente para os/as jovens, sendo nomeada, portanto, como “Propostas de enfrentamento”. Como se encontra ligada às outras três classes, todo o conjunto foi intitulado “O problema do/a jovem *nem nem* no contexto latino-americano e as propostas para o seu enfrentamento”.

O Dendrograma da Classificação Hierárquica Descendente, junto com as palavras estreladas, as formas reduzidas mais representativas nas classes e o detalhamento das classes são apresentados na Figura 2 abaixo:



Nota*: Documento (*id_1 a *id_11: referem-se aos 11 documentos utilizados na análise); Dinâmicas de Gênero (*gen_1: Situação dos Homens Jovens); Dinâmicas de Raça (*rac_2: Situação dos/as Jovens Negros/as); Dinâmicas de Classe (*cla_2: Situação dos/as Jovens Pobres); Dinâmicas de Território (*ter_1: Situação dos/as Jovens Urbanos/as, *ter_2: Situação dos/as Jovens Rurais); Noção de Risco social (*ris_1: Em situação de Risco Social); País (*pais_1 a *pais_6: países referências de alguns dos documentos utilizados na análise);

Nota:** Refere-se a palavras ausentes na Classe.

Nota*:** As formas apresentadas correspondem às palavras plenas com maior qui-quadrado.

Figura 2: Dendrograma da Classificação Hierárquica Descendente - Documento Trabalho Decente e Juventude da Organização Internacional do Trabalho/OIT.

Classe 1

É formada por 90 UCE, o que representa 27% do total classificado. O material selecionado pelo programa destaca um conjunto de ações para a promoção do trabalho juvenil decente, com relevo para o cumprimento das prioridades e compromissos apontados pela Organização Internacional do Trabalho/OIT. No léxico destaca-se o fomento ao trabalho decente, melhores formação e qualificação dos/as jovens, o incentivo ao empreendedorismo, acompanhamento e orientação no mundo do trabalho e a construção de um projeto formativo e laboral. Essas ações, de acordo com os elementos selecionados, devem ser realizadas com a meta de reduzir as taxas de inatividade dos/as jovens, por meio de uma atuação conjunta entre os diferentes atores da sociedade, com a primordial atuação dos Estados. As formas reduzidas com maior valor de qui-quadrado destacam a relevância da construção de um programa de ações: *formacion*, *oit*, *agenda*, *juventud*, *reduc+*. A nomeação da classe como “Propostas e enfrentamentos” deveu-se a esse conjunto de fatores.

Classe 2

É formada por 27 UCE e representa 7% do conteúdo analisado. Intitulada como “Pobres, negros/as e urbanos/as”, os elementos típicos da classe apontam índices mais elevados de jovens chamados/as *nem nem* entre aqueles/as mais pobres, negros/as e residentes no meio urbano. As variáveis associadas à classe reforçam o destaque para esses grupos na classe: **rac_2*: situação dos jovens negros, **ter_1*: situação dos jovens urbanos e **clas_2*: situação dos jovens pobres.

As taxas para os/as jovens vistos/as como *nem nem* são apresentadas como homogêneas no contexto latino-americano, porém a proporção de mulheres jovens que se dedicam ao trabalho doméstico possui grande variação entre os países. A realidade brasileira é destacada na classe, o que pode ser visto também pelo alto valor do qui-quadrado (94.87) para a variável **pais_6*: Brasil. O campo lexical apresenta que um em cada cinco jovens é considerado/a *nem nem*, a maior parte deles/as são negros/as, pobres e moradores/as do meio urbano. O texto destaca que a exclusão social é agravada pelas desigualdades de gênero e raça.

Classe 3

É formada por 64 UCE, representando 18% do total classificado. Focada no contexto peruano, cuja variável *pais_2: Peru apresenta alto qui-quadrado, o universo semântico aponta os/as considerados/as jovens *nem nem* como um grupo em situação de desigualdade e desvantagem social, configurando-se, portanto, como um grupo que requer maior atenção. Como elementos destacados aparecem as altas taxas de desemprego dos/as jovens urbanos/as, a relevância do aumento das oportunidades de emprego e a necessidade de uma maior orientação ocupacional e vocacional dos/as jovens. Em relação ao contexto latino-americano, destaca-se a homogeneidade nas altas taxas de mulheres na condição identificada como *nem nem*. Tais aspectos direcionaram a nomeação da classe como “Grupo em desvantagem”.

Classe 4

Formada por 160 UCE, é a maior classe do corpus, correspondendo a 48% do total analisado. Dois temas estão mais presentes na classe: a situação das mulheres jovens e a situação de exclusão social do grupo de jovens ditos/as *nem nem*, o que indicou intitular a classe como “Mulheres jovens e exclusão”.

Em relação às mulheres jovens, aparecem como causas da condição *nem nem* a responsabilização pelas tarefas domésticas e de cuidado de outras crianças da casa, a gravidez precoce e a união com cônjuge. No universo semântico destaca-se, também, a reprodução dos estereótipos de gênero e a influência dos familiares na reprodução dos mesmos.

No que se refere à exclusão social dos/as jovens nomeados/as *nem nem*, retornam elementos associados à noção de risco social dos/as jovens, a exposição à marginalidade e à delinquência, a necessidade deles/as abandonarem os estudos para incrementar a renda familiar por meio do trabalho e a imprescindibilidade de se desenvolver projetos para enfrentar o problema. Em alguma medida, a situação dos homens jovens também é destacada na classe.

A nomeação da classe deu-se em relação a esses elementos típicos do vocabulário, assim como pelos altos valores de associação das variáveis *cla_2: situação dos jovens pobres, *gen_1: situação dos homens jovens, *ris_1: em situação de risco social, e das formas reduzidas mais associadas à classe: *mujer+*, *hogar+*, *mercado+*, *riesgo+*.

A discussão dos resultados, a partir da análise dos universos semânticos presentes nas UCE, será realizada no Manuscrito 2 dessa tese.

2.2 Pesquisa-intervenção

Como parte integrante das Ciências Sociais, a Psicologia Social não possui um papel preditivo sobre a realidade, mas interpretativo, pois sobre seu objeto de estudo, o objeto social, repousa determinações históricas, articulação de interações e negociação de situações que impedem o estabelecimento de regras (Ibañez & Iñiguez, 1996). Na tentativa de contribuir para a compreensão das experiências dos/as jovens pobres, a partir da articulação entre as dimensões individual/subjetiva e social/coletiva, nos servimos de algumas contribuições da psicologia social, e seus diálogos com o feminismo e a etnografia, para a produção de conhecimentos, desde uma perspectiva qualitativa, pautada na interação entre pesquisador/a-sujeito de pesquisa e no questionamento do caráter restritivo, não inclusivo, opressor e limitador da diversidade por parte da ordem dominante e universalista nas Ciências Sociais (Nogueira & Neves, 2005).

Ainda que sejamos convidados/as a perpetuar a aparente ilusão de controle da objetividade, compreendemos que o conhecimento para ser objetivo não precisa ser construído, necessariamente, a partir da radical separação entre sujeito conhecedor e objeto a ser conhecido. O mito da neutralidade do/a pesquisador/a é, assim, questionado e o conhecimento deixa de ser algo a ser coletado, e passa a ser compreendido como construído na interação entre pesquisador/a e atores de pesquisa. A objetividade purista na produção do conhecimento é substituída por uma objetividade corporificada, que localiza os saberes (Haraway, 1995), e por um processo de implicação e engajamento do/a pesquisador/a no processo de transformação pessoal e social dos/as entrevistados/as (Menezes, Colaço & Adrião, 2018).

Cabe ressaltar o aspecto interdisciplinar da psicologia social, que apresenta desde a sua formação uma constante intersecção com outras ciências, áreas do conhecimento, teorias e métodos, configurando um campo múltiplo de teorias conflitantes e coexistentes (Carone, 2007). A partir dessa interdisciplinaridade, ganham importância as metodologias baseadas em modelos interacionistas, como a pesquisa-participante, a pesquisa-intervenção e a pesquisa-ação, as quais podem

ser compreendidas como processos coletivos de construção do conhecimento e de produção de mudanças (Mayorga & Nascimento, 2009; Mayorga & Pinto, 2015), que desmitificam a pretensa neutralidade e objetividade do/a pesquisador/a, trazendo para debate as questões éticas e políticas da intervenção realizada. Em consonância, a noção de pesquisa-intervenção-pesquisa (Adrião, 2014) destaca um fazer contínuo entre pesquisa e intervenção, sem um início e um final demarcados, que convida a pensar a reflexividade, a criticidade e o posicionamento na produção de um conhecimento que não realce as desigualdades, mas que transforme a vida de todos/as os/as envolvidos/as na ação.

Desta forma, buscar conhecer e analisar as experiências de jovens moradores/as de favelas/periferias por meio de uma interação cotidiana, como um dos objetivos do trabalho realizado, não pode ser realizado sem se levar em consideração os dilemas da neutralidade, imparcialidade, objetividade, produção de relações de poder, interseccionalidade, coprodução do conhecimento e os efeitos éticos e políticos do pesquisar. São dilemas para os quais a psicologia social, em sua interseção com o feminismo, vem produzindo reflexões e contribuindo para produzir um conhecimento que recupere as vozes dos sujeitos sociais marginalizados social e/ou politicamente (Mayorga, 2013) e que questione o destino político do saber produzido (Adrião, 2014).

Outra ciência com a qual a pesquisa realizada buscou dialogar foi a antropologia, a qual se dedica a testemunhar outras humanidades, sendo o seu objeto a variação das relações sociais (Viveiros de Castro, 2002). Dentro da antropologia, visamos, mais especificamente, a etnografia como processo de diálogo entre pesquisador/a e interlocutores/as. Este processo prevê uma aproximação da vida cotidiana dos/as outros/as que pretendemos compreender, sem, com isso, pretender uma visão representacionista e certa da realidade, mas construindo discursivamente uma leitura da mesma, assumindo nossas responsabilidades nessa construção.

A noção de campo-tema trabalhada por Cordeiro (2004) relaciona-se com nossa perspectiva de diálogo entre a teoria e prática no contato com os sujeitos, pois ao contrário da noção de campo como um lugar no qual se vai pesquisar, se afasta e depois retorna, tomamos a concepção de campo como um conjunto de práticas institucionais, um argumento no qual estamos inseridos/as, que não sai de nós quando nos afastamos de um determinado espaço de interação e troca de

informações. O mergulho na teoria e produção de conhecimento sobre os/as jovens chamados/as *nem nem* constitui, desta forma, um dos passos na construção do campo de pesquisa em uma pesquisa de tipo etnográfico (Ibañez & Iñiguez, 1996).

Realizamos, assim, uma pesquisa de orientação etnográfica, colocando em diálogo algumas contribuições metodológicas da psicologia social, e seus diálogos com o feminismo e a etnografia. Abordar e compreender o fenômeno ou processo particular, sem deixar de considerá-lo em sua totalidade, ou seja, a fuga tanto do funcionalismo quanto do estruturalismo que encerram as análises no nível micro ou macrossocial é o ponto de encontro entre a etnografia e a psicologia social (Sato & Souza, 2001). Elas se encontram com o feminismo no posicionamento de abandonar o distanciamento entre pesquisador/a e sujeitos/as de pesquisa, apostando na experiência como um marcador analítico e metodológico do encontro entre ambos (Adrião, 2014). Compartilham a compreensão da realidade como social e coletivamente construída, sendo possível acessar os seus efeitos nas instituições, práticas e discursos produzidos. Também não abrem mão da importância de conhecer o contexto material, as relações culturais, sociais, econômicas e políticas nas quais se desenvolvem as relações cotidianas.

A pesquisa de orientação etnográfica se faz com envolvimento ativo do/a pesquisador/a para conhecer o desconhecido, com contatos perturbadores que produzem reflexividade em ambos os lados. Propomos, assim, uma abordagem das experiências humanas que se constrói a partir de uma experiência pessoal (Malvasi, 2012), e, por isso, torna-se importante situar a subjetividade do/a pesquisador/a na realização da pesquisa por meio da descrição da sua experiência humana no contato com os/as sujeitos/as pesquisados/as. Importa, aqui, ressaltar bifocalidade do/a pesquisador/a colocada em tela: uma justaposição explicitada e reflexiva entre o mundo do/a pesquisador/a e o mundo do/a pesquisado/a, abrindo-se mão de uma visão de tais mundos como separados e diferentes, pois se encontra presente uma cadeia de conexões e associações que une a trajetória do/a pesquisador/a com o mundo social do/a sujeito/a pesquisado/a, sem que se desconsidere o necessário rigor acadêmico.

O trajeto labiríntico é outra característica da nossa proposta de pesquisa e, como tal, trouxe desafios e aprendizados no processo de se conhecer as trajetórias de vida dos/as jovens inseridos/as em contextos de periferia, pois observar, interagir, anotar e descrever são atividades que se deram em meio a uma série de

desconhecimentos e inventividades: o sistema de regras e acordos dos locais, a procura por mediadores/as e informantes-chaves, a construção da confiança, a criação de pontos de apoio, os encontros inesperados etc. Buscamos, desse modo, conhecer as formas densas e sutis de viver dos/as interlocutores/as, aos nos aproximar de diferentes tramas de relações (Malvasi, 2012), articular diferentes fontes de informações e discursos, confrontar formas de ver e interpretar o mundo para, assim, construir uma versão sobre as relações, as dinâmicas e os fenômenos sociais.

Realizar a pesquisa a partir de uma orientação etnográfica relaciona-se com o nosso interesse de mergulhar nas experiências de jovens que moram em contextos de favela e periferia não por considerá-las exóticas, mas por acreditar que elas podem oxigenar e trazer novos contornos para as discussões que tem sido empreendidas no que tange às trajetórias de vida de jovens pobres e à nomeada geração *nem nem*. Para isso, realizamos conversações com os/as jovens, entendendo essas como um momento de compartilhamento de histórias e de versões de si mesmo, pautadas na escuta, no respeito e na abertura ao inesperado (Moscheta, Casarini, & Scorsolini-Comin, 2016).

2.2.1 Aproximações com o campo

Desde 2008, ano em que me formei como psicólogo, conciliei os estudos no mestrado e no doutorado com a inserção profissional, via emprego formal, bolsista ou voluntário, em algumas favelas da Região Metropolitana de Belo Horizonte, cada uma com uma história diferente, sujeitos diferentes, mas aproximadas na construção de resistências plurais, na desvalorização dos/as seus/suas moradores/as por outros sujeitos da sociedade e no compartilhamento de discursos que colocam esses espaços como lugares da violência, criminalidade, carência. Ao longo desses anos, também, conheci, convivi e construí relações de amizade com sujeitos advindos desses espaços populares, aprendendo com eles sobre a vida na quebrada, expressão, também, utilizada “em alusão à ideia de um bairro periférico, uma noção eminentemente de caráter territorial; ela é caracterizada pelos altos índices de violência e pelo cumprimento das normas de conduta” (Malvasi, 2012, p. 13). As favelas são espaços por mim conhecidos, portanto, não apenas pelas andanças e

atividades profissionais realizadas nesse espaço, mas pelas muitas histórias ouvidas ao longo desses anos por seus moradores.

A fim de escolher em qual favela seria realizada a aproximação dos/as jovens, realizei contatos com lideranças, educadores/as e amigos/as que atuam ou moram em algumas favelas, para relatar sobre a pesquisa e solicitar deles o auxílio na inserção em alguns espaços e no contato com os/as jovens. O contato com os/as informantes que se dispuseram a me auxiliar na pesquisa foi facilitado pelo fato de já ter trabalhado nesses dois locais. Das respostas positivas, optei por investir em duas favelas com características diferentes, sendo uma bastante marcada pela atuação de ONGs, grupos e outros atores sociais, e outra na qual esta presença é de menor intensidade, mesmo que a extensão geográfica seja muito maior.

2.2.2 Campo de pesquisa: Alto Vera Cruz e Morro das Pedras

As conversações com os/as jovens aconteceram no Alto Vera Cruz e no Morro da Pedras, na cidade de Belo Horizonte.

O Alto Vera Cruz, oriundo da década de 1940, é fruto do povoamento de trabalhadores da construção civil, mineração e ferroviários. Está localizado na Regional Administrativa Leste de Belo Horizonte e com população estimada em 14 mil moradores/as, segundo o Censo de 2010. Em 1963, criou-se a primeira associação do bairro, gestada pelos Vicentinos, que atuava com demandas assistenciais. Em 1981, foi criado o Centro de Ação Comunitária Vera Cruz / CAC-VC, associação comunitária atuante até hoje, que surgiu na luta pelos direitos à moradia e por melhorias na comunidade. Em 1995, junto à política de orçamento participativo, foi conquistado o primeiro centro cultural da cidade. Um importante marcador do Alto Vera Cruz é a ampla rede de ONG's e atores públicos que atuam nesse espaço, oferecendo diversos serviços para a população. Na área cultural a efervescência também é grande, onde se destacam o Grupo de Rap Negros da Unidade Consciente - NUC, as Meninas de Sinhá, o Grupo Netinhas de Sinhá, Sambalto, Grupo de Capoeira de Angola IUNA, MC Dodó e o raper Flávio Renegado. Contudo, o Alto Vera Cruz, também, é marcado por uma intensa disputa

entre gangues pela venda de drogas, dando à comunidade o status de bairro mais violento da cidade no ano de 2015, conforme reportagem de um jornal mineiro⁴.

Já o Morro das Pedras localiza-se na Regional Administrativa Oeste de Belo Horizonte e divide-se em oito vilas: Pedreira, Antena, Santa Sofia, São Jorge I, II, III, Leonina e Pantanal. Sua população foi estimada em 17 mil moradores/as, segundo o Censo de 2010. Seu povoamento iniciou-se na década de 1920 por operários e outras pessoas que participaram da construção de Belo Horizonte. Seu nome está ligado à retirada de pedras da região para serem utilizadas nas edificações da cidade. As primeiras ocupações datam da década de 1930, por meio da transferência para lá de moradores de favelas existentes em outros bairros da cidade. A partir da década de 1950 as ocupações começaram a se expandir e a região torna-se a ser alvo de remoções forçadas, tendo em vista a constituição de bairros de classe média no seu entorno. Sua história é fortemente marcada pelo descarte de todo o lixo de Belo Horizonte em um dos pontos do território, conhecido como lixão, o qual só foi desativado em 1975, após uma explosão que matou dezenas de pessoas. Outra marca do território são os conflitos entre grupos pelo domínio do tráfico de drogas, ensejando uma atuação das polícias de forma truculenta em relação aos moradores.

Ambos os locais ora são nomeados socialmente como favelas ora como bairros, em alguns momentos como aglomerados ou comunidades, mas cabe destacar que todos eles estão fortemente marcados no imaginário popular como espaços violentos, com guerras entre gangues pela disputa do tráfico de drogas nas regiões. Destacamos que as representações estereotipadas e negativas da favela foram aos poucos sendo exportadas para outros tipos de bairros e conjuntos habitacionais, os quais acabam sendo vistos no imaginário da cidade como favelas (Souza e Silva, 2005). Os preconceitos sociais constroem, portanto, uma rede de obstáculos para os/as moradores/as desses espaços, o que dificulta o exercício da cidadania (Santos & Mayorga, 2017).

Nesse sentido, associadas às questões geográficas e de organização socioespacial, como a presença de vielas e becos, os aspectos simbólicos compartilhados socialmente contribuem para a visibilidade do Alto Vera Cruz e do

⁴ Brigas do tráfico dão a bairro Alto Vera Cruz título de mais violento. O tempo. Recuperado em 08 de Abril de 2016, de <http://www.otempo.com.br/cidades/brigas-do-trafico-dao-a-bairro-alto-vera-cruz-titulo-de-mais-violento-1.999839>

Morro das Pedras como favelas na cidade de Belo Horizonte. A escolha por essas duas favelas relaciona-se com o fato de ambas compartilharem os estereótipos de um lugar socialmente carente e violento, e serem lócus de intervenção por diversos atores da sociedade na perspectiva da constituição dos/as jovens como um campo de intervenção social (Tommasi, 2010).

2.2.3 Contato com os/as jovens

A aproximação com os/as jovens iniciou-se em meados de 2016 e foi encerrada no início de 2018. Ao longo desse tempo nos envolvemos em eventos e reuniões comunitárias, conversações com interlocutores/as e com os/as jovens, caminhadas pelo bairro em diferentes dias da semana e horários do dia, direcionando todos os sentidos para um determinado fenômeno, a fim de captar o máximo de informações sobre ele, por meio da observação participante (Queiroz, Vall, Souza & Vieira, 2007). Assim, assumimos que observar de forma participante é estar atento/a ao fenômeno na medida em que se busca interagir com o/a outro/a no grupo ou espaço escolhido para estar presente. Estar no Alto Vera Cruz e no Morro das Pedras implicou na disposição para interagir e buscar observar as atividades dos/as jovens e outros/as moradores/as, as dinâmicas sociais, as relações de conflito, as violências e violações, buscando reconhecer redes complexas de sentido que ajudassem na construção dos roteiros de entrevista e nos encontros com os/as jovens.

Contamos com a colaboração de um informante de pesquisa no Alto Vera Cruz, como alguém importante que apresenta, dá dicas e conselhos, indica interlocutores/as importantes e oferece retaguarda em situações inesperadas. Ele é morador da comunidade e se apresenta como empreendedor social, grafiteiro, arte-educador, graduado como tecnólogo em design gráfico e especialista em negócios sociais para redução das desigualdades. Em 1996, iniciou-se no grafite e, em 1997, formou a banda de RAP NUC, assumindo os vocais e a composição de letras. Em 2003, a banda transformou-se na ONG Grupo Cultural NUC, onde atua até hoje. Apresenta como lema “transformar a vida das pessoas pela arte”.

No Morro das Pedras contamos com a colaboração de uma informante. Ela é moradora do território e se apresenta como líder comunitária. Idealizadora de um projeto voltado para acolhimento de crianças e adolescentes, oferecendo

alimentação, orientação, atividade esportiva e cuidados básicos. Também fundou uma casa de apoio para mulheres da região, na qual são realizadas atividades laborais, discussões e debates para o fortalecimento e empoderamento das mesmas. Ganhadora de quatro prêmios nacionais com seus projetos, dentre eles o Prêmio Natura e o Prêmio Claudia. A parceria dela foi importante no acesso às jovens, uma vez que se tratava de um homem na realização direta das conversações.

Iniciamos os contatos pelo Alto Vera Cruz e nele realizamos um diálogo com jovens participantes de uma oficina de artes gráficas e outra de teatro, ambas oferecidas pelo Centro Cultural do bairro. Após o diálogo em grupo, foi proposta a realização de entrevistas semiestruturadas, em local, data e horário de preferência de cada jovem. Participaram do diálogo dez jovens com idade entre 13 e 20 anos, sendo cinco mulheres e cinco homens, e quatro deles aceitaram participar do momento posterior. Esse momento não foi gravado e os dados não serão utilizados em forma de relato nas discussões, no entanto, os/as jovens apresentaram posicionamentos que compõem o conjunto de conhecimentos que orientam a construção dos roteiros e algumas das nossas análises.

2.2.4 Entrevistas e roda de conversa com os/as jovens

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, em um dos casos em mais de um encontro, com três jovens e duas jovens, com idade entre 14 e 20 anos, que participaram do momento de diálogo no Centro Cultural, usando como apoio uma sala do centro cultural e uma mesa ao ar livre de uma das praças do bairro.

A entrevista semiestruturada foi escolhida por ser um processo de interação, no qual se abre mão do mito da neutralidade e dos roteiros rigidamente estabelecidos, deixando espaço para o interlocutor ser ativo no processo de falar de si e do/a outro/a, percorrendo seus afetos, lembranças, memórias individuais e coletivas (Cedro, 2011). Usamos na entrevista um roteiro (Apêndice 2) com tópicos orientadores para o diálogo, que abordava temas como educação, trabalho, família, religião, mobilidade, sexualidade, lazer, cultura, esporte, segurança, violência, saúde.

A marcação das entrevistas com as jovens foi feita com certa dificuldade, atravessada por ausências das mesmas, cancelamentos e o fato inusitado de uma

delas ter informado no momento da realização que o namorado havia solicitado sua participação na conversa. Neste caso, o diálogo que começou arrastado, perpassado por incômodos, fluiu com a aceitação do jovem em participar e deixar o lugar de observador. Diante disso, problematizamos acerca do atravessamento dos códigos de gênero e sexualidade que marcam as experiências das jovens e que as impossibilitam de ser e estar em certas condições e situações sociais, e o realçamento dessa dinâmica provocada pela proposta de encontro com um pesquisador desconhecido. Optamos, nesse sentido, por mudar a estratégia de contato com as jovens e apostar em um formato coletivo de conversação.

O contato com a interlocutora no Morro das Pedras e seu trabalho junto às mulheres da região possibilitaram a realização de uma roda de conversa, que a princípio deveria ter a presença apenas das jovens, mas que foi realizada com essas e, também, com os jovens. Participaram desse momento nove jovens, sendo quatro mulheres e cinco homens, com idade entre 13 e 21 anos, numa instituição localizada no bairro.

A roda de conversa visou mobilizar os/as participantes para a discussão coletiva em torno do tema central do encontro, permitindo produção de *insights*, troca de experiências, livre expressão dos pensamentos e a reflexão sobre si mesmo e sobre o mundo (Afonso, 2006). A roda de conversa foi realizada a partir de um roteiro semiestruturado (Apêndice 3) e centrou-se no interesse de conhecer a história familiar dos/as jovens e a transmissão geracional das perspectivas de escolarização e trabalho, de compreender os projetos de vida familiar e pessoal, e de possibilitar a reflexão sobre os desafios de realizar os projetos propostos.

Ao todo, participaram das conversações quatorze jovens, sendo seis mulheres e oito homens, com idade entre 12 e 21 anos. Abaixo, no Quadro 10, apresentamos os nomes fictícios, idades, atividade da qual participaram e território dos/as quatorze jovens participantes das entrevistas e da roda de conversa:

Flavia	13 anos	Roda de conversa	Morro das pedras
Carla	20 anos	Roda de conversa	Morro das pedras
Francisco	16 anos	Roda de conversa	Morro das pedras
Joana	18 anos	Entrevista	Alto vera cruz
Marcelo	14 anos	Roda de conversa	Morro das pedras
Bruna	20 anos	Entrevista	Alto vera cruz
Marcia	14 anos	Roda de conversa	Morro das pedras
Antonio	20 anos	Roda de conversa	Morro das pedras
Debora	21 anos	Roda de conversa	Morro das pedras
Felipe	21 anos	Roda de conversa	Morro das pedras
Tiago	20 anos	Entrevista	Alto vera cruz
João	14 anos	Entrevista	Alto vera cruz
Marcos	16 anos	Entrevista	Alto vera cruz
Pedro	14 anos	Roda de conversa	Morro das pedras

Quadro 10: Dados dos/as jovens interlocutores/as.

Como destacado anteriormente, não era o nosso interesse o contato com jovens que se encontrassem na situação chamada *nem nem*, tal como descrita na literatura, diante, inclusive, das nossas desconfianças sobre o poder de representação da realidade que essa discussão pretende defender. Dessa forma, imbuídos pela disposição em compreender os fios e as tramas das experiências juvenis relacionadas à educação e ao trabalho, que por ora esbarram na nomeada ociosidade, estivemos em contato com jovens que se encontravam em situações diversas em suas inserções quanto ao trabalho e estudo, sempre em escolas públicas: jovens cursando o Ensino Fundamental ou o Ensino Médio, jovens que haviam concluído o Ensino Médio, jovens que abandonaram a escola (ou que foram abandonados por ela), jovens em cursos técnicos profissionalizantes ou programas de aprendizagem profissional, jovens trabalhando formalmente ou de maneira informal, e jovens fora do mercado de trabalho. Assim, destacamos que buscamos compreender em que medida as experiências e trajetórias dos/as jovens tangenciam a dita situação *nem nem*, e não acerca do que ela é e representa. Ao contrário de uma pesquisa com jovens *nem nem*, que reforça e os aprisiona nessa identidade,

ela representa um diálogo sobre o que vem se nomeando como essa condição, lançando problematizações sobre a mesma.

Todos os encontros foram gravados com consentimento dos/as participantes e depois submetidos à transcrição. Eles/as assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice 4) e seus nomes foram substituídos por nomes fictícios nas análises.

2.2.5 Dimensões ética e política

A Psicologia Social Latino-Americana nasce de uma prática, que em seu desenvolvimento teoriza-se e problematiza-se epistemologicamente, dando origem a uma forma de construção do conhecimento que rompe com os cânones positivistas (Montero, 2000). Essa nova forma de psicologia social, efetivamente social, contribui para produzir transformações nas vidas das pessoas, e em seu entorno, permitindo o desenvolvimento das capacidades desses sujeitos para reagir criticamente diante de circunstâncias de opressão e marginalização social.

Propomos pensar essa radicalidade da psicologia social latino-americana a partir de dois princípios paradigmáticos discutidos por Montero (2004): as dimensões ética e política. A primeira refere-se à inclusão do sujeito investigado na participação da autoria e propriedade do conhecimento produzido, retirando-o do lugar de objeto de conhecimento; e a segunda dimensão refere-se ao caráter e a finalidade do conhecimento produzido, seus efeitos sociais e políticos na vida das pessoas e no espaço público. Assim, somos convidado/as a pensar formas de pesquisar-intervir que contribua para a formação crítica dos sujeitos acerca de suas problemáticas sociais, criando, para isso, formas de superá-las, através de ações do próprio sujeito ou por meio de reivindicações coletivas.

É desejável, nesse sentido, nos questionar a respeito da produção de silêncios e subalternidades em nossa prática de pesquisa-intervenção, se ela está, como diria Paulo Freire, a produzir um silêncio silenciado, que impede o sujeito de manifestar-se, e, com isso, foge-se de uma prática democrática e libertadora pretendida (Mayorga, 2007).

Acreditamos que os encontros com os/as jovens possibilitaram aprendizados e descolamentos em uma via de mão dupla, a partir da troca de informações, questionamentos e reflexões sobre os lugares de subordinação e de privilegio

ocupados, desigualmente, pelos sujeitos na cena. O pesquisador se deteve com situações que mostravam o enorme abismo socioeconômico que o separava dos/as jovens, quando alguns/mas deles/as comentavam sobre nunca terem ido a certos espaços da cidade ou consumido certos tipos de alimentos, de terem sido abordados quatro vezes pela polícia em seus 14 anos de idade, de nunca terem entrado no campus de uma universidade.

A diferença socioeconômica, além dos marcadores de gênero, raça e orientação sexual, por ser um homem branco e gay, produziu efeitos durante os encontros, como os incômodos manifestos diante da proposta de se fechar a porta da sala durante a conversa ou de estar em um local público com um homem gay e desconhecido do território. Contudo, procurou-se não negar ou mascarar o campo de direitos e privilégios do pesquisador, e dialogar sobre os incômodos assim que eles apareciam, para que essas diferenças não se tornassem violências e silenciassem os/as jovens em seus interesses na proposta apresentada, para que eles/as não fossem tratados como objetos manipuláveis diante dos interesses da pesquisa.

As ausências, os atrasos, os silêncios durante as entrevistas, de ambos os lados, mostram-se, portanto, como efeitos desse encontro perturbador proporcionado pela pesquisa-intervenção, que produziu efeitos nos sujeitos envolvidos.

Esperamos que esses efeitos tomem outros rumos a partir do conhecimento produzido em conjunto, que ele possa contribuir para democratizar o acesso a direitos sociais por parte desses jovens, que contribua para transformar suas realidades marcadas pela opressão, que contribua para romper com ideias e atitudes que sustentam as estruturas de dominação na sociedade. Ensejamos que esse conhecimento transponha os muros da Universidade e provoque mudanças em outros espaços, como os da decisão política e da gestão das políticas públicas.

Pretendemos, tão logo, realizar atividades de devolução dos resultados aos/as jovens, como um compromisso ético e político pela transformação da nossa realidade social.

3. MANUSCRITO 1

Aceito para publicação no periódico DESidades – Revista Eletrônica de Divulgação Científica da Infância e Juventude / ISSN 2318-9282.

JOVENS *NEM NEM* BRASILEIROS/AS: ENTRE DESCONHECIMENTO DAS EXPERIÊNCIAS, ESPETACULARIZAÇÃO E INTERVENÇÕES.

Paulo Roberto da Silva Junior

Claudia Mayorga

RESUMO

A preocupação com a continuidade do social e os modos ideais de integração dos/as jovens na sociedade desses/as, principalmente os/as de origem popular, torna os jovens *nem nem* um campo propício de intervenções por diferentes atores da sociedade. Os incômodos com a inatividade dos/as jovens pobres estão presentes ao longo da história da juventude brasileira e, na atualidade, é sob o nome de jovens *nem nem* que determinadas parcelas da juventude tem ganhado grande destaque na mídia, nos projetos sociais e nas políticas públicas. Analisamos como construção do lugar de problema social para os/as jovens chamados/as *nem nem* é sustentado por um desconhecimento das experiências dos/as jovens pobres, uma espetacularização do fenômeno e pela constituição de um conjunto de práticas para solucioná-lo. Refletimos como essas nomeações reatualizam a noção de jovens perigosos/as do passado e constroem práticas sociais paradoxais.

PALAVRAS-CHAVE: jovem *nem nem*, jovem pobre, mídia, intervenção, experiência.

RESUMEN

La preocupación con la continuidad de lo social y los modos ideales de integración de los/as jóvenes en la sociedad de ellos/as, principalmente los/as de origen popular torna los jóvenes ni ni un campo propicio de intervenciones por diferentes actores de la sociedad. Las incomodidades con la inactividad de los/as jóvenes pobres están presentes a lo largo de la historia de la juventud brasileña y, en la actualidad, es sobre el nombre de jóvenes ni ni que determinadas partes de la juventud han ganado gran destaque en los medios de comunicación, en los proyectos sociales y en las políticas públicas. Analizamos como la construcción de lugar del problema social para los/as jóvenes llamados de ni ni es sustentado por un desconocimiento de las experiencias de los/as jóvenes pobres, una espectacularización del fenómeno y por la constitución de un conjunto de prácticas para solucionarlo. Reflexionamos como esas nominaciones reactualizan la noción de jóvenes peligrosos/as del pasado y construyen prácticas sociales paradójicas.

PALABRAS CLAVE: jóven ni ni, jóven pobre, medios de comunicación, intervención, experiencia.

Pertencemos a uma sociedade que se preocupa com o futuro dos/as jovens e deposita sobre eles/as a expectativa de manutenção da ordem social e política, fazendo deles/as a geração considerada responsável pelo desenvolvimento da sociedade (Leccardi, 2005). A preocupação com a integração social dos/as jovens e com a continuidade do social são aspectos que fazem com que eles/as, especialmente os/as mais pobres, se tornem objeto de constante reflexão acadêmica e alvo de intervenções por parte de diversos atores da sociedade. Foram os/as jovens perigosos/as no passado e são os/as jovens chamados/as inativos/as no presente os/as principais responsáveis pelas inquietações, pois se encontram distantes do governo (Foucault, 1996) de suas condutas por aqueles que tentam encaminhá-los para determinados comportamentos ajustados.

Jovens que nem estudam, nem trabalham e nem procuram emprego, nomeados/as como jovens *nem nem*, se constituíram como um objeto de preocupação em países como Inglaterra e Japão em meados da década de 1990, durante a crise de reestruturação produtiva capitalista. A sigla em inglês “NEET” (neither in employment nor in education or training) foi o conceito compartilhado nesses países para nomear esta condição dos/as jovens. No caso do Brasil a expressão *nem nem* é derivada do conceito NI NI – do espanhol ni estudan ni trabajan – socializado no contexto da América Latina.

O afastamento desses/as jovens da escola e do trabalho faz com que ganhem o cognome de ociosos/as, logo, *nem nem*. Refletiremos sobre os sentidos do termo jovem *nem nem* no Brasil diante da indefinição sobre o que representa essa inatividade, do afastamento em relação às experiências dos/as jovens das classes populares e do que essa experiência revela e encobre sobre a nossa realidade social. Por isso insistiremos ao longo do texto no aspecto de construção social dessa suposta inatividade como uma totalidade *nem nem* e seus desdobramentos no campo social.

As reflexões apresentadas neste texto resultam de uma pesquisa de doutorado em psicologia que buscou problematizar as noções sobre o/a chamado/a jovem *nem nem* a partir de pesquisas de juventude e das experiências de jovens pobres no Brasil. Construimos nossa pesquisa alicerçada no tripé teoria, prática e

compromisso social da psicologia social, e dos seus diálogos com o feminismo e a pesquisa-intervenção. Escolhemos, desse modo, trabalhar com uma análise lexical de universos semânticos sobre os/as chamados/as jovens *nem nem* em documentos da Organização Internacional do Trabalho/OIT, usando como apoio o programa ALCESTE - Análise Lexical por Contexto de um Conjunto de Textos. Em seguida propusemos compreender as experiências de quatorze jovens moradores/as de duas favelas de Belo Horizonte no que elas referenciam e problematizam suas inserções e ausências no trabalho e na escola, através de uma pesquisa-intervenção, usando como técnicas a entrevista e a roda de conversa. Assim, apostamos na escolha desses procedimentos como forma de compreender as noções compartilhadas sobre o/a chamado/a jovem *nem nem*, bem como seus efeitos, e as experiências de vida de jovens pobres no que elas referenciam e problematizam suas presenças/ausências no trabalho e na escola.

Nosso trajeto aqui será o de analisar como a provável ociosidade de determinados/as jovens brasileiros/as ganham status de problema social, o que remonta e renova concepções antigas sobre a juventude pobre. Partimos assim, da compreensão de que o tripé que sustenta o/a dito/a jovem *nem nem* no lugar de problema social é formado por um desconhecimento das experiências dos/as jovens pobres, uma espetacularização do fenômeno e pela constituição de um conjunto de práticas interventivas para solucioná-lo.

OS/AS JOVENS *NEM NEM* COMO UM PROBLEMA SOCIAL

As décadas de 1960/1970 e as décadas 1980/1990 marcam dois momentos distintos em que os/as jovens se transformam em campo de investigação e produções acadêmicas. Distintos porque no primeiro período as investigações se relacionavam à participação política dos/as jovens nos movimentos estudantis (Foracchi, 1997), enquanto no segundo momento se iniciaram as pesquisas sobre o envolvimento destes/as com as cenas de violência e criminalidade nas cidades brasileiras (Abramovay et al., 1999). Destacamos que o interesse pelas experiências juvenis neste segundo momento está fortemente relacionado à compreensão da juventude como geração responsável pelo futuro da sociedade; à constituição da juventude como um problema social (Abramo, 1997), a partir do seu envolvimento com a criminalidade; à promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente

(ECA), tornando-os sujeitos de direitos; e ao enorme contingente populacional de jovens na pirâmide etária da sociedade brasileira, dando origem ao boom juvenil.

A construção da juventude como problema social relaciona-se com as aproximações teóricas entre juventude e criminalidade no contexto americano, mediante os estudos realizados pela Escola de Chicago (Shaw; McKay, 1928), e a formação das quadrilhas e galeras na cidade do Rio de Janeiro (Zaluar, 1996), ressaltando o processo de difusão cultural dessas formações juvenis via globalização e a articulação no contexto brasileiro entre festas, ethos da virilidade, enfraquecimento e militarização do estado, formação de milícias e tráfico de drogas. É neste cenário que uma parcela da juventude brasileira vai sendo identificada como produtora da desordem social, por se envolver com a violência, criminalidade e drogadição; demandando da sociedade brasileira respostas repressivas e de controle dos comportamentos, a fim de torná-la um ator estratégico do desenvolvimento. Vê-se, portanto, salvaguardada as concepções do “menor” e da disciplinarização de crianças e adolescentes pobres, herdadas do nosso passado escravocrata (Arantes, 2012).

Entra em curso a produção social de jovens perigosos/as (Coimbra; Nascimento, 2005), em sua maioria pobres, negros/as e moradores/as de favelas de diferentes cidades brasileiras. A condição de pobreza vai sendo associada de forma naturalizada à periculosidade, bem como à condição de não humanidade, o que justifica uma série de práticas de extermínio, tanto física quanto simbólica. A produção dos/as jovens delinquentes autoriza o controle e a repressão, e os/as torna alvo de diversos atores que tem se apresentado para intervir através de diferentes práticas e políticas. Dentre eles, cabe destaque para o estado e as instituições do terceiro setor/ONG's, estas funcionando como uma ramificação do primeiro na execução de programas governamentais (Tommasi, 2005). Os/as jovens pobres, uma ameaça à sociedade, vão ser destinatários/as de diversas estratégias de ampliação da educação, de inserção profissional e da ocupação do tempo livre que vivenciam. Estes/as passam a ganhar visibilidade, ora como um problema social, e que, portanto, precisa ser tutelado e controlado para não causar a desordem social, ora como sujeito em formação, que precisa ser conduzido/a para uma vida adulta útil e produtiva.

É de longa data a preocupação com o que hoje se nomeia jovem *nem nem*. Reflexões anteriores sobre jovens desempregados/as ou fora da escola, ou sobre

jovens que se organizavam coletivamente em grupos, gangues e galeras apontavam para uma forte inquietação com a inatividade de determinadas parcelas da juventude. Esses/as jovens, paulatinamente, foram ganhando status de problema, e, no seu encaço, erigidas propostas de resolução da inatividade juvenil.

No agrupamento dos países da União Europeia, a média de jovens que nem estudam, nem trabalham e nem procuram emprego, apontados/as como *nem nem*, foi de 15,07% do conjunto de jovens entre 15 e 29 anos, entre 1997 e 2010 (Cardoso, 2013). No Brasil essa média foi de 16,71% na faixa etária de 19 a 24 anos, entre 2001 e 2011 (Monteiro, 2013). Em números absolutos, isso representa, aproximadamente, três milhões de jovens brasileiros na referida inatividade. Os contornos da nossa desigualdade fazem com que dos 3,2 milhões de jovens chamados/as *nem nem* no Brasil em 2011, 830 mil fossem homens, 950 mil mulheres sem filhos e 1,44 milhões mulheres com filhos. Outros aspectos são importantes para compreender essa condição: o número médio de pessoas residentes com renda positiva contribui para diminuir a taxa de inatividade, igualmente para homens e mulheres; quanto maior a escolaridade, menor a chance de estar inativo; a inatividade feminina pode estar mais relacionada com o casamento do que com a maternidade; é maior a probabilidade de inatividade entre os/as mais velhos/as e de menor escolaridade, sendo mais forte nas mulheres.

Cabe frisar que o fenômeno chamado *nem nem* não é recente no contexto de todos os países, como mostram as maiores taxas localizadas nos anos de 1997, 2001, no contexto europeu, e em 2012 no Brasil. Outro destaque é que as taxas anuais são muito próximas, com pouca variação, e seu pior momento não pode ser localizado durante a crise econômica de 2008 de forma igual para todos os países, já que para alguns deles ela impactou de forma menos severa. O que parece novo e que tem causado agitação em diversos setores da sociedade é o episódio de interrupção da queda nas taxas, como uma das sequelas da crise de 2008⁵. A conjuntura de recessão econômica vivenciada em diversos países interrompeu um movimento de queda ao redor do mundo, produzindo, com isso, o medo de um aumento exagerado dos índices no pós-crise.

⁵ A crise econômica de 2008, uma crise bancária ocorrida no centro do capitalismo, iniciou-se em meados de 2007 no mercado norte-americano e acabou-se por transformar numa crise sistêmica, passando de uma crise de crédito clássica para uma crise bancária e financeira de grande proporção. O que essa crise de 2008 desperta, sobretudo nos países desenvolvidos, é o alerta sobre o aniquilamento das conquistas pretéritas e os possíveis rumos da escolarização e, principalmente, da inserção profissional dos/as jovens.

No Brasil a tendência é a de queda da taxa para as mulheres jovens com filhos e o aumento da mesma para os homens jovens (Monteiro, 2013). Em relação à duração na condição chamada *nem nem*, o tempo médio é, relativamente, pequeno, variando de 3 a 4 meses, sendo que o aumento na duração média na condição de inatividade foi o responsável pelo aumento na taxa geral brasileira entre os anos de 2003 e 2011 (Menezes Filho; Cabanas; Komatsu, 2013). No caso dos homens, a média de duração subiu de 2,4 meses para 3 meses, o que explica o aumento na taxa geral. No caso das mulheres, a média de meses também aumenta, passando de 3,5 meses em 2003 para 4,2 meses em 2011, mas o seu efeito é equilibrado pela menor taxa de entrada das jovens na condição intitulada de inatividade.

Presumimos, como isso, que se a permanência dos/as jovens na suposta inatividade é, relativamente, temporária, a maior visibilidade dada aos jovens pela mídia nas notícias que tratam do tema da juventude nomeada *nem nem* pode ser dar em função desse aumento do número de homens jovens, mesmo que eles representem um contingente muito menor no nosso contexto social, reforçando, assim, estereótipos que associam masculinidade, pobreza e criminalidade, e seus possíveis efeitos disruptivos na sociedade.

DESCONHECIMENTO DAS EXPERIÊNCIAS

No debate sobre os/as jovens designados/as *nem nem* muitas afirmações são realizadas sem que os sujeitos tenham falado a respeito de suas experiências, visto que as pesquisas que visam medir o fenômeno são de caráter quantitativo. Não temos conhecimento, até então, de estudos que utilizaram técnicas que permitissem entender o que significa esta experiência a partir do relato dos jovens.

Compreender as experiências de jovens pobres deve ser um processo de conexão entre a descrição de suas condições materiais de vida, dos aspectos socioespaciais do seu local de moradia, e a análise das suas condições de privação econômica, social, cultural, simbólica e política. É atinar que essas experiências se constroem dentro de um campo de disputas na nossa sociedade, cuja transformação não se dá no âmbito da individualidade dos sujeitos, depositando nela a responsabilização por uma estrutura social desigual.

Enfrentamos nesse debate um dilema com relação à definição do que significa não-estudar e não-trabalhar. Os estudos (Cardoso, 2013; Monteiro, 2013) compartilham de uma perspectiva formalista dessas experiências, ou seja, tomam como referência de escolarização a matrícula em instituições formais de ensino, e como trabalhar o trabalho formal, tomado, em grande medida, como emprego. Uma análise dos programas voltados para jovens de 74 cidades brasileiras evidenciou uma expansão de ações de escolarização não-formal realizadas por esses municípios, mesmo que em algumas situações o modelo empregado continue a ser o da escola formal (Sposito, 2008). Os/as jovens inseridos nestes projetos não estariam estudando? Devem ser considerados/as ociosos/as por não estarem matriculados na escola? Mister refletir a respeito do paradoxo presente na exigência da escolarização formal, pois se exige do/a jovem a presença nos bancos escolares ao mesmo tempo em que a escola pública não oferece uma educação de boa qualidade, sendo, ao contrário disso, um modelo de educação marcado por processos de exclusão social, de naturalização das relações de subalternidade e que não dialoga com os interesses dos/as estudantes, afastando-os/as da mesma.

Da mesma forma que no aspecto educacional, há um debate sobre o que consideramos ou não atividade de trabalho. São jovens ociosos/as aqueles/as que realizam atividades domésticas, que cuidam de seus filhos ou familiares, que se encontram em período gestacional e pós-gestacional, que estão envolvidos/as com atividades esportivas e artísticas, que se encontram em trabalhos voluntários ou filantrópicos, que fazem bicos, que ocupam posições no tráfico de drogas ou que recebem o apoio financeiro dos pais durante a transição entre a escola e o trabalho?

Inativos/as para quem, para qual finalidade, dentro de qual perspectiva de sociedade? Essa e outras perguntas nos fazem conjecturar que muitas experiências são construídas socialmente como *nem nem* diante de uma leitura reducionista dos contextos de vida desses/as jovens pobres. Por isso, se faz necessário aproximar-se daqueles/as cujas experiências de afastamento da escola e do trabalho mais causam incômodo à sociedade para melhor conhecer as situações de não vínculo e quais as respostas podem ser dadas, sem acreditar em sortilégios ou reproduzir a disciplinarização dissimulada de autonomia e protagonismo juvenil.

ESPETACULARIZAÇÃO

Compreendemos a mídia como o conjunto dos meios/instrumentos de comunicação que constroem significados acerca da realidade, sendo o rádio, a imprensa, a televisão, o cinema, a internet etc., tecnologias midiáticas produtoras de conhecimento e de cultura de massa (Guazina, 2007). Esses meios de comunicação podem ser entendidos como construtores de ideologias e formas de dominação sobre os sujeitos (Adorno; Horkheimer, 1985), visando o lucro e garantindo a manutenção dos privilégios. Estarmos informados sobre o mundo se dá, nesse sentido, no contexto de uma guerra de audiência entre esses meios de comunicação, do lucro pela venda de jornais e revistas, da reprodução de interesses conservadores e da produção da sociedade do espetáculo (Debord, 2007).

A associação entre jovens pobres e violência na mídia é encontrada desde o início do século passado, momento em que se discutia a higienização da sociedade por meio do combate às classes perigosas (Coimbra; Nascimento, 2005). Para enfrenta-las foram produzidas estratégias estatais para o combate da pobreza dos espaços físico e da pobreza dos sujeitos e de suas famílias. O mito da periculosidade da pobreza abre espaço, nesse interim, para a gestão biopolítica dos/as jovens, especialmente os/as das classes populares e negros/as, compreendidos/as como virtualmente e potencialmente perigosos/as (Lemos et al., 2014), e, por isso, passíveis de serem disciplinados/as. O controle da vida desses/as jovens vai se dar, portanto, pela virtualidade do que eles/as podem apresentar enquanto comportamentos e práticas que ameaçam a nossa estabilidade e progresso social.

A divulgação das notícias sobre os/as jovens ditos/as *nem nem* e a transformação dos dados em um espetáculo são fortemente impulsionadas pela liberação de estudos que tratam das condições de escolarização e trabalho dos jovens no mundo e no Brasil, como os produzidos pela Organização Internacional do Trabalho/OIT⁶. Na mídia, os dados referentes a esses estudos dão origem a representações negativas sobre os/as jovens que vivenciam essa situação, articulando no entorno deles/as ideologia, valores e representações que operam

⁶ A Organização Internacional do Trabalho tem publicado, de maneira sequencial, dois documentos que trazem informações sobre os jovens *nem nem* ao redor do globo, a saber: Tendências Mundiais do Emprego Juvenil e Trabalho Decente e Juventude.

dentro de um campo social e que influencia o comportamento das pessoas. Sendo assim, a cada lançamento de um novo documento que apresenta estatísticas sobre a chamada inatividade é possível verificar um boom de notícias na mídia e em outros produtos midiáticos⁷. Em relação ao processo de construção de representações negativas sobre os/as jovens que vivenciam essa situação, destacamos:

Esse grupo desfamiliarizado (Nem-Nem+), nos países de capitalismo selvagem e extrativista, é uma verdadeira bomba-relógio, em termos sociais, de potencial criminalidade e de violência. Por quê? Porque os fatores negativos começam a se somar (não estuda, não trabalha, não procura emprego, não tem família, não tem projeto de vida...). Se a isso se juntam más companhias, uso de drogas, convites do crime organizado, intensa propaganda para o consumismo, famílias desestruturadas etc., dificilmente esse jovem escapa da criminalidade (consoante a teoria multifatorial da origem do delito). Milhões de jovens, teoricamente, estão na fila da criminalidade (e nossa indiferença hermética não se altera um milímetro com tudo isso). Fonte: Geração Nem-Nem+: uma bomba-relógio: <https://professorlfg.jusbrasil.com.br/artigos/113727367/geracao-nem-nem-uma-bomba-relogio>

No total, há 5,3 milhões de jovens que não trabalham nem estudam, indica a pesquisa (*). Se fossem computados os jovens que ainda procuram alguma ocupação, o número saltaria para 7,2 milhões. Num país com cenário de baixo desemprego e economia em expansão (em 2010, ano em que os números usados na pesquisa foram colhidos, o PIB cresceu 7,5%), isso significa que uma parcela importante dos brasileiros não está participando do desenvolvimento experimentado nos últimos anos. Uma vez sem perspectiva, alguns deles podem cair na criminalidade. (*) Trecho suprimido pelos autores. Fonte: A geração 'nem-nem': <https://opinio.estadao.com.br/noticias/geral,a-geracao-nem-nem-imp-,935944>

Ao reunirmos um conjunto de notícias publicadas sobre os/as jovens chamados/as *nem nem* disponíveis na internet entre 2012 e 2015⁸, destacamos ao fato da maior parte das reportagens valerem-se de jovens homens e pobres para ilustrar o perfil desse grupo, reproduzindo estereótipos e naturalizando a relação entre juventude, masculinidade, violência e criminalidade. Poucas são as

⁷ Em 2013 o tema foi abordado na novela Geração Brasil, da Rede Globo de Televisão, por meio de um personagem jovem *nem nem*.

⁸ As notícias podem ser acessadas em: Cresce a proporção de jovens "nem, nem, nem": <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,cresce-a-proporcao-de-jovens-nem-nem-nem,1619076> - IBGE: um quinto dos jovens no Brasil é "nem-nem", que não estuda nem trabalha: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/11/29/um-em-cada-cinco-jovens-de-15-a-29-anos-nao-estuda-nem-trabalha-diz-ibge.htm> - Geração Nem-Nem+: uma bomba-relógio: <http://professorlfg.jusbrasil.com.br/artigos/113727367/geracao-nem-nem-uma-bomba-relogio> - O próximo "nem-nem" pode ser você: <http://exame.abril.com.br/revista-voce-sa/noticias/o-proximo-nem-nem-pode-ser-voce> - Não estuda nem trabalha: crise econômica e social lançam alerta sobre "geração nem nem": <http://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/nao-estuda-nem-trabalha-crise-economica-e-problemas-sociais-lancam-alerta-sobre-a-geracao-nem-nem.htm> - Não estuda nem trabalha: crise econômica e social lançam alerta sobre "geração nem nem": <http://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/nao-estuda-nem-trabalha-crise-economica-e-problemas-sociais-lancam-alerta-sobre-a-geracao-nem-nem.htm> - A geração 'nem-nem': <https://opinio.estadao.com.br/noticias/geral,a-geracao-nem-nem-imp-,935944>

reportagens que tratam da presença massiva de mulheres jovens nas estatísticas levantadas. Isso contribui, também, para a invisibilização das desigualdades de gênero, mesmo diante dos dados estatísticos que mostram a perversa relação entre gênero, trabalho e educação que penaliza as mulheres. Não falar centralmente das mulheres jovens como aquelas em maior proporção nas estatísticas, representa, em grande medida, naturalizar as trajetórias construídas pelas jovens, como as de abandonar os estudos e o trabalho por conta de uma gravidez, para cuidar de seus filhos ou pessoas próximas ou para fazer trabalhos domésticos. O abandono da escola e do trabalho por parte das jovens para dedicarem-se à vida privada parece não incomodar e causar espanto, pois tais trajetórias são percebidas como próprias de uma suposta natureza da mulher (Mayorga et al., 2016).

Questionamo-nos sobre os propósitos de tamanha preocupação e visibilidade do tema se a duração da condição chamada *nem nem* é curta, se não existe um consenso sobre quais experiências devem ser descritas como de inatividade nas pesquisas domiciliares e se as taxas brasileiras historicamente tendem a uma estabilidade. Essa espetacularização, pautada numa abordagem realista/concretista da ociosidade, como se ela existisse de tal forma, parece reatualizar e demonizar as imagens do menor, pivete, trombadinha, crianças e jovens perigosos/as ao longo da nossa história brasileira, enquanto se glamourizam outras experiências juvenis. No encaicho da reatualização do discurso do pânico moral pela mídia encontramos, também, os procedimentos que visam normalizar os desvios dos/as jovens pobres.

INTERVENÇÕES

Se mescladas, as representações compartilhadas sobre os/as jovens tidos/as como *nem nem* pela mídia e aquelas construídas pelas pesquisas sobre trabalho e emprego para a juventude, destacam tanto um viés economicista em suas preocupações ao enfatizar que esses/as jovens podem ajudar a elevar as taxas de desemprego e se tornarem dependentes do governo, quanto uma tendência repressiva, ao focalizarem a possível composição de um exército de jovens disponíveis para se envolver com a criminalidade e o tráfico de drogas, e, no caso das jovens, para a gravidez na adolescência como um fenômeno recorrente ou para o seu envolvimento com jovens que também vivenciam a mesma situação de não estudar e não trabalhar. Essas afirmações justificam, assim, intervenções pautadas,

na maior parte das vezes, em critérios econômicos e de moralização das experiências juvenis.

Em 2012, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Sistema Indústria (SESI, SENAI e IEL), em parceria com a UNESCO, iniciaram o Projeto Educação Livre, pautado na percepção de uma lacuna entre mão de obra industrial e formação educacional incompleta dos/as jovens brasileiros/as. O projeto visa inserir o público de jovens chamados/as *nem nem* no mercado de trabalho da indústria, por meio do desenvolvimento de competências básicas em língua portuguesa e matemática, e de habilidades para o trabalho (Guimarães, 2014). Argumenta-se que os/as jovens possuem grande importância no desenvolvimento socioeconômico do país e que propostas como essa são indispensáveis para o aumento da produtividade e diminuição do trabalho informal juvenil.

Proposituras focadas na ocupação do tempo livre dos jovens/as pobres pela via do trabalho e da educação fazem parte da história desse grupo na nossa sociedade (Sposito; Silva; Souza, 2006) e mostram o processo de naturalização do governo da juventude pobre via trabalho-educação. Contrariamente, para os/as jovens das classes abastadas não se identifica este agenciamento dos comportamentos, sendo a ociosidade desses uma questão que não causa pânico moral na sociedade. Os/as jovens inativos dessas classes não foram construídos socialmente como perigosos/as, e mesmo quando relacionados a esses comportamentos a explicação para os/as mesmos/as passa por outra ordem, precisando, com isso, que a doença da violência receba tratamento por parte de diversos atores da sociedade (Hadler; Guareschi; Scisleski, 2015). Trabalho e educação vão ser pensados, também, como projetos para esses/as jovens, mas não na lógica da condução a um modo funcionalista de desempenhar os papéis, mas sim como direito, para que as virtualidades positivas e os privilégios de classe, gênero e raça se reproduzam e se mantenham inalterados.

Diversamente, os/as jovens chamados/as *nem nem* se tornam nesse trajeto de inúmeros programas e projetos sociais, executados por parcerias entre agentes públicos, ONG's e instituições privadas, um campo de intervenção social (Tommasi, 2010). A partir de diferentes recursos, investimentos, práticas, ações e políticas, o estado e outros atores sociais buscam intervir sobre esses/as jovens numa relação polarizada entre projetos de conservação contra demandas de subversão da ordem estabelecida ou das estruturas sociais. O resultado desse processo é a construção

da condição de jovem de projeto (Sobrinho, 2012), que vê suas experiências e condutas controladas em nome da manutenção de determinados valores pautados pela lógica liberal. É a salvação do/a jovem pobre (Silva Junior; Mayorga, 2016) via políticas que visam expandir e garantir direitos.

O liberalismo simula, maliciosamente, o mundo moderno como um palco de escolhas individuais ilimitadas (Souza, 2009), ao oferecer oportunidades, no lugar de garantir direitos sociais, ao introjetar nos sujeitos as responsabilidades pelo seu sucesso e, também, seu fracasso. Os/as jovens de projeto são transformados/as em jovens protagonistas, responsáveis pela transformação de suas vidas a partir dos ensinamentos e recursos recebidos pelas instituições, mesmo que precários e incapazes de produzir saídas emancipatórias (Mayorga et al., 2009). A domesticação dos/as jovens visa transformá-los/as em trabalhadores do social, em empreendedores da própria vida (Rose, 2011) e, logicamente, todas as agruras enfrentadas tornam-se, única e exclusivamente, responsabilidade própria, uma vez que foram dadas as condições para a mudança.

Ao fetichizar a dimensão econômica como a esfera de resolução dos nossos problemas sociais, o que a perspectiva liberal camufla é a profunda desigualdade estrutural que compartilhamos na sociedade brasileira. Esta se reproduz de forma opaca e invisível à consciência cotidiana, fazendo com que a apropriação do prestígio, reconhecimento e respeito se dê apenas pelas classes mais abastadas. Nessa luta, a ralé da sociedade brasileira vai ser constituída pelos sujeitos pobres não somente do ponto de vista econômico, mas social, política e moralmente, sendo eles privados, portanto, das noções de dignidade, utilidade e produtividade. Os/as jovens tomados/as como *nem nem*, por pertencerem em sua maioria às classes populares, compõem a ralé, conduzindo suas vidas em meio à exclusão no acesso às oportunidades e direitos colocados como iguais para todos na sociedade.

A exemplo do que acontece nas dinâmicas das desigualdades de gênero, raça e orientação sexual, dentre outras, também, no caso desses/as jovens o discurso liberal, individualista em seu fundamento, imputa às minorias sociais a responsabilidade por ocupar um lugar de desprivilegio. Determinados/as jovens, pautando-se nesse discurso, tornam-se responsáveis por estar nesse lugar de ociosidade e tem em suas mãos as condições de sair dela, bastando, apenas, fazer uso das diversas oportunidades que são colocadas igualmente para todos/as na sociedade. Depositar a responsabilidade sobre esses/as jovens elimina a

necessidade de pensar mudanças estruturais e nos modelos que utilizamos para valorar as pessoas.

Pontuamos que a situação dos/as jovens tidos/as como *nem nem* deve ser vista como um problema estrutural e como um problema social digno de se transformar em problema sociológico (Cardoso, 2013) e psicossociológico. Ao mesmo tempo, é imprescindível compreendermos que o afastamento dos/as jovens da escola e do trabalho contribui para a persistência das nossas desigualdades, uma vez que o lugar da ralé ocupado por eles/as é transmitido entre as gerações. Enfrentar essas questões representa atacar os mecanismos produtores de exclusão e desigualdade no contexto brasileiro, o que significa retirar da dimensão individual a origem e a solução do problema, e encontrar saídas que problematizem o nosso modelo de sociedade e suas lógicas de exclusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O/a jovem como aquele/as que deve ocupar o lugar do adulto na manutenção da ordem social, a construção de um sistema de garantia de direitos para crianças e adolescentes, o expressivo número de jovens na pirâmide social brasileira e a noção dos/as jovens pobres como um problema social, constituem-se como aspectos importantes na consolidação de agendas acadêmicas e políticas focalizadas no público jovem. Políticas essas que oscilam entre a garantia de direitos, e produção de autonomia, e o controle dos comportamentos, com a produção de um simulacro de cidadania, particularmente, para os/as jovens pobres.

Os/as jovens nomeados/as *nem nem*, presentes com outras denominações nos estudos sobre juventude ao longo do tempo, ganharam destaque, especialmente, nas últimas duas décadas. Mensuração do fenômeno via censo demográfico, trabalhos acadêmicos, notícias na mídia, construção de programas e projetos com foco economicista, são algumas das iniciativas que defendemos estar na sustentação discursiva e prática desses/as jovens como um problema social de grande relevância, capaz de produzir grandes prejuízos para o futuro da nossa sociedade. Enquanto muito se fala sobre eles/as a partir de dados censitários, pouco se conhece sobre suas experiências de vida do ponto de vista qualitativo, e menos ainda se colocam em dúvida as certezas apresentadas.

Destacamos que o tripé espetacularização, intervenções sobre o problema e o desconhecimento das experiências sustenta jovens afastados/as da escola e do trabalho no lugar de *nem nem*, como uma nova disfunção social, dentro de um contexto neoliberal que responsabiliza os/as jovens por esse lugar e faz depender deles/as, também, a construção de saídas emancipatórias, enquanto o nosso modelo de desigualdade estrutural de classe, raça, gênero e outras hierarquias sociais, permanece inalterado. Inventamos-se que basta investir nos/as jovens, despertar neles/as o desejo de agir, moldar mentes e corações, salvá-los/as da sua pobreza, que o problema estará resolvido, como num passe de mágica.

Perguntamo-nos em que medida esse lugar de inativos/as construído para algumas experiências juvenis, mesmo que pouco se conheça sobre elas, se articula com práticas de controle e extermínio da juventude pobre e negra, como nos casos da redução da maioria penal, a permanência dos autos de resistência e o genocídio da juventude negra. O habitus de classe do/a jovem pobre é o da ralé, no qual se encontram os sujeitos que não possuem as precondições psicossociais exigidas para serem considerados sujeitos dignos de respeito e estima. Envoltos/as em técnicas e procedimentos de ajustamento a certos ideais, travestidos de empoderamento e acesso à cidadania, refletimos sobre o passado que se faz presente, sobre novos nomes e definições com velhas roupagens, antes jovens perigosos/as, hoje jovens ditos/as *nem nem*. Por fim, o desafio que se coloca para o nosso país é de que ele tem que se resolver, se vai mandar cuidar desses/as jovens ou se vai mandar prender⁹.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. Revista Brasileira de Educação, Número especial: Juventude e Contemporaneidade, São Paulo: ANPED, n. 5/6, p. 25-36, 1997.

ABRAMOVAY, M. et al. Gangues, galeras, chegados e rappers: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília. Rio de Janeiro: Unesco, Instituto Ayrton Senna; Setur; Garamond, 1999.

⁹ Referência à música No meu país, composta e interpretada pela artista Zélia Ducan e Xande de Pilares.

- ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1985.
- ARANTES, E. M. M. Direitos da criança e do adolescente: um debate necessário. *Psicologia Clínica (PUCRJ. Impresso)*, Rio de Janeiro, v. 24.1, p. 45-56, 2012.
- CARDOSO, A. Juventude, trabalho e desenvolvimento: elementos para uma agenda de investigação. *Caderno CRH (UFBA. Impresso)*, Salvador, v. 26, n. 68, p. 293-314, Maio/Ago. 2013.
- COIMBRA, C. M. B., NASCIMENTO, M. L. DO. Ser jovem, ser pobre é ser perigoso? *JOVENes, Revista de Estudios sobre Juventud*, México, v. 9, n. 22, p. 338-355, 2005.
- DEBORD, G. A sociedade do espetáculo. Comentários sobre a sociedade do espetáculo. 11. ed. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2007.
- FORACCHI, M. M. O estudante e a transformação da sociedade brasileira. São Paulo: Editora Nacional, 1977.
- FOUCAULT, M. Microfísica do poder. 12. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1996.
- GUAZINA, L. O conceito de mídia na comunicação e na ciência política: Desafios interdisciplinares. *Revista Debate*, Porto Alegre, n. 1, p. 49-64, 2007.
- GUIMARÃES, L. G. S. Juventude e Desenvolvimento Social na América Latina: um estudo sob a perspectiva da cooperação. *Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro Universitário Unieuro*. Brasília, n. 13, p. 202-234, Jun. 2014.
- HADLER, O. H., GUARESCHI, N., SCISLESKI, A. Observâncias: Sobre psicologia, políticas de segurança e juventude. In: SCISLESKI, A; GUARESCHI, N. (Org.). *Juventude, marginalidade social e direitos humanos: da psicologia às políticas públicas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015. p. 55-74.
- LECCARDI, C. Por um novo significado do futuro: mudança social, jovens e tempo. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 35-57, 2005.
- LE MOS, F. C. S. et al. Algumas interrogações acerca das produções midiáticas sobre a juventude. *Fractal: Revista de Psicologia*, Niterói, v. 26, n. 2, p. 415-428, Maio/Ago. 2014.
- MAYORGA, C. et al. Gênero, feminismo e psicologia social no Brasil: análise da revista *Psicologia & Sociedade* (1996-2010). *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 28, n. 3, p. 589-603, 2016.

MAYORGA, C. et al. Protagonismo juvenil: a politização do jovem ou a redução da ação política?. In: BARBOSA, J. L.; SOUZA E SILVA, J. SOUSA, A. I. (Org.). Políticas Públicas e Juventude. Rio de Janeiro/RJ: Coleção Grandes Temas do Conexões de Saberes, 2009.

MENEZES FILHO, N. A.; CABANAS, P. H. F.; KOMATSU, B. K. A condição “nem - nem” entre os jovens é permanente? Policy Paper, São Paulo, n. 7, Ago. 2013.

MONTEIRO, J. Quem são os jovens Nem-Nem?: uma análise sobre os jovens que não estudam e não participam do mercado de trabalho. Texto para Discussão n.34, FGV-IBRE, Rio de Janeiro, Set. 2013.

ROSE, N. Inventando nossos selfs: psicologia, poder e subjetividade . Petropolis, RJ: Vozes, 2011.

SHAW, C.; McKAY, H. Juvenile delinquency and urban areas. Chicago: The University of Chicago Press, 1928.

SILVA JUNIOR, P. R.; MAYORGA, C. Experiências de jovens pobres participantes de programas de aprendizagem profissional. Psicologia & Sociedade (Online), v.28, n. 2, p. 298-308, 2016.

SOBRINHO, A. L. S. “Jovens de Projetos” nas ONGs: olhares e vivências entre o engajamento político e o trabalho no “social”. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2012.

SOUZA, J. A má-fé da sociedade e a naturalização da ralé. In: SOUZA, L. (Org.). A ralé brasileira: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 385-431.

SPOSITO, M. P. Juventude e Educação: interações entre educação escolar e a educação não-formal. Educação e Realidade, Porto Alegre, n. 33(2), p. 83-98, Jul/Dez. 2008.

SPOSITO, M. P., SILVA, H. H. C.; SOUZA, N. S. Juventude e poder local: um balanço de iniciativas voltadas para jovens em municípios de regiões metropolitanas. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, p. 238-257, Maio/Ago. 2006.

TOMMASI, L. “Juventude em pauta”: a juventude como campo de intervenção social. Projeto de Pesquisa, Departamento de Sociologia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro. Documento não publicado. 2010.

TOMMASI, L. Enfoques y prácticas de trabajo con los jóvenes. Una mirada de las organizaciones no gubernamentales brasileñas. JOVENes, Revista de Estudios sobre Juventud, México, v. 9, n. 22, p. 48-69, 2005.

ZALUAR, A. M. Da Revolta ao Crime S.A. Rio de Janeiro: Moderna, 1996.

ENTRE AFIRMAÇÕES E QUESTIONAMENTOS: UMA ANÁLISE LEXICAL SOBRE O/A JOVEM NOMEADO/A *NEM NEM* EM DOCUMENTOS DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO.

Paulo Roberto da Silva Junior

Claudia Mayorga

RESUMO

Apresentamos os resultados de uma análise lexical, com o auxílio do programa ALCESTE, dos principais universos semânticos sobre os/as jovens nomeados/as *nem nem* em trechos retirados de dezenove (19) documentos de duas publicações diferentes da Organização Internacional do Trabalho. Problematizamos algumas noções que convidam a pensar os/as jovens ditos/as *nem nem* como sujeitos vulneráveis e como grupo de risco, sendo as respostas mais imediatas direcionadas ao investimento na subjetividade do/a jovem, reatualizando o mito dos/as jovens pobres como classe perigosa, sem com isso levar em consideração a reprodução social da nossa desigualdade.

PALAVRAS-CHAVE: jovens pobres, vulnerabilidade, classe perigosa., ALCESTE.

ABSTRACT

We had presented the results of a lexical analysis, with the support of the ALCESTE program, one of the main semantic universes about youngsters called *nem nem* in excerpts from nineteen (19) documents of two different publications from International Work Organization. We had problematized some notions that invite to think over youngsters so-called *nem nem* as vulnerable individuals and as a risk group, considering that the most immediate answers are directed to the investment of a youngster subjectivity, reenacting the myth that poor youngsters are a dangerous class, not considering the social reproduction of our inequality.

KEY-WORDS: poor youngsters, vulnerability, dangerous class, ALCESTE.

INTRODUÇÃO

A expressão *nem nem*¹⁰ tem sido amplamente utilizada no Brasil para se referir aos/às jovens que estão fora da escola, do mercado de trabalho e que não participam de programas de treinamento para o trabalho. Esses/as jovens constituíram-se como um objeto de preocupação em países como a Inglaterra e o Japão em meados da década de 1990, durante a crise de reestruturação produtiva capitalista. Dados recentes da Oficina Internacional del Trabajo (2016) apontam que 25% da população jovem, entre 15 e 29 anos de idade, em 28 países pesquisados ao redor do mundo, encontra-se na condição chamada *nem nem*, sendo que a taxa de inatividade aumenta à medida que um/a jovem envelhece. Diante disso, no ano de 2015, a diminuição da taxa de jovens chamados/as *nem nem* se tornou um dos objetivos do desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas.

O tema da juventude apontada como *nem nem* tem sido pautado por um vasto conjunto de pesquisas, informes e matérias jornalísticas que destacam o dilatamento do número de jovens nomeados/as *nem nem*, e as consequências disso para o modelo estrutural-funcionalista (Groppo, 2017) de transição dos jovens para a vida adulta, pautado na saída da escola e a entrada no mercado de trabalho.

Indispensável destacar que essa condição não é uma novidade no mundo contemporâneo, contudo ganha destaque como problema social e estrutural, sobretudo, a partir da crise de 2008 iniciada nos Estados Unidos e que se alastrou pela Europa (Cardoso, 2013). A grande novidade, e que se torna um espetáculo midiático em diversos países, inclusive no Brasil, vai ser o incremento nas taxas de jovens ditos/as *nem nem* depois de anos de estabilidade. No caso da Europa, o aumento da taxa de inatividade deu-se, principalmente, pelo desemprego dos/as jovens que já haviam terminado o processo de escolarização e estavam empregados/as, sendo maior para os homens do que para as mulheres. O salto da taxa de 12,7% para 14,8%, no período entre 2007 e 2011, pode ser considerado um dos motivos detonadores dos movimentos coletivos juvenis em alguns países europeus, uma vez que atingiu mais fortemente os/as jovens da classe média que viram derrocar a chamada transição bem-sucedida da escola para o mundo do

¹⁰ Derivada dos conceitos em espanhol NI NI – ni estudan ni trabajan e em inglês NEET - neither in employment nor in education or training.

trabalho. No Brasil, as taxas permaneceram mais estáveis, passando de 19,9% em 2007 para 19,5% em 2011. As manifestações juvenis de junho de 2013 não se apresentaram, ao contrário do contexto europeu, como uma resposta à suposta taxa de inatividade dos/as jovens brasileiros/as.

Cabe destacar que o desemprego juvenil pode ser compreendido, nos diferentes contextos e países, como um dos efeitos da configuração da sociedade pós-industrial, ou sociedade da informação/sociedade informacional (Castells, 2000), profundamente marcada pela informação como matéria prima, a penetrabilidade das novas tecnologias, a flexibilização da produção, a lógica de redes e a convergência de novas tecnologias. Também, a visão compartilhada sobre os/as jovens como sujeitos imaturos/as e despreparados/as para assumir postos dentro de um sistema que privilegia as altas competências e habilidades, associadas muitas vezes ao universo adulto, acaba por eliminar e afastar os/as mesmos/as do mercado de trabalho. Articula-se a essas restrições, as dinâmicas de classe, raça, gênero e território, tendo como resultado a exclusão e o desencorajamento dos/as jovens para buscar trabalho, pois eles/as pressupõem de antemão que serão rejeitados/as.

Entrevemos que, no caso brasileiro, o interesse por esse tema tem sido atravessado por uma repercussão espetacularizada dos dados pela mídia; pela construção de diferentes estratégias de ação, por meio das quais diversos atores buscam intervir nas carências e na violência em potencial desses/as jovens, especialmente os homens; e pelo desconhecimento das experiências de vida e práticas sociais de jovens moradores de periferia, os quais muitas vezes são denominados/as *nem nem*, mas que constroem repertórios de vida que podem tanto desconstruir esta noção construída quanto afirmá-la, com nuances muito diferentes do que aquelas veiculadas pelos discursos moralizantes.

A partir das contribuições da psicologia social, e seus diálogos com o feminismo, propomos analisar os discursos, as noções e as representações produzidas sobre os/as jovens conhecidos/as como *nem nem*, bem como as propostas de controle e regulação produzidas por diferentes atores da sociedade para estes/as, tomando como disparador os principais mundos lexicais veiculados em duas publicações sobre a relação trabalho e juventude da Organização Internacional do Trabalho/OIT.

Partimos de uma abordagem construcionista que se opõe ao representacionismo, porque desnaturaliza a realidade (Guareschi, 2008), mostrando

que o conhecimento disponível não é a representação do mundo e sim proposições explicativas que ganham efeitos de verdade na vida cotidiana e instituem modos de ser e de viver. Nosso percurso, assim, será o de analisar as afirmações compartilhadas sobre esses/as jovens e questionar o seu aspecto construído, que invisibiliza desigualdades e age sobre seus modos de ser e viver. Interpretados, também, como representações sociais, esses conhecimentos devem ser compreendidos como socialmente construídos e compartilhados com objetivos práticos (Jodelet, 2001), que contribuem para a construção de realidades comuns de um determinado grupo social, no caso em específico, os/as jovens apontado/as como *nem nem*.

A perspectiva interseccional pautada pelo feminismo nos convida a pensar a correlação entre as diversas posições de poder vivenciadas por esses sujeitos (Mayorga, Coura, Miralles & Cunha, 2013), nomeados/as como *nem nem*, apontando elementos importantes da desigualdade social brasileira que buscam problematizar essa noção construída. Por isso, ao longo desse texto, destacamos nossa posição frente à condição identificada *nem nem* como construída socialmente e não como um espelhamento da realidade vivenciada pelos/as jovens.

OS/AS JOVENS *NEM NEM* COMO PROBLEMA SOCIAL

O/a jovem brasileiro/a conhecido/a como *nem nem* dos estudos e levantamentos é aquele/a que não estuda e não participa do mercado de trabalho (não está trabalhando ou procurando emprego). A inatividade/ociosidade é deduzida a partir da ausência nesses dois campos sociais. No entanto, a noção de ociosidade é contingente, uma vez que as definições de não estudar e não trabalhar levam em consideração a matrícula ou vínculo formal nos sistemas de trabalho e emprego. Por isso, indagamos se faz sentido nomear como inativos/as os/as jovens que vivem experiências como a de cuidar de crianças ou de pessoas próximas, a de realizar trabalhos domésticos, a de realizar trabalhos voluntários, a de estar envolvidos em atividades esportivas e artísticas, ou mesmo em atividades informais ou ilegais, como o tráfico de drogas.

Tomando como referência o recorte etário de 19 a 24 anos em 2011 no Brasil, a população jovem era de 19 milhões de brasileiros/as, sendo os/as jovens identificados/as *nem nem* 3,2 milhões, ou seja, 17% desse grupo. Destes/as jovens

considerados/as inativos/as, contavam-se 830 mil homens (25%) e 2,4 milhões mulheres (75%). Destas jovens na condição *nem nem*, 30% delas não tinham filhos e 45% tinham pelo menos 1 filho. Em relação à escolarização, 28% tinham o ensino fundamental incompleto, 22% o fundamental completo, 14% o médio incompleto, 17% o médio completo e 4% o ensino superior. No tocante à renda, 55% moravam em domicílios com renda mensal de até R\$ 330,00 reais e, apenas, 8% em domicílios com renda familiar maior que R\$ 825,00 reais per capita. Via de regra, pode-se afirmar que a condição intitulada *nem nem* no Brasil é marcada pelas seguintes particularidades: mais preponderante entre jovens com pouca escolaridade e de baixa renda, notadamente entre mulheres com filho; ter um filho de menos de 1 ano é o principal fator que explica porque as mulheres, em particular, as mais pobres, estão nessa condição; a inatividade tem crescido entre os homens, sobretudo, entre os menos escolarizados; os homens que estudam pouco estão encontrando cada vez mais dificuldades de se inserir no mercado de trabalho (Monteiro, 2013).

No campo midiático, as pesquisas sobre os/as jovens nomeados/as *nem nem* embasam a construção de matérias jornalísticas¹¹ que destacam preocupações que resvalam para um viés economicista, pois estes/as jovens, de acordo com as análises realizadas, podem ajudar a elevar as taxas de desemprego e apresentam maior probabilidade de se tornarem dependentes do governo. De mais a mais, também destacam a composição de um exército de jovens vulneráveis e em situação de risco, disponíveis para se envolverem com a violência, a criminalidade e o tráfico de drogas. Cabe-nos refletir, inescusavelmente, sobre o papel que a mídia exerce na espetacularização e na invenção de determinados sujeitos jovens (Kouri, 2011), dando destaque para a produção midiática entorno dos/as jovens ditos/as *nem nem*, pois é no contexto da guerra de audiência entre os meios de comunicação, do lucro pela venda de jornais e revistas, da reprodução de interesses conservadores e produção da sociedade do espetáculo (Debord, 2000) que nos mantemos informados sobre o mundo.

¹¹ Algumas das reportagens acessadas: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,cresce-a-proporcao-de-jovens-nem-nem-nem,1619076> - <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/11/29/um-em-cada-cinco-jovens-de-15-a-29-anos-nao-estuda-nem-trabalha-diz-ibge.htm> - <http://professorlfg.jusbrasil.com.br/artigos/113727367/geracao-nem-nem-uma-bomba-relogio> - <http://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/nao-estuda-nem-trabalha-crise-economica-e-problemas-sociais-lancam-alerta-sobre-a-geracao-nem-nem.htm> - <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-11-20/mulheres-negras-sao-maioria-entre-jovens-que-nao-trabalham-nem-estudam>.

Ainda no tocante à produção midiática, três pontos merecem destaque. Em primeiro lugar, as reportagens produzem uma espetacularização da condição apontada *nem nem* a considerando um problema crescente e de grande magnitude no contexto social brasileiro, o que nos causa incômodo e desconfianças em relação à forma representacionista como o tema tem sido abordado – como se a teoria espelhasse a realidade (Ibáñez, 1993). Em segundo lugar, as reportagens reproduzem a associação estereotipada e distópica entre masculinidade negra e violência (Conrado & Ribeiro, 2017), pois muitas delas lançam mão de imagens de jovens homens negros para ilustrar o perfil da juventude apontada *nem nem*, trazendo em suas análises a dimensão naturalizante da relação entre juventude, raça, masculinidade e criminalidade. Por fim, pesquisas realizadas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT)¹² são utilizadas pelas reportagens como fonte de informações estatísticas, sendo possível observar nos últimos anos uma estreita relação entre o lançamento de uma nova edição dos informes da OIT sobre emprego e desemprego juvenil e o surgimento de um novo *boom* de notícias.

No campo da juventude, duas publicações da OIT têm sido, frequentemente, referenciadas tanto pelas matérias jornalísticas quanto pelos trabalhos acadêmicos ao tratarem do tema dos/as designados/as jovens *nem nem*. O documento Tendências Mundiais do Emprego Juvenil é produzido pela Oficina Internacional do Trabalho, com sede em Genebra/Suíça, e centra-se no cenário mundial. Já o documento Trabalho Decente e Juventude, produzido pela Oficina Regional para América Latina e Caribe, com sede em Lima/Peru, e pelo Projeto Promoção do Emprego Juvenil na América Latina, focaliza a região da América Latina e Caribe. A juventude considerada *nem nem* é um dos vários assuntos tratados por essas publicações e não o tema central de nenhuma delas

Levando em consideração a importância que as produções da OIT possuem no compartilhamento de informações sobre os/as chamados/as jovens *nem nem* e sua capilaridade no campo publicitário e acadêmico, propomos neste momento analisar os principais conteúdos lexicais veiculados sobre o/a jovem nomeado/a *nem nem* nas publicações Tendências Mundiais do Emprego Juvenil e Trabalho Decente e Juventude, e problematizar, partir de uma perspectiva construcionista, a evidência

¹² A nível mundial, a OIT é um importante ator na produção e publicização de dados referentes ao mercado de trabalho adulto e juvenil, com destaque na orientação das políticas voltadas para emprego e renda.

com que se impõe sobre nós essa categoria, seus sentidos e seus efeitos práticos nas vidas dos/as jovens. Analisadas como documentos de domínio público (Spink, 2000), as publicações da OIT sobre juventude devem ser compreendidas como produtos sociais que veiculam posições e posturas pessoais, institucionais, coletivas, assumidas por diversos atores na sociedade e que constroem a vida cotidiana. As ideias nelas contidas transformam-se, desse modo, em práticas sociais e passam a gerir a vida das pessoas, dando origem a ações, políticas, projetos e programas de diversas naturezas.

METODOLOGIA

Propomos a realização de uma pesquisa documental e exploratória, utilizando como fonte de informação trechos das publicações Tendências Mundiais do Emprego Juvenil e Trabalho Decente e Juventude, da Organização Internacional do Trabalho, entre os anos de 2004 e 2016. Fazem parte do *corpus*¹³ de análise trechos que tratavam especificamente do/a jovem chamado/a *nem nem*.

A escolha por trabalhar com duas publicações diferentes relaciona-se com o interesse de perceber as possíveis nuances na forma como os documentos abordam esses/as jovens no nível mundial e quando isso se dá no âmbito local, no caso do cenário latino-americano. Perceber, assim sendo, quais conteúdos linguísticos estão mais próximos em um e noutro contexto, quais problemas e propostas de solução são construídas nos dois âmbitos.

A pesquisa documental tem como objetivo extrair informações de um determinado documento seja textual ou não, utilizando-se de técnicas para o seu manuseio, estabelecimento de categorias, análise dessas categorias e construção de sínteses, no intuito de ampliar o entendimento sobre temas, objetos e fenômenos que necessitam de contextualização histórica e sociocultural (Sá-Silva, Almeida & Guindani, 2009). Na pesquisa documental o trabalho é o de encontrar as informações úteis para o estudo que será realizado e, posteriormente, analisá-las. Para realizá-la é vital compreender qual o contexto social, histórico e político no qual

¹³ Refere-se ao banco de dados com todos os fragmentos de textos selecionados dos informes e salvos em arquivo de texto único e editável. Do latim, *corpo*. Nas pesquisas históricas ou sociais trata-se da coleção homogênea de textos sobre determinado tema, utilizada quando o tema investigado possui grande variabilidade e inviabiliza os critérios de amostragem representativa (Bauer & Aarts, 2002, citado por Oliveira & Gianordoli-Nascimento 2013).

o documento foi produzido; os/as autores/as do documento; quais técnicas foram utilizadas para coletar as informações?; qual a natureza do documento; e quais os conceitos-chave e a lógica interna do documento.

Para compilação dos documentos, foram realizadas buscas nas páginas eletrônicas da Organização Internacional do Trabalho¹⁴, especificamente, nas seções que hospedam produções elaboradas pelas múltiplas agências sob sua coordenação. Como não existe versão em português para a maioria dos informes, priorizamos a versão em espanhol, por esta língua ser mais próxima do nosso idioma, facilitando um pouco mais a compreensão por parte dos/as leitores/as, e para dar uma homogeneidade ao *corpus*. Alguns trechos foram traduzidos do inglês para o espanhol, no caso dos documentos encontrados apenas na língua inglesa.

Encontramos trechos sobre o/a jovem nomeado/a *nem nem* em 08 das 10 edições do informe Tendências Mundiais do Emprego Juvenil, e em 11 das 15 edições do informe Trabalho Decente e Juventude. Ao todo, portanto, foram descartadas 06 edições dos informes. Em todos os segmentos de texto selecionados foi utilizado como referência de recorte o fim do parágrafo. Em algumas situações seções inteiras foram destacadas dos documentos, em outras apenas trechos curtos, respeitado sempre a condição de o conteúdo fazer referência ao tema de estudo.

O material selecionado foi ordenado em uma ficha de organização, no formato Excel, contendo: ano de publicação, título e agência que editou o informe. Os fragmentos selecionados foram transformados do formato PDF (Portable Document Format) para o formato de texto editável, conforme exigência do software escolhido para a análise dos dados.

A exigência de homogeneidade do texto resultou na escolha de proceder a análise dos dois informes separadamente, e, para isso, foram construídos dois *corpora* diferentes, um com os trechos do informe Tendências Mundiais do Emprego Juvenil e outro com os fragmentos do informe Trabalho Decente e Juventude.

O banco de dados, contendo os segmentos de texto extraídos dos informes, foi submetido à análise de dados textuais, cujo objetivo é o de tratar estatisticamente um texto e descobrir a informação básica contida nele (Oliveira, Gomes & Marques,

¹⁴ <http://www.ilo.org/brasil/lang--pt/index.htm> , <http://ilo.org/americas/publicaciones/lang--es/index.htm> , <http://ilo.org/americas/publicaciones/lang--es/nextRow--10/index.htm?fulltextquery=juventud>

2005). Para esta estatística textual foi utilizado o programa ALCESTE - Análise Lexical por Contexto de um Conjunto de Segmentos de Texto¹⁵, desenvolvido em 1979 por Max Reinert, que combina diversos procedimentos estatísticos para a exploração de grandes volumes de textos com coerência temática. O ALCESTE efetua cálculos sobre coocorrências de palavras em segmentos de textos, permitindo relacionar o uso de um vocabulário linguístico específico com formas particulares de pensar sobre um determinado objeto (Kronberger & Wagner, 2008).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apresentaremos o resultado da Classificação Hierárquica Descendente (CHD) do ALCESTE, por meio de um dendrograma. A CHD inicia-se com a leitura do conjunto das Unidades de Contexto Elementar¹⁶ como uma classe matriz e, em seguida, divisões em pares são continuamente realizadas até que seja impossível realizar novas separações. A divisão é realizada com base no qui-quadrado (Q^2) das palavras reduzidas das palavras plenas (substantivos, verbos, adjetivos e advérbios), a partir da comparação entre a distribuição média de uma palavra e a distribuição na classe, no intuito de destacar a diferenciação dos vocabulários no texto. O produto desta etapa é uma hierarquia de classes de UCE, que apresentam vocabulários semelhantes entre si e, ao mesmo tempo, diferente das UCE de outras classes. O objetivo é produzir o máximo de homogeneidade intraclasse e oposição interclasse, gerando classes específicas e homogêneas (Oliveria, Gianordoli-Nascimento, Santos & Freitas, 2015).

O ALCESTE fornece, como um dos seus resultados, uma classificação do vocabulário em classes lexicais e as relações que se estabelecem entre elas. A nomeação das classes depende única e exclusivamente do trabalho de interpretação teórica e analítica do/a pesquisador/a, a qual foi realizada por meio da articulação entre os conhecimentos teóricos e empíricos sobre o tema em estudo e a leitura atenta das palavras plenas e reduzidas de cada classe, das variáveis e das

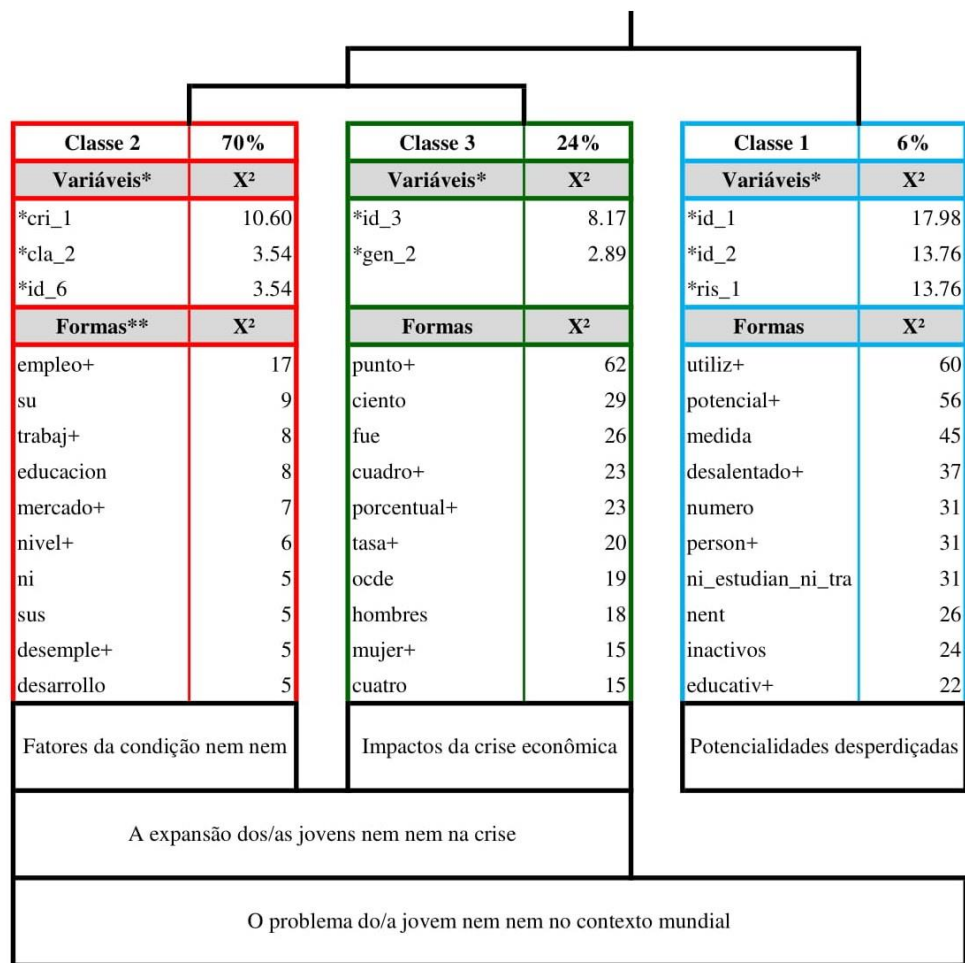
¹⁵ Agradecemos os ensinamentos e a colaboração das pesquisadoras Flaviane da Costa Oliveira e Ingrid Faria Gianordoli Nascimento, integrantes do Núcleo de Pesquisa em Memórias, Representações e Identidade Social da UFMG, sobre o uso do ALCESTE.

¹⁶ Cada UCE tem, aproximadamente, de 3 a 6 linhas, sempre com tamanho inferior a 250 caracteres, respeitando a pontuação e a ordem de surgimento no corpus. Ela corresponde à ideia de afirmativa do texto e o ALCESTE vai estabelecer matrizes para o trabalho de classificação a partir da vinculação das palavras do corpus a cada uma das UCE.

Unidades de Contexto Elementar. Este é o trabalho de retradução da realidade presente nos dados, que só pode ser realizado pelo/a pesquisador/a por meio da construção dos sentidos para os resultados em diálogo com sua noção de mundo (Oliveira, Gomes & Marques, 2005).

Análise do corpus Tendências Mundiais do Emprego Juvenil

O dendrograma resultante da classificação hierárquica descendente do corpus Tendências Mundiais do Emprego Juvenil apresentou três classes de palavras, dividida em dois blocos. O primeiro é composto pela Classe 2 e pela Classe 3. A Classe 1 se liga às demais classes, conforme pode ser visto na figura abaixo:



Nota*: Documento (*id_1 a *id_8: referem-se aos 8 documentos utilizados na análise); Dinâmicas de Gênero (*gen_2: Situação das Mulheres Jovens); Dinâmicas de Classe (*cla_2: Situação dos/as Jovens Pobres); Noção de Risco social (*ris_1: Em situação de Risco Social); Crise Econômica 2008/09 (*cri_1: Referência à crise 2008/2009).

Nota:** As formas apresentadas correspondem às palavras plenas com maior qui-quadrado.

Figura 1: Dendrograma da Classificação Hierárquica Descendente - Informe Tendências Mundiais do Emprego Juvenil da Organização Internacional do Trabalho/OIT.

Figura 1: Dendrograma da Classificação Hierárquica Descendente - Informe Tendências Mundiais do Emprego Juvenil da Organização Internacional do Trabalho/OIT.

O conjunto de classes intitulado “Expansão dos/as jovens *nem nem* na crise” nos convida a refletir sobre os vínculos existentes entre os fatores que, historicamente, colaboram para que diferentes jovens ao redor do mundo estejam fora da escola e do mundo do trabalho e a crise econômica de 2008, uma crise bancária ocorrida no centro do capitalismo.

A Classe 2 foi nomeada como “Fatores da condição *nem nem*” e aponta motivos e situações que levam os/as jovens à condição de não estudar e não trabalhar, bem como de se tornarem excluídos/as socialmente e vulneráveis.

Aparecem nos textos questões relacionadas tanto às dinâmicas individuais, como o cuidado dos/as filhos/as pelas jovens, quanto processos macrosociais, como as questões estruturais da economia. As variáveis mais associadas à classe fazem menção à influência da crise econômica de 2008/2009 e situação dos/as jovens pobres, sendo esses/as os mais prejudicados/as em suas trajetórias de ensino e trabalho: *cri_1/referência à crise 2008/09, *cla_2/situação dos/as jovens pobres.

Ela reúne 70% das UCE selecionadas e o seu léxico focaliza a relevância que a escolarização possui na construção da profissionalização juvenil. Quanto às situações que levam os/as chamados/as jovens *nem nem* à circunstância de não trabalhar e não estudar, a UCE de maior correlação com a classe destaca tal importância:

*Unité textuelle n° 52 Khi2 = 21 Individu n° 3 *id_3 *gen_2*

en general, haber cursado la (educacion) general basica (nivel) primario, es fundamental para integrarse (al) (mercado) (de) (trabajo) y afianzar la posibilidad (de) proseguir la (formacion) (profesional) posteriormente.

Também, a falta de oportunidade de empregos e a experiência precoce do desemprego aparecem em destaque nas UCE:

*Unité textuelle n° 150 Khi2 = 13 Individu n° 8 *id_8*

(de) (hecho), independientemente (de-que) (los) jovenes entre 20 y 24 anos (de) edad abandonen la (escuela) (o) continuen con la (educacion) terciaria, la (falta) (de) (oportunidades) (de) (empleo) viables es a (menudo) (un) factor (principal) que (desalienta) (su) participacion en (el) (mercado) (de) (trabajo).

*Unité textuelle n° 104 Khi2 = 5 Individu n° 6 *id_6 *cla_2 *cri_1*

las (experiencias) (de) (desempleo) (tempranas) (tambien) aumentan (el) (riesgo) (de) (desempleo) en (el) (futuro) y (o) (de) (periodos) prolongados (de) (empleo) inestable arumlamplam, gregg y gregory, 2001.

Não é demasiado destacar que o grupo de jovens que aqui discutimos pertence às camadas mais pobres da população e, ante a esses dados, é compreensível a preocupação com o fomento à escolarização dos/as jovens pobres como forma de enfrentar a ociosidade dos/as mesmos. Contudo, esse intento não pode ser realizado depositando-se a responsabilidade pela permanência na escola sobre os/as jovens, esquecendo-se, com isso, da baixa qualidade da educação pública, da dificuldade de acessar a escola e dos limitados incentivos pedagógicos oferecidos a eles para articularem conteúdos escolares e experiências sociais. Além do mais, cabe, também, não associar a noção de transmissão geracional da baixa

escolarização entre as gerações com uma desvalorização da importância da escolarização por parte da família pobre para seus filhos/as, uma vez que a escolha do/a jovem por sair da escola pode estar mais associada a uma postura realista acerca da pobreza e desemprego crescente na nossa sociedade do que à falta de incentivo familiar (Leão, 2006). Tal precaução deve ser tomada para não se desarticular a discussão sobre a ociosidade do/a jovem dos temas do trabalho, da educação e da reprodução da nossa desigualdade social.

O tema da falta de oportunidades de emprego viáveis para os/as jovens aparece destacado na Classe 2 e deve ser compreendido com uma circunstância em diferentes países ao redor do mundo, corroborada pela taxa de desemprego três vezes maior do grupo com idade 15 e 29 anos se comparada com o dos adultos (OIT, 2013). Destacamos que o desemprego juvenil não pode ser, de maneira alguma, desassociado do índice de desemprego geral da população, da expansão do emprego precário e informal, e das proeminentes taxas de rotatividade no trabalho, sendo essas repercussões da crise internacional sobre o mundo do trabalho. A pressão demográfica dos/as jovens sobre o mercado de trabalho, a diminuição dos postos de trabalho, as novas exigências de qualificação profissional, escolaridade e atitudes profissionais, e as precárias condições dos postos de trabalho para os/as jovens devem ser, portanto, levadas em consideração nas interpretações, de modo a desconstruir que o fato do/a jovem não estar trabalhando é decorrente de uma falta de experiência profissional.

O desemprego juvenil deve ser compreendido, dessa forma, no contexto de um mercado de trabalho juvenil sublinhado pela informalidade, ausência de proteção trabalhista, baixos salários e rendimentos, presença do trabalho não-remunerado, longas jornadas de trabalho, condições precárias de segurança, periferização no mercado das profissões, ausência de estímulos nas funções e atividades cotidianas, exposição a situações vexatórias e de discriminação. Esses aspectos contribuem, portanto, para o/a jovem postergar sua entrada no mundo do trabalho, rejeitar alguns postos de trabalho que não considere viável e permanecer pouco tempo trabalhando, produzindo, desse modo, uma alta taxa de rotatividade que se revela na entrada e saída do trabalho entremeadas com curtos períodos de desemprego (Monteiro, 2013). É a rotatividade, portanto, que tem produzido altas taxas de desemprego juvenil, sendo preciso deslocar o foco das intervenções para questões

macroestruturais como a melhoria das condições e organização do trabalho para os/as jovens.

Conforme aponta a terceira UCI escolhida para análise, experimentar o desemprego em idade precoce é um fator que potencializa a ociosidade em etapas posteriores na trajetória juvenil. O desemprego de desalento, em que a pessoa deixa de procurar por ocupação diante do cenário adverso do mercado de trabalho, é a resposta às adversidades encontradas pelos/as jovens no mundo do trabalho, sobretudo, aqueles marcados pela pobreza, pela negritude e por ser mulher. Uma ociosidade juvenil como artefato das experiências de desemprego logo no início de suas trajetórias profissionais. Essa experimentação, a partir do que vimos até aqui, não pode ser, destarte, interpretada na lógica da autonomia, individualidade, liberdade e escolha do sujeito, correndo-se o risco, com isso, de respaldar uma noção de subjetividade independente das questões sociais que atravessam as experiências do indivíduo (Rose, 2011).

As palavras *punto+*, *ciento*, *percentual+* e *tasa* aparecem como aquelas com maiores valores de qui quadrado dentro da Classe 3, intitulada “Impactos da crise econômica”. Também a palavra *crisis* aparece entre as 20 mais relevantes na classe. O tema, portanto, do aumento das taxas dos/as jovens chamados/as *nem nem* durante a crise de 2008, acompanhada pelo rompimento da tendência de baixa nessa taxa, destaca-se no vocabulário semântico, como pode ser observado pelas principais palavras presentes na classe e pelas UCE:

*Unité textuelle n° 99 Khi2 = 15 Individu n° 6 *id_6 *cla_2 *cri_1*

(en) los (países) europeos, estas (tendencias) son mas pronunciadas tanto antes como despues (del) (punto) algido de (la) (crisis) economica. (en) (espana), estonia, irlandia (e) islandia (la) (tasa) (neet) (aumento) mas de 5 (puntos) (porcentuales) (entre) 2008 (y) 2010.

Unité textuelle n° 74 Khi2 = 21

9 (por) (ciento) antes-de (la) (crisis) economica (mundial) (en) 2007 (y) 2008. sin embargo, debido a (la) (crisis) economica (mundial), (la) (tendencia) a (la) (baja) de (la) (tasa) (neet) (en) (la) (union_europea) (se) rompio, lo que-se tradujo (en) un (aumento) de 1, 9 (puntos) (porcentuales) (en) (la) (tasa) (media) (entre) 2008 (y) 2010.

A crise iniciou-se em meados de 2007 no mercado norte-americano e acabou-se por transformar numa crise sistêmica, passando de uma crise de crédito clássica para uma crise bancária e financeira de grande proporção (Farhi et al., 2009). O que essa crise de 2008 desperta, sobretudo nos países desenvolvidos, é o alerta sobre o aniquilamento das conquistas pretéritas e os possíveis rumos da escolarização e,

principalmente, da inserção profissional dos/as jovens. De acordo com dados da OECD (2012), no ano de 2006 e 2007 as taxas de jovens ditos/as *nem nem* eram, respectivamente, 14,3 e 14% da população juvenil. Já nos anos seguintes, em 2009 e 2010, as taxas registradas foram de 15,4 e 15,8%, sendo um aumento de 1,8%. No contexto dos 28 países membros da OECD, alguns chegaram a registrar taxas entre 20 e 30%, como no caso da Turquia, Espanha, Israel, México e Itália. Os movimentos juvenis que eclodiram nesse período em países como Espanha, Grécia e Portugal estiveram, assim, diretamente relacionados ao aumento do desemprego gerado pela crise de 2008, pois, para os/as jovens já escolarizados/as no nível secundário ou superior os efeitos da crise fizeram ruir o projeto de vida centrado no mundo do trabalho. Já no contexto brasileiro, os efeitos da crise não alargaram o contingente de jovens na situação apontada como *nem nem*, uma vez que as taxas em 2007 e 2009 foram, respectivamente, 19,9 e 19,6% (OECD, 2012). A interrupção no movimento de queda das taxas e sua expansão como efeito da crise econômica de 2008 pode, decerto, ser associada aos países mais desenvolvidos do globo, produzindo o medo de um aumento exagerado das taxas no pós-crise e que foi verificado apenas em algumas situações.

As UCE destacadas da Classe 3 revelam esse cenário de preocupação em relação ao aumento das taxas da ociosidade juvenil, em particular, quando observamos a ausência das palavras *empleo* e *trabaj* dessa classe, se comparada às demais. A aflição gerada deve levar em consideração a construção do chamado problema *nem nem* como um fenômeno estrutural, que atinge gerações sucessivas de jovens e os coloca no centro da crise social, ao mesmo tempo em que ameaça a ordem econômica global e suas diferentes instituições (Cardoso, 2013). O que não se pode pensar e construir nessa conjuntura são respostas únicas para um episódio que tem origens e consequências muito distintas em diferentes territórios, como acreditar e defender a quimera do desenvolvimento econômico como resposta universal. Compreender que, independente dos efeitos da crise de 2008, são as mulheres jovens as que mais vivenciam a experiências de não estudar e não trabalhar nos obriga a ponderar políticas públicas que interseccionem educação e proteção social (Almeida & Figueiredo, 2017), bem como mudanças nas desigualdades de gênero, as quais contribuem vigorosamente na construção das trajetórias das jovens como alijadas dos espaços públicos.

A Classe 1 foi nomeada como “Potencialidades desperdiçadas” e retrata os/as jovens denominados/as *nem nem* como um potencial desperdiçado, como indivíduos excluídos e que precisam de apoio. A nomeação da classe levou em consideração o fato de uma das variáveis com maior qui-quadrado ser aquela que aponta para uma noção de risco social associada a esses/as jovens, como um público que necessita de apoio: *ris_1. Também influenciou a presença das palavras reduzidas utiliz+, potencial+, desalentado+, como as mais fortemente associadas à classe. As UCE abaixo exemplificam o conteúdo da classe:

Unité textuelle n° 4 Khi2 = 31

el (porcentaje) de (jóvenes) (que) ni trabajan ni estudian (nont) (es) (una) buena (medida) del (potencial) (laboral) (no) (utilizado) de la (poblacion) (juvenil). puede (que) (no) tengamos buena (informacion) (sobre) el (numero) de (jóvenes) (desalentados), (pero) estamos viendo (mas) y (mas) (datos) (sobre) la (llamada) tasa de (nont), (una) (medida) del (porcentaje) de (jóvenes) (que) (ni estudian ni trabajan) en la (poblacion) (juvenil).

*Unité textuelle n° 3 Khi2 = 12 Individu n° 1 *id_1*

la existencia de (este) (indicador) (__) (numero) de (jóvenes) (que) (no) (están) ni estudiando ni trabajando (__), permitiría (a) las autoridades hacerse (una) idea (mas) clara de la magnitud del (potencial) (no) (utilizado) de los (jóvenes) (que) estarían dispuestos (a) trabajar si contarán con la ayuda adecuada.

Sobre os/as jovens, enquanto uma geração, são depositadas as angústias e as responsabilidades sobre o desenvolvimento da nossa sociedade (Leccardi, 2005), de modo a garantir a manutenção do status quo. A incumbência dos/as jovens torna-se, desse modo, ocupar o lugar vazio deixado pelos adultos na transmissão geracional dos valores, dos bens materiais e culturais das sociedades. Paradoxalmente a essa responsabilidade e expectativa salvacionista, o mundo contemporâneo está insuflado pela visão adultocêntrica (Mayorga, 2006) que deslegitima e subordina os/as jovens nas interações cotidianas, pois, estes, a partir de uma métrica desenvolvimentista, vão ser compreendidos/as como imaturos/as, instáveis emocionalmente, irresponsáveis e indisciplinados/as, tendo seus interesses representados por outros/as e sendo rechaçados/as para determinadas experiências. O/a jovem vai ser colocado/a em comparação com o adulto, símbolo da racionalidade acabada, autocontrolada, centrado e maduro para assumir as responsabilidades. É nesse intermédio que a juventude vai ser pensada paradoxalmente como potencial futuro (criativo, habilidoso, resiliente) e incerteza para a continuidade do social, sendo os riscos da descontinuidade agravados quando se trata da juventude pobre.

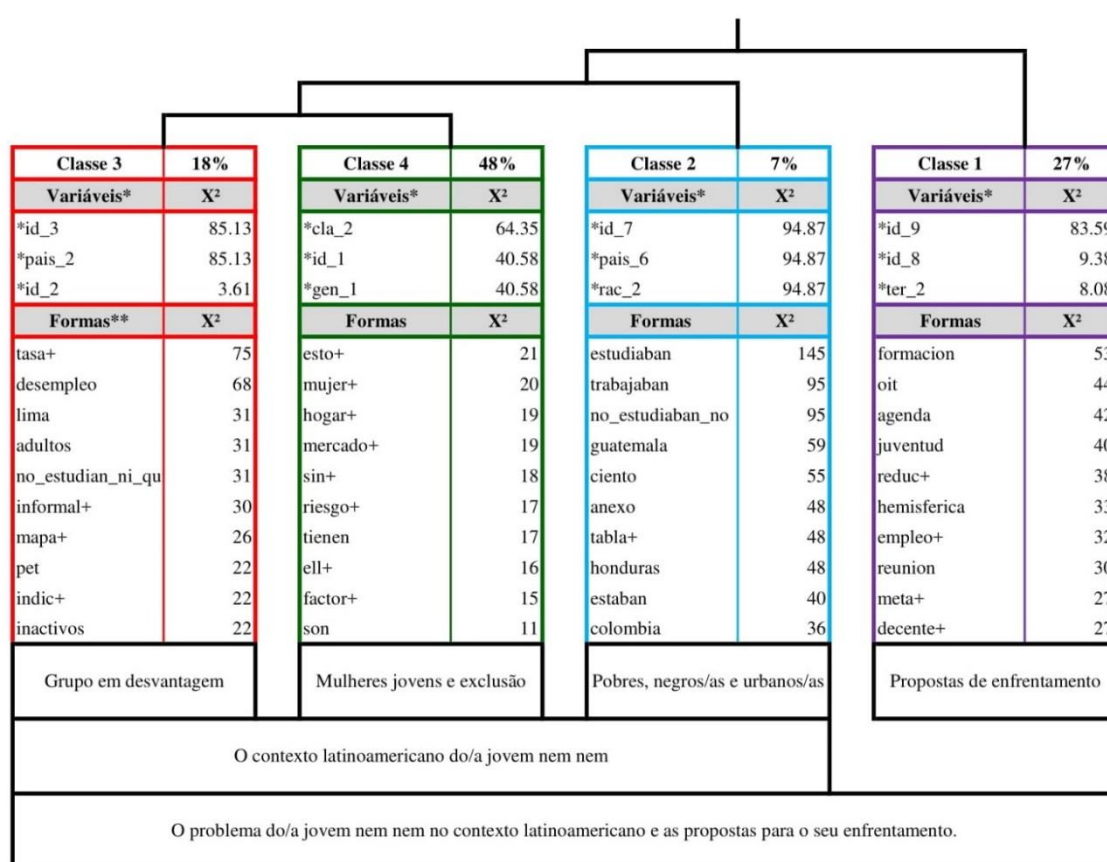
Como um vir a ser, os/as jovens tornam-se atores cruciais como força de trabalho capaz de impelir o potencial produtivo e competitivo do país. O trabalho torna-se, à vista disso, a atividade que possibilita a satisfação das necessidades básicas, o desenvolvimento das potencialidades humanas e a participação nos objetivos da sociedade (Navarro & Padilha, 2007). Os/as jovens como um potencial laboral desperdiçado por parte dos estados, conforme destacado no campo semântico da classe, é uma preocupação que se insere na defesa do acesso ao direito do trabalho numa perspectiva econômica e social por parte desse grupo social, entendendo as suas contribuições para a construção da sua identidade e pertencimento social. Conquanto, cabe destacar que o mercado de trabalho juvenil, como já sinalizado anteriormente, é marcado pela precarização das condições e organização das atividades, sendo, muitas vezes, um impedimento para a consecução das virtualidades humanas, sociais e econômicas.

Ao valorizar as habilidades cognitivo-comportamentais e mobilizar valores-fetiches (Alves, 2008), os novos modelos de produção capitalista buscam engajar e responsabilizar os trabalhadores em suas trajetórias de sucesso e fracasso no mundo do trabalho. O atual modelo de gestão empresarial e organizacional, pautado na qualidade dos processos e na competitividade interna e externa à empresa, demanda dos/as trabalhadores/as novas posturas, saberes e fazeres para se manterem trabalhando. Todavia, defendemos que a inquietação acerca da não utilização dos/as jovens como potencial laboral não pode se cooptar por essa perspectiva que faz do sujeito, por meio da emulação da sua subjetividade, responsável unilateral pelo seu sucesso no mundo do trabalho, pois opção como essa pode originar respostas institucionais, por meio de projetos e políticas, que visam empreender a subjetividade do jovem ao invés de enfrentar dimensões que dizem respeito a uma estruturação do mundo do trabalho e das políticas internas das empresas. Intervir no sujeito, buscar empreender seu self e deixar intocada as estruturas apenas contribuir para a reprodução da desigualdade, que, por consequência, impede que os/as jovens permaneçam de forma qualificada na escola e no trabalho.

Abordamos acima os principais campos semânticos selecionados pelo Alceste para as três classes do corpus “Tendências Mundiais do Emprego Juvenil”, o qual destacou, portanto, no âmbito internacional, a construção dos/as jovens que estão fora da escola e do trabalho um problema a ser enfrentado em escala mundial.

Análise do corpus Trabalho Decente e Juventude

O dendrograma resultante da classificação hierárquica descendente do corpus Trabalho Decente e Juventude apresentou quatro classes de palavras, dividida em três blocos. As Classes 3 e 4 estão ligadas entre si, que por sua vez se ligam à Classe 2. A Classe 1 se liga ao conjunto das outras três classes, conforme pode ser visto na figura abaixo:



Nota*: Documento (*id_1 a *id_11; referem-se aos 11 documentos utilizados na análise); Dinâmicas de Gênero (*gen_1: Situação dos Homens Jovens); Dinâmicas de Raça (*rac_2: Situação dos/as Jovens Negros/as); Dinâmicas de Classe (*cla_2: Situação dos/as Jovens Pobres); Dinâmicas de Território (*ter_1: Situação dos/as Jovens Urbanos/as, *ter_2: Situação dos/as Jovens Rurais); Noção de Risco social (*ris_1: Em situação de Risco Social); País (*pais_1 a *pais_6: países referências de alguns dos documentos utilizados na análise);

Nota:** As formas apresentadas correspondem às palavras plenas com maior qui-quadrado.

Figura 2: Dendrograma da Classificação Hierárquica Descendente - Documento Trabalho Decente e Juventude da Organização Internacional do Trabalho/OIT.

Figura 2: Dendrograma da Classificação Hierárquica Descendente - Documento Trabalho Decente e Juventude da Organização Internacional do Trabalho/OIT.

O léxico de significados apresentado nas classes seguintes trata da situação dos/as jovens no contexto da América Latina. Seja mais focado em algum país ou

quando alude ao conjunto da região, faz-se capital ponderar o cenário de crescimento econômico e melhorias sociais, marcado pelo crescimento de 30,4% do PIB por habitante, a saída de 50 milhões de pessoas da pobreza, o aumento dos investimentos estatais na área social, a diminuição da desigualdade e de alguns indicadores sociais de subdesenvolvimento (Rivas, 2015). Embora o crescimento econômico tenha sido experimentado pela população em diversos países latino-americanos, os elevados níveis de desigualdade social fizeram com que alguns progressos sociais não reverberassem a ponto de melhorar os níveis de empregabilidade e as condições de trabalho dos/as jovens.

Trabalhadores do setor terciário (comércio e serviços), da agricultura, da mineração e da indústria manufatureira, a maioria dos/as jovens não conta com contrato de trabalho e proteção social, sendo 6 trabalhadores/as informais a cada grupo de 10 jovens (OIT, 2013). Ao apresentarem uma taxa de desemprego juvenil de 13,9%, três vezes maior que a taxa dos adultos, sendo ainda maior para as mulheres jovens (17,7% contra 11,4% dos homens jovens) e para os setores mais pobres da população (acima de 25%), e representarem quase metade (43%) dos/as desempregados/as da região, a tônica da condição do trabalho juvenil latino-americano é timbrada pelo desemprego e pela informalidade.

Em relação ao acesso à escola, as estatísticas são mais positivas, pois o número de jovens que apenas estudam chegou a 34,5% em 2014, relevando uma permanência maior no sistema educativo. Esses dados promissores são reflexo da ampliação dos anos de escolaridade obrigatória, do financiamento do estado em políticas educacionais e reformas curriculares, do aumento no valor per capita investido em cada aluno/a e da criação de legislações estabelecendo novos direitos para os/as alunos/as e obrigações do sistema escolar. A recentralização da administração da educação por parte dos estados (Rivas, 2015) foi, nesse sentido, o principal fator a impulsionar a elevação da escolaridade, a permanência na escola e a qualidade da educação, não obstante subsista os desafios da educação para todos/as.

A Classe 3, nomeada como “Grupo em Desvantagem”, apresenta muitas proximidades com a Classe 2 do Dendrograma Tendências Mundiais do Emprego Juvenil, pois espelha localmente os aspectos mundialmente situados em relação aos/as jovens considerados/as *nem nem*. Cabe destaque para as variáveis *id_3 e *pais_2 mais correlacionadas à classe, as quais correspondem ao documento que

se detém sobre os dados do Peru, embora estes possam ser expandidos para os demais países da região. Em referência a esses dados, as formas reduzidas mais fortes no conjunto das UCE são, justamente, *tasa+*, desempleo, lima e adultos, o que aponta para os/as jovens tidos/as como *nem nem* na América Latina como um grupo em desvantagem e foco de atenção, como pode ser visto abaixo:

Unité textuelle n° 142 Khi2 = 53

el (mapa) laboral de los jovenes (indica) que los mayores (grupos) en (desventaja) son los llamados (informales), los (desempleados) que no (estudian), y los (inactivos) que (no_estudian_ni_quieren) trabajar, (tanto) en (lima) como a (nivel) (urbano);

*Unité textuelle n° 146 Khi2 = 36 Individu n° 3 *id_3 *gen_2 *ris_1 *pais_2*

(grupos) en (desventaja:) (informales) que no (estudian), (desempleados) no (estudian), (inactivos) que (no_estudian_ni_quieren) trabajar. falta mas orientacion (ocupacional) y (vocacional). necesidad de retencion por sistema educativo a (inactivos) que no (estudian).

Estima-se na América Latina a existência de, aproximadamente, 22 milhões de jovens apontados/as como *nem nem*, o que representa a quarta parte dos/as jovens da região. Além disso, ser mulher jovem e ser um/a jovem pobre aumenta exponencialmente as chances de viver a experiência de não trabalhar e não estudar. As noções de grupo em desvantagem e desalento são transmitidas no léxico da classe, enfim, como organizadoras da falta de orientação para o trabalho e da ociosidade, tornando esse grupo foco de atenção e de intervenções, principalmente. Desenvolvimento da autoestima, aumento dos níveis de escolarização, investimento na aquisição de competências para o trabalho e incremento no número de postos de trabalho aparecem como estratégias da gestão da empregabilidade dos/as jovens (Neves, 2008), focada, muitas vezes, na construção de itinerários ocupacionais que exortam o uso da criatividade e a administração de recursos limitados para gerir o próprio circuito econômico.

Compreender esses/as jovens como foco de atenção, pois lhes falta algo em sua formação e seu desenvolvimento pessoal, escolar e profissional, impele a pensá-los/as como jovens vulneráveis. A noção de vulnerabilidade, que remete às ideias de fragilidade e carência do sujeito, tem sido amplamente utilizada no campo das ciências humanas e ciências sociais, havendo uma transposição da sua forma originada no campo da saúde, a partir dos trabalhos realizados sobre AIDS nos EUA, muito fortemente pautada no conceito de grupo de/em risco (Guareschi et al., 2007). Algumas das experiências sociais vivenciadas pela juventude pobre, como o desemprego, a gravidez na adolescência, a falta de oportunidades e acesso aos

direitos sociais, o envolvimento com a criminalidade, vão ser utilizadas para delimitar os/as jovens desse grupo na categoria de vulneráveis, como frágeis e incapazes de responder diante de determinações, muitas vezes, interpretadas como de ordem individual e psicológica, e não como construções de uma sociedade pletora de hierarquias sociais. Como grupo de risco que demanda atenção e cuidado dos atores institucionais, os/as jovens pobres e aqueles ditos/as *nem nem* se tornam depositários de ações que visam, em grande medida, contribuir para atravessarem a condição de jovem problema para a de jovem solução, dentro de um paradigma de trabalho social impregnado pelo modelo de gestão e pela racionalidade empresarial (Tommasi, 2014).

O investimento no fortalecimento da autoestima, na aquisição de conhecimentos e no envolvimento comunitário dos/as jovens em situação de atenção configura-se, portanto, como um espelhamento do pensamento neoliberal que centra no capital humano, como sendo os investimentos feitos no próprio indivíduo (Foucault, 2008), os esforços para a saída da situação vulnerável. Nessa lógica, a partir do empreendimento de si, basta os/as jovens vulneráveis tornarem-se jovens protagonistas, resilientes e transformadores/as da própria situação social, como num passe de ilusionismo, porém, sem condições efetivas para que isso aconteça.

Outro tema em destaque no vocabulário dessa classe, o qual se articula com a Classe 4, é a grande proporção de mulheres jovens na situação nomeada de ociosidade. Essa demasiada desproporcionalidade de gênero no acesso aos direitos sociais, também, surgiu em destaque nos documentos que tratavam do contexto mundial e, a seguir, nos deteremos como ela se apresenta no contexto latino-americano.

Dois temas estão mais presentes na Classe 4: a situação das mulheres jovens e a situação de exclusão social do grupo de jovens chamado/a *nem nem*, o que indicou intitular a classe como “Mulheres Jovens e Exclusão”. Em relação às mulheres jovens, aparecem como causas da condição *nem nem* a responsabilização pelas tarefas domésticas e de cuidado de outras crianças da casa, a gravidez precoce e a união com cônjuge. No universo semântico destaca-se, também, a reprodução dos estereótipos de gênero e a influência dos familiares na reprodução dos mesmos. Essa nomeação deu-se em relação ao vocabulário da classe, assim como pelos valores de associação das variáveis *cla_2: situação dos jovens pobres,

*gen_1: situação dos homens jovens, *ris_1: em situação de risco social, e das formas reduzidas mais associadas à classe: mujer+, hogar+, mercado+, riesgo+. As UCE abaixo exemplificam o conteúdo da classe:

Unité textuelle n° 23 Khi2 = 27

(muchas) veces, (desde) jovenes y por (patrones) (culturales), a (las) jovenes (se) (les) asignan (tareas) (domesticas) (al) interior de (las) (familias), (que) asumen (tambien) (al) (tener) pareja y (o) (hijos).

*Unité textuelle n° 40 Khi2 = 20 Individu n° 1 *id_1 *gen_1 *gen_2 *cla_2 *ter_1 *ris_1*

entre (las) (mujeres) la segunda (razon) (mas) (importante) (es) la dedicacion a (quehaceres) del (hogar) (o) el embarazo (precoz), (factores) (que) limitan (las) (trayectorias) (laborales) de (las) jovenes.

*Unité textuelle n° 66 Khi2 = 11 Individu n° 1 *id_1 *gen_1 *gen_2 *cla_2 *ter_1 *ris_1*

los (referentes) de (las) jovenes, (sus) padres, (no) ayudan a estimular (trayectorias) positivas: (muchos) de (ellos), como (resultado) de su (propia) (educacion), tienden a reforzar estereotipos de (genero) en (sus) (hijos) e hijas, asumiendo (que) (las) (mujeres) y los (hombres) (tienen) (habilidades) (diferentes) (que) los predisponen para distintos (tipos) de trabajo mendelson,

Como exemplo da discrepância entre os gêneros na leitura do fenômeno chamado *nem nem*, trazemos à baila o caso brasileiro, o qual demonstra que 70,3% dos/as jovens considerados/as *nem nem* são mulheres. Dessas jovens, aproximadamente, 60% são mães de, pelo menos, 1 filho, e, dessas, apenas 28,5% encontram-se inseridas na escola (Silva, 2017). De modo inequívoco, a saída compulsória das jovens do mercado de trabalho e da escola, ou a permanência precária, é perpassada pela dinâmica sexista, misógina e machista de gênero que aprisiona as mulheres no mundo privado e apresenta para os homens o espaço público como um campo incomensurável de possibilidades de ação. Ao tomarmos conhecimento de que no ano de 2013, cerca de, 125 mil adolescentes meninas de 16 e 17 anos encontravam-se exercendo atividade de domésticas (Plan International, 2017), torna-se possível compreender esses dados à luz da exploração da mais-valia, historicamente, arrancada das mulheres (Saffioti, 1979).

A compreensão feminista dos papéis sociais desempenhados por homens e mulheres como uma construção social, e não como determinados por uma suposta e contraditória natureza biológica (Hirata & Kergoat, 2007) fez emergir a leitura da divisão sexual do trabalho como prática social de definição de atividades femininas e masculinas, legitimadas a partir do papel das mulheres na reprodução biológica. A naturalização das tarefas domésticas e do cuidado das crianças, sejam as suas ou de pessoas próximas, como responsabilidade das mulheres, principalmente, as mais

pobres e negras, deve ser entendida, desse modo, como um aspecto que contribui para o funcionamento, manutenção e perpetuação desigual das relações sociais entre homens e mulheres e a própria reprodução do capitalismo na nossa sociedade. Isso pode ser visto, no caso em tela, na realidade de vida das jovens brasileiras que, aprisionadas no mundo privado do cuidado da própria casa ou de outrem, dos próprios/as filhos/as, das crianças de pessoas próximas e de pessoas adultas, vêm-se impedidas de frequentar a escola e de trabalhar formalmente, com remuneração justa e proteção social.

Nomear essas jovens que realizam trabalhos domésticos não remunerados ou informais como *nem nem* nos parece ser, assim, uma grande contradição e equívoco, que apenas contribui para manter o status quo inalterado dentro de um sistema capitalista global e de redução ativa das mulheres, própria da colonialidade do gênero (Lugones, 2014). É preciso, nesse sentido, compreender a articulação maquinímica e cotidiana entre gênero, raça e capitalismo para enfrentar os lugares de opressão definidos para as adolescentes e jovens negras e pobres, definidos pela colonialidade do gênero que se infiltra em diversos âmbitos da vida, dentre eles o do trabalho. Sem produzir deslocamentos e fissuras nas colunas, ou melhor, sem descolonizar o gênero, muito pouco será possível com políticas, projetos e ações que atacam os efeitos e não o que causa a ausência dessas jovens dos lugares esperados para elas.

Em relação à maternidade, cabe destacar de antemão que a fecundidade no Brasil diminuiu como efeito dos novos papéis sociais assumidos pelas mulheres, ainda que marcados por manutenções e retrocessos, como destacado anteriormente, e pelo maior acesso à pílula contraceptiva. No campo da adolescência, contribuíram para isso os debates sobre sexualidade na escola, ainda que ameaçados hodiernamente, e as campanhas educativas sobre a gravidez não planejada (Plan International, 2017). Contudo, ante a presença de 1,44 milhões de mulheres jovens com, pelo menos, 1 filho dentro do grupo de 3,2 milhões de jovens chamados/as *nem nem* no Brasil em 2011 (Monteiro, 2013), destacamos que esses avanços não foram suficientes para refrear o avanço da gravidez não planejada das jovens, especialmente, mais pobres e negras. A interação entre desigualdade de gênero e desigualdade de classe na trajetória sexual e reprodutiva de adolescentes e mulheres jovens revela que as adolescentes e jovens pobres se encontram em posições de subordinação que as impede uma maior autonomia no controle da

própria reprodução sexual, quando comparadas às da classe média (Chacham, Maia & Camargos, 2012). Relações de gênero desiguais são o principal fator para a não autonomia da jovem sobre o próprio corpo e saúde, sendo a pobreza um fator que compõem o cenário agudizante das jovens pobres e uma maior prevalência do fenômeno da gravidez não planejada e infecção pelo HIV e outras IST's. Não obstante a gravidez precoce impactar direta e linearmente a descontinuidade dos estudos ou a ausência das jovens pobres da escola, pode-se afirmar que ela contribui para uma trajetória escolar com menos anos de estudo e uma inserção mais precária no mundo do trabalho, conforme destaca as autoras.

Intitulada como “Pobres, negros/as e urbanos/as”, os elementos típicos da Classe 2 apontam índices mais elevados de jovens designados/as *nem nem* entre aqueles/as mais pobres, negros/as e residentes no meio urbano. As variáveis associadas reforçam o destaque para esse grupo na classe: **rac_2*: situação dos jovens negros, **ter_1*: situação dos jovens urbanos e **clas_2*: situação dos jovens pobres. A realidade brasileira é destacada, o que pode ser visto pelo alto valor do qui-quadrado (94.87) para a variável **pais_6*: Brasil. O campo lexical apresenta que um em cada cinco jovens é considerado/a *nem nem*, a maior parte desses/as jovens são negros/as, pobres e moradores/as do meio urbano, como exemplificam as UCE:

Unité textuelle n° 239 Khi2 = 51

las mujeres eran (mayoria) (entre) (los) (jovenes) que (solamente) (estudiaban) (ver) (tablas) a 14 y a 15 del (anexo) (estadístico). tambien en 2006, (los) (jovenes) (negros) (estaban) sobre_representados en el grupo de (los) que (no_estudiaban_no_trabajaban:) respondian (por) 52, 4 (por) (ciento) de la población (total) juvenil y (por) 58, 2 (por) (ciento) de (los) (jovenes) que (no_estudiaban_no_trabajaban) 3.

*Unité n° 243 Khi2 = 39 Individu n° 7 *id_7 *gen_2 *rac_2 *cla_2 *ter_1 *pais_6*

6 (por) (ciento) para (aquellos) con niveles de (ingreso) mas elevado. ello (significa) que (los) (jovenes) de (bajo) nivel de (ingreso) (estaban) sobre_representados (entre) (los) que (no_estudiaban_no_trabajaban), y tenian (mayor) (probabilidad) de estar en esta categoria.

*Unité n° 240 Khi2 = 27 Individu n° 7 *id_7 *gen_2 *rac_2 *cla_2 *ter_1 *pais_6*

8 (millones) de (los) 6. 5 (millones). el (porcentaje) de (jovenes) (negros) que (no_estudiaban_no_trabajaban) alcanzo la cifra de 20, 9 (por) (ciento), (contra) 16, 5 (por) (ciento) de (los) (blancos).

Não nos causa nenhum assombro a não centralidade do tema racial no conjunto dos documentos, porquanto a desigualdade racial não ocupou este lugar em nenhuma das pesquisas. Isso só faz confirmar a invisibilidade do racismo em diferentes sociedades, especialmente, na brasileira, marcada pela ampla desigualdade entre brancos e negros (Guimarães, 2016) atinente ao acesso à

educação e ao trabalho, ao salário e à renda, ao tratamento diferencial pela polícia e justiça, e às posições de inferioridade e subordinação. O desprezo pelas questões raciais nas análises dos dados por parte daqueles/as que elaboram os documentos contribui, desse modo, para reforçar dois dos mitos que estruturam e contribuem para reproduzir a nossa desigualdade: o da democracia racial e o da classe como principal problema a ser enfrentado. Sem desconstruir esses mitos e articular classe, raça e gênero na leitura das experiências dos jovens, a construção das respostas recaem sobre os sujeitos e na resolução dos seus efeitos imediatos.

Os/as jovens negros/as representam 17,5% dos/as jovens considerados/as *nem nem*, e 14% é a taxa de representação dos/as jovens brancos/as (Menezes Filho, Cabanas & Komatsu, 2013). Em relação à renda, dos 3,2 milhões chamados/as *nem nem* brasileiros/as, 1,77 milhões (55%) são pobres, pois moram em domicílios que estão entre os 40% mais pobres da população e com renda mensal per capita de até R\$ 330,00 (Monteiro, 2013). Esses dados ratificam que a juventude negra e pobre no Brasil, independente do gênero, representa a que tem mais padecido pelos mecanismos sociais e institucionais que impedem o acesso igualitário ao bens e serviços colocados, utopicamente, como disponíveis para toda a sociedade paradoxalmente ao compartilhamento de práticas pautadas no sexismo, no classismo e no racismo.

O exercício de compreender as relações sociais por meio da articulação entre categorias sociais pode ser remetido ao pensamento feminista negro pós-colonial (Mayorga & Prado, 2010). As feministas negras criticaram a forma como as diferenças estavam sendo discutidas dentro da categoria mulher e afirmaram que o gênero não é a única opressão vivenciada pelas mulheres, chamando a atenção, portanto, para a articulação entre diferentes categorias na construção das desigualdades. A proposta da articulação entre categorias não é a de simplesmente imaginar um somatório ou acúmulo de exclusões ou subordinações, quando dois ou mais marcadores cruzam sobre um mesmo sujeito, bem como seus efeitos sobre suas experiências, mas compreender como as desigualdades produzidas estão em intersecção.

Classe e raça se articulam na produção da inferiorização e subordinação dos/as jovens pobres e negros/as no momento em que o racismo reconfigura o que significa pertencer a uma classe de despossuídos/as das pré-condições psicossociais para o reconhecimento como sujeito digno de prestígio social (Souza,

2006). Nesse sentido, o racismo produz uma identidade diferente da pobreza moral e política dos/as jovens negros/as em relação aos/as jovens brancos/as pobres, pois os/as negros/as são reconhecidos/as na nossa sociedade como sujeitos menos capazes intelectualmente e emocionalmente. Também em relação aos/as jovens pobres e negros/as, a pobreza moral e econômica produz uma diferenciação entre esses jovens, pois os/as jovens negros/as e ricos/as compartilham de um *habitus* de classe no qual os prestígios social, cultural e intelectual contribuem para a construção de laços de solidariedade que possibilitam um enfrentamento das consequências do racismo com maior riqueza de estratégias, o que não se verifica no caso dos/as jovens negros/as pobres.

A história da criança e do/a adolescente brasileiro/a é fortemente marcada pela produção social de jovens perigosos/as (Coimbra e Nascimento, 2005), em sua maioria negros/as, pobres e moradores/as de favelas/bairros populares de diferentes cidades brasileiras. A condição de negros/as e pobres vai sendo associada de forma naturalizada à periculosidade e delinquência, bem como à condição de não humanidade, o que justifica uma série de práticas de extermínio, tanto física quanto simbólica. Convidamos, a partir disso, à reflexão sobre a possível transformação dos/as jovens considerados/as *nem nem* nessa nova classe de sujeitos perigosos, que precisam ter suas vidas, a despeito de muitos desconhecimentos sobre suas experiências, controladas e direcionadas para modos de vida considerados como seguros e ideais.

O procedimento de classificação hierárquica mostrou que as Classes 3 e 4 vinculam-se, e a Classe 1 articula-se com o conjunto das duas primeiras. Este agrupado das três classes foi nomeado como “Contexto latino-americano do/a jovem *nem nem*”, pois o campo semântico aborda centralmente aspectos da vida dos/as jovens pobres, particularmente negros/as e mulheres, que vivenciam experiências de inatividade nomeadas como *nem nem*.

Por fim, a Classe 1, denominada como “Propostas e enfrentamentos”, destaca-se um conjunto de ações para a promoção do trabalho juvenil decente, melhor formação e qualificação dos/as jovens, o incentivo ao empreendedorismo, acompanhamento e orientação no mundo do trabalho e a construção de um projeto formativo e laboral. As formas reduzidas com maior valor de qui-quadrado ressaltam a relevância da construção de um programa de ações: *formacion, oit, agenda, juventud, reduc+*. As UCE abaixo exemplificam o conteúdo da classe:

*Unité textuelle n° 334 Khi2 = 46 Individu n° 8 *id_8 *gen_2 *cla_2 *ter_2 *ris_1*
 (formacion) (para) (la) (certificacion) (de) estudios (primarios) (y) o (secundarios) 2. (cursos)
 (de) (formacion) (profesional) 3. (certificacion) (de) (competencias) laborales 4. (generacion)
 (de) emprendimientos (independientes) 5. (practicas) (calificantes) (en) (ambientes) (de)
 (trabajo) 6. (apoyo) a (la) (busqueda) (de) (empleo) 7.

*Unité textuelle n° 329 Khi2 = 36 Individu n° 8 *id_8 *gen_2 *cla_2 *ter_2 *ris_1*
 (realizar) (experiencias) (de) (formacion) (y) o (de) (practicas) (calificantes) (en) (ambientes)
 (de) (trabajo), (iniciar) (una) actividad (productiva) (de) (manera) (independiente) o
 (insertarse) (en) un (empleo). (el) (programa), que luego (de) dos (anos) (de)
 (implementacion) tuvo mas (de) 130.

Muitas são as propostas que vislumbram mudanças nas vidas dos/as jovens: maior formação escolar e qualificação profissional do jovem, fomento e desenvolvimento de competências profissionais, incentivo ao empreendedorismo, incentivo ao primeiro emprego e à aprendizagem profissional, indução da iniciativa privada, fomento à proteção social e à formalização do trabalho, criação de um piso salarial básico e criação de políticas públicas que melhorem as condições de estudo e trabalho dos/as jovens. Tais proposições visam intervir tanto na esfera micro, ao sugerir ações que incidem diretamente sobre os/as jovens, quanto na esfera macro, ao se pensar a criação de legislações específicas, que, quase sempre, dada a burocracia do estado e das instituições, são substituídas por novos planos sem que a execução e implementação do que foi proposto anteriormente se cumpra e produza efeitos positivos.

No caso do Brasil, em termos de propostas de intervenção sobre o problema dos/as jovens identificados/as *nem nem*, o Projeto Educação Livre de autoria do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Sistema Indústria (SESI, SENAI e IEL), em parceria com a UNESCO, teve como objetivo fomentar a formação de competências básicas em português e matemática, e habilidades para o mundo do trabalho de jovens intitulados/as *nem nem*, no intuito de preencher uma lacuna na mão de obra industrial (Guimarães, 2014). Pontuamos, desse modo, que propostas como essa fazem desse grupo de jovens um campo de intervenção social (Tommasi, 2010), no qual diversos atores sociais buscam intervir sobre a ociosidade, a periculosidade e violência em potencial por meio de estratégias de ocupação do tempo livre. Trabalho, cultura e educação vão ser, assim, as principais áreas de atuação das políticas e projetos sociais para a salvação do/a jovem pobre (Silva Junior & Mayorga, 2016).

O/a jovem pobre como problema social (Abramo, 1997) vai ser reatualizado no presente com outros nomes e denominações, dentre elas os/as jovens tachados/as *nem nem*. A associação entre jovens e violência é encontrada desde o início do século passado, momento em que se discutia a higienização da sociedade por meio do combate às classes perigosas. Todo um aparato disciplinar estatal vai ser, portanto, mobilizado para o combate da pobreza dos espaços físicos, cortiços e favelas; e da pobreza dos sujeitos e de suas famílias. O mito da periculosidade da pobreza abre espaço para a gestão biopolítica dos/as jovens, especialmente os/as das classes populares, compreendidos/as como virtualmente e potencialmente delinquentes e perigosos/as (Lemos & et al., 2014), por isso passíveis de serem controlados/as e disciplinados/as.

Se por intenção velada ou por conseqüências no decorrer do seu desenvolvimento, muitas ações pensadas buscam exercer o controle sobre a vida dos/as jovens pobres, emparelhadamente à defesa dos direitos sociais, dentre eles o direito à educação e ao trabalho. O/a jovem pobre, tornado um problema social, reatualiza os/as jovens como classe perigosa e, dentro disso, a virtualidade do risco que produzem à sociedade precisa ser administrada pelos diferentes atores da sociedade através de técnicas e procedimentos desenvolvidos no entorno da subjetividade (Rabinow, 2002). A animação dos/as jovens e sua transformação em sujeitos solução, o foco no empreendedorismo e no protagonismo juvenil surgem, desse modo, como respostas ao controle dos possíveis riscos produzidos pelos/as jovens chamados/as *nem nem*, riscos esses de não cumprirem os acordos sobre a continuidade do social, de não contribuírem como força de trabalho para o desenvolvimento econômico do país ou de se envolverem com a criminalidade e a violência, produzindo a fratura do social.

Ao tomarmos com objeto de reflexão as noções e sentidos sobre os/as jovens apontados/as *nem nem* veiculados nos documentos analisados, destacando-se que essas noções não representam a realidade, mas constroem a mesma e direcionam formas de atuar sobre ela, buscamos destacar ao longo do texto nossos questionamentos sobre a possibilidade paradoxal dos/as jovens pobres, apontados/as *nem nem*, serem entendidos/as como sujeitos de direitos e/ou sujeitos da reatualização da classe perigosa, para que o extermínio físico e simbólico da juventude negra em voga na sociedade brasileira não seja a resposta ao problema construído entorno desses/as jovens.

CONCLUSÕES

Buscamos nesse texto apresentar os universos semânticos mais presentes em duas publicações da Organização Internacional do Trabalho, acerca dos/as jovens nomeados/as como *nem nem*, bem como nossos questionamentos em relação à realidade construída, e não representada, por esses documentos e as possíveis ações direcionadas sobre a vida desses/as jovens a partir dos diferentes discursos produzidos. Destacamos desde o início nossa desconfiança sobre a existência *tout court* dessa situação de vida, diante dos apontamentos que mostram as deficiências conceituais do fenômeno e da sua transitoriedade, sem com isso negar a exclusão de uma parcela importante da juventude brasileira, composta, principalmente, por mulheres pobres e negras, do acesso à educação e ao trabalho, dentre outros direitos sociais.

A transição dos jovens para a vida adulta, usando como indicador a relação escola-trabalho, é perpassada por tamanha preocupação na nossa sociedade porque nela o trabalho continua sendo uma categoria central e organizadora da vida dos sujeitos. Espera-se que os adultos trabalhem para satisfazerem suas necessidades e para contribuir com o desenvolvimento econômico da sociedade, e qualquer ameaça a esse *continuum* é revestida de tensão.

Atentamos para os riscos de algumas noções e afirmações depreendidas a partir da classificação do vocabulário das publicações, que, tomadas como documentos públicos produtores de discursos e identidades, forjam verdades transitórias, alimentam a produção midiática sobre esses/as jovens e orientam práticas sociais em relação a eles/as. Estas constroem um campo de intervenções sobre a vida dos/as jovens ditos/as *nem nem* que convida a pensa-los/as como sujeitos vulneráveis e como grupo de risco, sendo as respostas mais imediatas direcionadas ao investimento na subjetividade do/a jovem, na animação da sua criatividade, na aquisição de competências e na sua transformação de sujeito problema em sujeito solução.

Reforçamos a noção de que o foco dos investimentos estarem na dimensão individual não reconhece que a exclusão social de jovens da educação e do trabalho é efeito da reprodução da nossa desigualdade social, fortemente articulada com as dimensões de classe, raça e gênero. Essa invisibilidade da causa do problema construído e apresentado impede, desse modo, a construção de alternativas

macroestruturais que seguramente transformem a curto e longo prazo a vida dessa parcela da juventude.

Acreditamos que a realização de um número maior de pesquisas qualitativas que busquem compreender as dinâmicas psicossociais das trajetórias de trabalho e estudo da juventude pobre e negra no Brasil pode, deveras, ampliar a compreensão sobre a construção dessa categoria jovem *nem nem*, a exemplo de pesquisas europeias que tem mostrado que a exclusão de algumas experiências consideradas como de ociosidade das estatísticas, a juventude *nem nem* não teria a expressividade estatística como a apresentada nos levantamentos (Ilustre Colégio, 2001). Pesquisas que deem mais atenção à dimensão interseccional na construção das desigualdades, pois são as mulheres as mais prejudicadas no acesso aos direitos sociais, porém são os homens jovens os que estampam as notícias como metáfora do desregramento social, via envolvimento com a violência e a criminalidade, produzido pela ociosidade.

A preocupação com os/as jovens chamados/as *nem nem* se realiza dentro do escopo da proteção social da juventude como sujeitos de direitos, recentemente constituídos e permanentemente ameaçados de destituição no nosso contexto social. A tensão produzida pelas indeterminações sobre o futuro desses/as jovens pobres diz respeito à ameaça da continuidade do social e a manutenção dos privilégios, constituindo-os como um problema social que demanda intervenções dos diferentes atores da sociedade. Nos causa preocupação as intervenções que se constroem a partir dos universos semânticos compartilhados nas publicações analisadas, sobretudo, se elas caminham na direção de garantir direitos aos/as jovens alocados/as nessa categoria *nem nem* ou se reanimam a noção de classe perigosa, justificando e legitimando práticas de extermínio físico e simbólico desses/as jovens.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abramo, H. W. (1997). Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, 5/6, 25-36.
- Almeida, J. B. S. A., & Figueiredo, A. M. R. (2017). População nem-nem: uma análise a partir dos dados da PNAD 2012. *Revista De Estudos Sociais*, 19, 106-129.

- Alves, G. A. P. (2008). A subjetividade às avessas: toyotismo e "captura" da subjetividade do trabalho pelo capital. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 11(2), 223-239.
- Cardoso, A. (2013). Juventude, trabalho e desenvolvimento: elementos para uma agenda de investigação. *Caderno CRH* (UFBA. Impresso), Salvador, 26(68), 293-314.
- Castells, M. (2000). *A Sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra.
- Coimbra, C. M. B., & Nascimento, M. L. (2005). Ser jovem, ser pobre é ser perigoso? *JOVENes, Revista de Estudos sobre Juventud*, 9(22), 338-355.
- Conrado, M., & Ribeiro, A. A. M. (2017). Homem Negro, Negro Homem: masculinidades e feminismo negro em debate. *Revista Estudos Feministas*, 25(1), 73-97.
- Chacham, A. S., Maia, M. B., Camargos, M. B. (2012). Autonomia, gênero e gravidez na adolescência: uma análise comparativa da experiência de adolescentes e mulheres jovens provenientes de camadas médias e populares em Belo Horizonte. *Revista Brasileira de Estudos de População* (Impresso), 29, 389-407.
- Debord, G. (2000). *A sociedade do espetáculo. Comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto.
- Farhi, M., Freitas, M. C. P., Prates, D. M., & Cintra, M. A. M. (2009). A crise e os desafios para a nova arquitetura financeira internacional. *Revista de Economia Política*, 29, 1-2.
- Foucault, M. (2008). *Nascimento da biopolítica*. Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes.
- Groppa, L. A. (2017). Juventudes y políticas públicas: comentarios sobre las concepciones sociológicas de juventud. *Desidades*, 14, 9-17.
- Guareschi, N. M. F. (2008). Cultura, Identidades e Diferenças. *Reflexão e Ação*, 16, 10-18.
- Guareschi, N. M. F., Reis, C. D., Huning, S. M., & Bertuzzi, L. D. (2007). Intervenção na condição de vulnerabilidade social: um estudo sobre a produção de sentidos com adolescentes do programa do trabalho educativo. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 7(1), 17-27.
- Guimarães, A. S. A. (2016). Formações nacionais de classe e raça. *Tempo Social* (USP. Impresso), 28, 161-182.

- Guimarães, L. G. S. (2014). *Juventude e Desenvolvimento Social na América Latina: um estudo sob a perspectiva da cooperação*. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização Lato Sensu). Universidade Católica de Brasília, Distrito Federal, Brasil.
- Hirata, H., & Kergoat, D. (2007). Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, 37(132), 595-609.
- Ibáñez, T.G. (1993). *Aproximaciones a la psicología social*. Barcelona: Sendai Ediciones.
- Ilustre Colegio Nacional de Doctores y Licenciados en Ciencias Políticas y Sociología. (2011). *Desmontando a ni-ni: um estereotipo juvenil em tempos de crisis*. Madrid: Edición Injuve.
- Jodelet, D. (2001). Representações Sociais: um domínio em expansão. In *As Representações Sociais* (pp. 17- 44.). Tradução Lílian Ulup. Rio de Janeiro: Editora da UERJ.
- Koury, M. G. P. (2011, setembro/dezembro). Medos urbanos e mídia: o imaginário sobre juventude e violência no Brasil atual. *Revista Sociedade e Estado*, 26(3), 471-486.
- Kronberguer, N., & Wagner, W. (2008). Palavras-chave em contexto: análise estatística de textos. In M. W. Bauer & G. Gaskell (Orgs.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático* (pp. 416-441). Petrópolis: Vozes.
- Leão, M. G. P. (2006). Experiências da desigualdade: os sentidos da escolarização elaborados por jovens pobres. *Educação e Pesquisa*, 32(1), 31-48.
- Leccardi, C. (2005). Por um novo significado do futuro: mudança social, jovens e tempo. *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, São Paulo, 17(2), 35-57.
- Lemos, F. C. S., Franco, A. C. F., Ferreri, M. de A., Passarinho, L., & Macedo, A. E. de A. (2014). Algumas interrogações acerca das produções midiáticas sobre a juventude. *Fractal: Revista de Psicologia*, 26, 415-428.
- Lugones, M. (2014). Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, 22(3), 935-952.
- Mayorga, C. A. (2006). Identidades e adolescências: Uma Desconstrução. *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 1(1), 1-20.
- Mayorga, C., & Prado, M. A. M. (2010). Democracia, instituições e a articulação de categorias sociais. In C. Mayorga (Org.), *Universidade cindida, universidade em*

conexão: ensaios sobre e democratização da universidade (pp. 46-70). Belo Horizonte: Editora UFMG.

Mayorga, C., Coura, A., Miralles, N., & Cunha, V. M. (2013). As críticas ao gênero e a pluralização do feminismo: colonialismo, racismo e política heterossexual. *Revista Estudos Feministas*, 21(2), 463-484.

Menezes Filho, N. A., Cabanas, P. H. F., & Komatsu, B. K. A condição “nem-nem” dos jovens é permanente? São Paulo, SP: Centro de Políticas Públicas/Insper, *Policy Paper*, 7.

Monteiro, J. (2013, setembro). *Quem são os jovens Nem-Nem?: uma análise sobre os jovens que não estudam e não participam do mercado de trabalho*. Texto para Discussão n.34, FGV-IBRE: Rio de Janeiro.

Navarro, V. L., & Padilha, V. (2007). Dilemas do trabalho no capitalismo contemporâneo. *Psicol. Soc.*, Porto Alegre, 19(1), 14-20.

Neves, D. P. (2008). Itinerários ocupacionais, juventude e gestão de empregabilidade. *Antropolítica* (UFF), 25, 113-138.

OECD. (2012). *Education at a Glance 2012: OECD Indicators*. Organization for Economic Cooperation and Development/OECD Publishing.

Oficina Internacional del Trabajo. (2013). *Una generación en peligro*. Ginebra: OIT.

Oficina Internacional del Trabajo. (2016). *Perspectivas Sociales y del Empleo en el Mundo 2016: Tendencias entre los jóvenes*. Ginebra: OIT.

Oficina Regional para América Latina y el Caribe. (2014). *Trabajo Decente y Juventud en América Latina: Políticas para la acción*. Lima: OIT.

Oliveira, D. C., Gomes, A. M. T., & Marques, S. C. (2005). Análise estatística de dados na pesquisa das representações sociais: alguns princípios e uma aplicação ao campo da saúde. In M. S. Menin & A. M. Schimizu (Orgs.), *Experiência e representação social: questões teóricas e metodológicas* (pp.157-199). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Oliveira, F. C., & Gianordoli-Nascimento, I. F. (2013). *'Pau neles, não nos nossos': as representações sociais do tráfico de drogas na revista Veja (1968-2010) e suas implicações nas dinâmicas identitárias*. Dissertação (mestrado), Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, Brasil.

Oliveira, F. C., Gianordoli-Nascimento, I. F., Santos, T. L. A., & Freitas, J. C. (2015). Fronteiras e pertencas: representações sociais e dinâmicas identitárias do tráfico de drogas na revista *Veja* (1968-2010). *Psicologia e Saber Social*, 4, 277-297.

- Plan International. (2017). *As meninas e os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS). Uma análise da situação das meninas no Brasil*. São Paulo: Plan International.
- Rabinow, P. (2002). *Antropologia da Razão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Rivas, A. (2015). *A América Latina depois do PISA. Lições aprendidas da educação em sete países (2000-2015)*. Cidade Autônoma de Buenos Aires: Fundação Cipeec.
- Rose, N. (2011). *Inventando nossos selfs: psicologia, poder e subjetividade*. Petrópolis: Vozes.
- Saffioti, H. I. B. (1979). *A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade*. Petrópolis: Vozes.
- Sá-Silva, J. R., Almeida, C. D., Guindani, J. F. (2009). Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, 1(1), 1-15.
- Silva Junior, P., & Mayorga, C. (2016). Experiências de jovens pobres participantes de programas de aprendizagem profissional. *Psicologia & Sociedade*, 28(2), 298-308.
- Silva, I. A. (2017). Respostas da política nacional de juventude para a realidade das mulheres da geração “nem-nem”. Uma análise das ações de educação e trabalho. *Revista Juventude e Políticas Públicas*, Brasília, 1(2), 67-176.
- Souza, J. (2006). A gramática social da desigualdade brasileira. In *A invisibilidade da desigualdade brasileira* (pp. 23-53). Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Spink, P. (2000). Análise de documentos de domínio público. In: M. J. Spink (Org.), *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas* (pp. 123-151). São Paulo: Cortez.
- Tommasi, L. (2010). *“Juventude em pauta”: a juventude como campo de intervenção social*. Projeto de Pesquisa. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil.
- Tommasi, L. (2014). Juventude, projetos sociais, empreendedorismo e criatividade: dispositivos, artefatos e agentes para o governo da população jovem. *Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, 6, 287-311.

A CONDIÇÃO NOMEADA *NEM NEM*: CONVERSÇÕES COM JOVENS POBRES.

Paulo Roberto da Silva Junior

Claudia Mayorga

RESUMO

Apresentamos os resultados de uma pesquisa que buscou compreender as experiências de vida de jovens moradores/as de duas favelas de Belo Horizonte relacionadas à escolarização e ao trabalho, e no que elas referenciam ao que vem sendo chamado de condição *nem nem*. Por meio de uma pesquisa-intervenção, realizamos entrevistas individuais e rodas de conversa com quatorze jovens, sendo seis mulheres e oito homens, com idade entre 13 e 21 anos. Problematizamos como questões macroestruturais, institucionais e culturais contribuem para a ausência desses/as da escola e do trabalho, e destacamos a construção do/a jovem nomeado/a *nem nem* como um simulacro dos/as jovens que tem seus direitos negados cotidianamente.

PALAVRAS-CHAVE: jovem pobre, educação, trabalho, pesquisa-intervenção.

ABSTRACT

We had presented the results of a research that managed to comprehend life experience of resident youngsters from two shantytowns of Belo Horizonte, related to schooling and working, in what is referred to the so-called *nem nem* condition. Through this intervention-research, we had realized individual interviews and conversations with fourteen youngsters, about six women and eight men, from between 13 and 21 years old. We had problematized as macro-structure, institutional and cultural questions contribute to the absence of youngsters from school and work, highlighting the construction of the so-called *nem nem* youngster, as a simulation of the youngster that has his/her rights denied daily.

KEY-WORDS: poor youngster, education, work, intervention-research.

INTRODUÇÃO

Os/as jovens nomeados/as/ *nem nem* são aqueles/as que não trabalham e nem estudam. Em 2013, a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), a população jovem brasileira era de 19 milhões, sendo os/as jovens nomeados/as *nem nem* 3,2 milhões, ou seja, 17% dos/as jovens

brasileiros/as (Monteiro, 2013). Destes/as jovens ditos/as inativos/as, contavam-se 830 mil homens (25% do grupo) e 2,4 milhões mulheres (75% do grupo). A partir da análise dos dados, destaca-se que a condição chamada *nem nem* é preponderante entre jovens pobres e com baixa escolaridade, particularmente, entre mulheres com filho; ter um filho de menos de 1 ano é o principal fator que explica porque as mulheres, especialmente, as mais pobres, estão na condição dita *nem nem*; a inatividade tem crescido entre os homens e, destacadamente, entre os menos escolarizados; os homens que estudam pouco estão encontrando cada vez mais dificuldades de se inserir no mercado de trabalho.

Pautados nos debates empreendidos pela psicologia social e seus diálogos com o feminismo, discordamos da perspectiva representacionista acerca dessa nomeação *nem nem*, como se o conhecimento produzido sobre ela correspondesse à realidade e não a uma construção culturalmente e socialmente situada (Ibáñez, 1993). Nossa discordância sustenta-se a partir de uma crítica às definições de trabalho e estudo, quem nem sempre levam em consideração os sistemas e projetos informais de escolarização, a realização de atividades domésticas, o cuidado de pessoas da família, trabalhos voluntários e filantrópicos, a realização de bicos e a atuação em atividades informais ou ilegais, como o tráfico de drogas. Nessa direção, pesquisas no contexto europeu tem mostrado que se excluirmos algumas experiências consideradas como de ociosidade das estatísticas, a juventude dita *nem nem* não teria a expressividade estatística como a apresentada nos estudos (Ilustre Colégio, 2011). Outro ponto que destacamos no nosso posicionamento é o fato da duração média na condição chamada *nem nem* ser muito curta, variando de 3 a 4 meses (Menezes Filho, Cabanas & Komatsu, 2013).

O tripé que sustenta o/a dito/a jovem *nem nem* no lugar de problema social é formado por uma espetacularização midiática do fenômeno, pela constituição de um conjunto de práticas interventivas para solucioná-lo e por um desconhecimento das experiências dos/as jovens pobres. Sem desmerecer a importância das pesquisas e análises quantitativas, avaliamos que as pesquisas mencionadas apresentam uma visão parcial das experiências desses/as jovens, construindo realidades situadas socialmente.

Com exceção do estudo realizado por Paulino (2016), que inseriu 2 questões abertas em um questionário de coleta de dados para os/as jovens falarem sobre suas experiências de ociosidade, os demais estudos que abordam esse grupo em

questão, no período entre 2006 e 2017, pautam-se em análises quantitativas a partir de dados coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou por instituições internacionais, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Salientamos que a divulgação dessas pesquisas popularizou a visibilidade do tema junto à população brasileira através de um *boom* de notícias, mais intensas entre os anos de 2013 e 2015, com análises atravessadas por um viés economicista, aludindo ao risco destes/as jovens vistos/as como ociosos/as elevarem as taxas de desemprego no Brasil, tornarem-se dependentes do governo e produzirem a disrupção do futuro almejado para a sociedade, não levando em conta seus efeitos para os/as próprios/as jovens.

Em outro momento analisamos os principais universos semânticos sobre os/as jovens nomeados/as como *nem nem* em duas publicações diferentes da Organização Internacional do Trabalho, usando, para isso, o programa ALCESTE no tratamento dos trechos retirados de dezenove (19) documentos. Problematizamos, também, a realidade construída por esses documentos e as possíveis ações direcionadas sobre a vida desses/as jovens. A partir dos dendrogramas apresentados, propomos uma leitura interseccional atenta aos riscos de algumas noções e afirmações depreendidas a partir da classificação do vocabulário das publicações, que convida a pensar os/as jovens ditos/as *nem nem* como sujeitos vulneráveis e como grupo de risco, sendo as respostas mais imediatas direcionadas ao investimento na subjetividade do/a jovem, reatualizando o mito dos/as jovens pobres como classe perigosa, sem com isso levar em consideração a reprodução da nossa desigualdade.

Assumimos, assim, o compromisso de compreender as experiências vivenciadas pelos/as jovens pobres no interior de um contexto de reprodução da desigualdade social brasileira (Souza, 2006). Esses/as jovens vão ser compreendidos/as não apenas como financeira ou economicamente pobres, mas atravessados por uma pobreza moral, política, psicossocial, diante das condições que se colocam dignas de respeito e reconhecimento na sociedade. Aos/às jovens pobres, que não pertencem às classes abastadas, nas quais se compartilha do modelo de *self* considerado racional, útil e produtivo, vão ser associados/as atributos como a incapacidade cognitiva, pobreza subjetiva, falta de controle emocional, carência intelectual, etc. Os/as jovens pobres são, portanto, sujeitos da ralé, vistos/as como subcidadãos ou os cidadãos de segunda classe, descartáveis para a

vida considerada útil e produtiva para o mercado e o Estado. São os/as invisíveis do cotidiano que, pela condição de pobres material e moralmente, podem ser eliminados/as, e sua eliminação justificada dentro de um projeto de modernidade que prevê a razão calculista e prospectiva, o autocontrole e a autoestima como bússolas para o sucesso pessoal. O paradoxo que se instaura é o desse/a jovem somente existir publicamente na sua condição de problema social, aqui problematizado na categoria construída socialmente como *nem nem*.

Compreendemos que os esquemas de socialização dos sujeitos são muito mais heterogêneos que a perspectiva do *habitus* propõe, sem menosprezar o seu alcance explicativo, e marcados por uma incidência singular do social na vida de cada sujeito (Lahire, 2002). Os/as jovens pobres devem ser compreendidos/as, nesse sentido, como indivíduos confidentes de sentimentos, pensamentos e ações, como produtos de suas múltiplas experiências socializadoras nas diferentes relações sociais e grupos a que pertencem. O social refletido em cada um deles se entrelaça com a produção de deslocamentos e resistências na construção de suas individualidades, que é sempre um social individualizado.

Apresentamos neste texto os resultados de uma pesquisa que buscou compreender as experiências de vida de jovens de origem popular, moradores/as de duas favelas de Belo Horizonte, com foco na articulação entre as questões relacionadas à classe social, raça, gênero, sexualidade, geração e território, na construção de suas trajetórias, especialmente, no que se refere à escola e ao trabalho. Analisamos, desse modo, as experiências de vida desses/as jovens, a partir de uma abordagem psicossocial, no que elas referenciam ao que vem sendo chamado em diversos trabalhos como condição *nem nem*. Destacamos que nosso foco não foi o de dialogar com jovens *nem nem*, mas sobre o que representa essa nomeação, diante, sobretudo, dos nossos questionamentos em relação a essa categoria, o que nos convida a pensar sobre nossos pensamentos, nos criticar e construir compromissos alternativos possíveis (Nogueira & Neves, 2005) para a vida desses/as jovens.

CAMPO DE PESQUISA

Na tentativa de contribuir para a compreensão das experiências dos/as jovens pobres, a partir da articulação entre as dimensões individual/subjetiva e

social/coletiva, nos servimos de algumas contribuições da psicologia social, e seus diálogos com o feminismo e a etnografia, para a produção de conhecimentos, desde uma perspectiva qualitativa e pautada por um processo de implicação e engajamento do/a pesquisador/a no processo de transformação pessoal e social dos/as entrevistados/as (Menezes, Colaço & Adrião, 2018). Em consonância com essa perspectiva, a noção de pesquisa-intervenção-pesquisa (Adrião, 2014) destaca um fazer contínuo entre pesquisa e intervenção, sem um início e um final demarcados, que convida a pensar a reflexividade, a criticidade e o posicionamento na produção de um conhecimento que não realce as desigualdades, mas que transforme a vida de todos/as os/as envolvidos/as na ação.

Desta forma, buscar conhecer e analisar as experiências de jovens moradores/as de favelas/periferias por meio de uma interação cotidiana, como um dos objetivos do trabalho realizado, não pode ser realizado sem se levar em consideração os dilemas da neutralidade, imparcialidade, objetividade, produção de relações de poder, interseccionalidade, coprodução do conhecimento e os efeitos éticos e políticos do pesquisar. São dilemas para os quais a psicologia social, em sua interseção com o feminismo, vem produzindo reflexões e contribuindo para produzir um conhecimento que recupere as vozes dos sujeitos sociais marginalizados social e/ou politicamente (Mayorga, 2013) e que questione o destino político do saber produzido (Adrião, 2014).

Como parte integrante das ciências sociais, a psicologia social não possui um papel preditivo sobre a realidade, mas interpretativo, pois sobre seu objeto de estudo, o objeto social, repousa determinações históricas, articulação de interações e negociação de situações que impedem o estabelecimento de regras (Ibañez & Iñiguez, 1996). No que concerne a esse processo de interações sociais estabelecido pelos sujeitos na vida cotidiana, buscamos as contribuições da etnografia para refletir sobre a nossa aproximação da vida cotidiana daqueles/as que pretendemos compreender, o diálogo estabelecido entre nós e os/as interlocutores/as, e a construção discursiva da nossa leitura sobre suas experiências, assumindo nossas responsabilidades nessa construção (Malvasi, 2012).

Realizamos, assim, uma pesquisa de orientação etnográfica (Cordeiro, 2004), na qual os sujeitos estabelecem contatos diretos e perturbadores, se posicionam e negociam suas visões de mundo. Abordar e compreender o fenômeno ou processo particular, sem deixar de considerá-lo em sua totalidade, ou seja, a fuga tanto do

funcionalismo quanto do estruturalismo que encerram as análises no nível micro ou macrossocial é o ponto de encontro entre a etnografia e a psicologia social (Sato & Souza, 2001). Elas se encontram com o feminismo no posicionamento de abandonar o distanciamento entre pesquisador/a e sujeitos/as de pesquisa, apostando na experiência como um marcador analítico e metodológico do encontro entre ambos (Adrião, 2014).

Realizar a pesquisa a partir de uma orientação etnográfica relaciona-se com o nosso interesse de aproximar das experiências de jovens que moram em contextos de favela e periferia não por considera-las exóticas, mas por acreditar que elas podem oxigenar e trazer novos contornos para as discussões que tem sido empreendidas no que tange às trajetórias de vida de jovens pobres e à nomeada geração *nem nem*. Para isso, realizamos conversações com os/as jovens, entendendo essas como um momento de compartilhamento de histórias e de versões de si mesmo, pautadas na escuta, no respeito e na abertura ao inesperado (Moscheta, Casarini, & Scorsolini-Comin, 2016)

As conversações com os/as jovens aconteceram no Alto Vera Cruz¹⁷ e no Morro da Pedras¹⁸, em Belo Horizonte/MG. Ambos os locais ora são nomeados socialmente como favelas ora como bairros, em alguns momentos como aglomerados ou comunidades, mas cabe destacar que todos eles estão fortemente marcados no imaginário popular como espaços violentos, com guerras entre gangues pela disputa do tráfico de drogas na região. Destacamos que as representações estereotipadas e negativas da favela foram aos poucos sendo exportadas para outros tipos de bairros e conjuntos habitacionais, os quais acabam sendo vistos no imaginário da cidade como favelas (Souza e Silva & Barbosa, 2005). Os preconceitos sociais constroem, portanto, uma rede de obstáculos para os/as moradores/as desses espaços, o que dificulta o exercício da cidadania (Santos & Mayorga, 2017). A escolha por essas duas favelas relaciona-se com o fato de ambas compartilharem os estereótipos de um lugar socialmente carente e violento, e

¹⁷ O Alto Vera Cruz localiza-se na regional leste de Belo Horizonte e sua população foi estimada em 14 mil moradores/as, segundo o Censo de 2010. Seu povoamento iniciou-se na década de 1940 por trabalhadores da construção civil, mineração e ferroviários.

¹⁸ O Morro das Pedras localiza-se na regional oeste de Belo Horizonte e divide-se oito vilas. Sua população foi estimada em 17 mil moradores/as, segundo o Censo de 2010. Seu povoamento iniciou-se na década de 1920 por operários e outras pessoas que participaram da construção da cidade de Belo Horizonte.

serem lócus de intervenção por diversos atores na perspectiva da constituição dos/as jovens como um campo de intervenção social (Tommasi, 2010).

A aproximação com os/as jovens iniciou-se em meados de 2016 e encerrou-se no início de 2018. Estar no Alto Vera Cruz e no Morro das Pedras implicou, por meio da observação participante (Queiroz, Vall, Souza & Vieira, 2007), no exercício de interagir e observar as atividades dos/as jovens e demais moradores/as, as dinâmicas sociais, as relações de conflito, as violências e violações, buscando reconhecer redes complexas de sentido que ajudassem na construção dos roteiros de entrevista e nos encontros com os/as jovens.

Contamos com a colaboração de um informante no Alto Vera Cruz, ligado ao movimento hip hop na região, e uma interlocutora no Morro das Pedras, responsável por um projeto social de acolhimento às mulheres de diferentes faixas etárias. A parceria deles/as foi importante no acesso aos/às jovens, sobretudo, em relação às jovens, uma vez que se tratava de um homem na realização direta das conversações.

Iniciamos os contatos pelo Alto Vera Cruz e nele realizamos diálogo com jovens participantes de uma oficina de artes gráficas e outra de teatro do Centro Cultural do bairro. Após o diálogo em grupo, foi proposta a realização de entrevistas semiestruturadas, em local, data e horário de preferência do/a jovem. Participaram da roda de conversa 10 jovens com idade entre 12 e 20 anos, sendo cinco mulheres e cinco homens, e quatro deles/as aceitaram participar do momento posterior. Foram realizadas entrevistas, em um dos casos em mais de um encontro, com três jovens e duas jovens, com idade entre 14 e 20 anos, usando como apoio uma sala do centro cultural e uma mesa ao ar livre de uma das praças do bairro. A marcação das entrevistas com as jovens foi feita com certa dificuldade, atravessada por ausências das mesmas, cancelamentos e o fato inusitado de uma delas ter informado no momento da realização que o namorado havia solicitado sua participação na conversa. O diálogo que começou arrastado, perpassado por incômodos, fluiu com a aceitação do jovem em participar e deixar o lugar de observador. Diante disso, problematizamos o atravessamento dos códigos de gênero e sexualidade que marcam as experiências das jovens e que as impossibilitam de ser e estar em certas condições e situações sociais, e o realçamento dessa dinâmica provocada pela proposta de encontro com um pesquisador desconhecido. Optamos, nesse sentido,

por mudar a estratégia de contato com as jovens e apostar em um formato coletivo de conversação.

O contato com a interlocutora no Morro das Pedras e seu trabalho junto às mulheres da região possibilitaram a realização de uma roda de conversa, que a princípio deveria ter a presença apenas das jovens, mas que foi realizada com essas e, também, com os jovens. Participaram desse momento nove jovens, sendo quatro mulheres e cinco homens, com idade entre 13 e 21 anos, numa instituição localizada no bairro.

Ao todo, participaram das conversações quatorze jovens, cinco nas entrevistas e nove na roda de conversa, sendo seis mulheres e oito homens, com idade entre 13 e 21 anos.

A entrevista semiestruturada foi escolhida por ser um processo de interação, no qual se abre mão do mito da neutralidade e dos roteiros rigidamente estabelecidos, deixando espaço para o interlocutor ser ativo no processo de falar de si e do/a outro/a, percorrendo seus afetos, lembranças, memórias individuais e coletivas (Cedro, 2011). O roteiro da entrevista abordou temas como educação, trabalho, família, religião, mobilidade, sexualidade, lazer, cultura, esporte, segurança, violência, saúde. A roda de conversa visou mobilizar os/as participantes para a discussão coletiva em torno do tema central do encontro, permitindo produção de *insights*, troca de experiências, livre expressão dos pensamentos e a reflexão sobre si mesmo/a e sobre o mundo (Afonso, 2006). As duas rodas de conversa realizadas, a partir de um roteiro semiestruturado, centraram-se no interesse de conhecer a história familiar dos/as jovens e a transmissão geracional das perspectivas de escolarização e trabalho, de compreender os projetos de vida familiar e pessoal, e de possibilitar a reflexão sobre os desafios de realizar os projetos propostos.

Todos os encontros foram gravados com consentimento dos/as participantes e depois submetidos à transcrição. Eles/as assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e seus nomes foram substituídos por nomes fictícios nas análises.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O conhecimento produzido junto aos/às jovens foi preparado textualmente e lido atentamente para a construção de categorias de análise, a partir das contribuições de Bardin (1979). Os posicionamentos dos/as jovens são tomados, portanto, como produções discursivas (Fairclough, 2001), socialmente construídas e que constituem sujeitos, relações sociais e sistemas sociais, sem que o/a pesquisador/a assuma o lugar de espião do processo da produção das mesmas.

A leitura do material foi realizada com o objetivo de identificar elementos recorrentes nos discursos que representam unidades que dão sentido à dinâmica de posicionamentos construídos pelos/as jovens, em diálogo com o pesquisador, dentro do campo de experiências sociais que atravessam suas trajetórias de vida. Em articulação com o referencial teórico, estabeleceu-se três categorias de análise: Olhares sobre as desigualdades na educação, Paradoxos do mundo do trabalho e Fronteiras da resistência.

Olhares sobre as desigualdades na educação

As percepções sobre o tema da educação/escolarização na conversação com os/as jovens que participaram das rodas de conversa e das entrevistas foram provocadas pelo convite a se falar acerca do acesso à escolarização e trajetória de estudo pessoal e familiar, relações com os/a) professores/as e outros atores da comunidade escolar, qualidade da educação e sua função na sociedade, e os projetos e perspectivas pessoais em termos educacionais. Os/as jovens trouxeram situações e aspectos que contribuem para a saída da escola antes da conclusão dos estudos formais, tais como a infraestrutura precária das instituições; o uso de drogas dentro da escola, o que impede a permanência de parte dos/as alunos/as; a indisponibilidade da oferta do ensino médio perto da própria residência, gerando um custo financeiro com deslocamento que não tem como ser sustentado por longos períodos; e a bagunça de outros/as colegas que impedem a educação acontecer, desmotivando aqueles que querem permanecer estudando. Escolhemos nesse momento dar ênfase em algumas temáticas que nos convidam a pensar como a ausência na escola não pode ser pensada como uma responsabilidade individual e isolada, seja do/a jovem ou de outros atores que atuam no cotidiano escolar, a

importância dos suportes para os/as jovens, e a problematização dos sistemas de poder e das desigualdades na construção dessas trajetórias juvenis.

O primeiro aspecto refere-se à implicação e dedicação dos/as professores/as com as aulas, e como isso motiva ou não os interesses e a permanência dos/as jovens na escola:

João¹⁹: Eu particularmente não gosto da escola, porque eu acho um negócio que, eu acho que o professor só vai lá, dá a matéria, você aprende se você quiser, eu não gosto disso, eu gosto de uma aula que todo mundo interage, uma coisa gostosa de você aprender, né tipo só aquele negócio que você vai ler, guardar e pronto, eu acho isso não ajuda em nada, eu acho que você tem que ter vontade de estudar, não só ir lá, copiar e guardar, não só mostrar o caderno pro professor e ganhar ponto, passar de ano, sem saber nada, tipo na minha escola mesmo, os professores só passam a matéria, você copia, pronto, você ganha ponto por causa disso, aí somando tudo no final do ano você passa, uma coisa que me dá muito ódio.

De forma semelhante, uma jovem que estudou em escolas públicas de uma região considerada nobre da cidade de Belo Horizonte analisa as diferenças quando passou a estudar nas escolas do aglomerado:

Joana: Mas se bem que as escolas públicas de lá da região eram praticamente idênticas à escola particular, era só o nome, mas a estrutura era praticamente a mesma.

Paulo: Aí depois você veio estudar nas escolas daqui?

Joana: Sim, estudei nas escolas aqui, que são totalmente diferentes, questão de professores dar mais atenção pros alunos, aqui piorou drasticamente, e na adolescência também foi muito difícil essa transição, porque pelo menos naquelas escolas apesar deles não dá muita importância pro que tá acontecendo aqui eles dão muito menos. Porque por aqui todos os adolescentes são iguais e a justificativa que eles dão é, “eu estou recebendo meu salário, se vocês quiserem vocês fazem, se vocês não quiserem problema é seus, meus filhos estudam em escola particular”.

A escola enquanto uma instituição social contemporânea tem diferentes papéis a cumprir, que não são fixos e que podem mudar de acordo com o contexto histórico e a partir da vivência de cada um dentro da instituição (Castro, 2010). Ela configura-se como um espaço coletivo de relação entre os sujeitos diversos, um *lócus* social onde se concretiza a reprodução do velho e a construção no novo. Nela os sujeitos portam uma história, uma cultura, o que obriga a todos/as a conviver com a diferença. No entanto, o preconceito, como um juízo provisório que se antecipa à experiência e impede a autonomia do sujeito de experimentá-la (Heller, 2008), atua

¹⁹ O material utilizado para análise respeita o estilo e a linguagem coloquial dos/as participantes, ou seja, as transcrições revelam o que foi e como foi dito.

nas relações e interações estabelecidas no cotidiano escolar impossibilitando o aprendizado e a convivência respeitosa com a diferença.

O que os/as jovens relatam é uma falta de interesse por parte de alguns/mas professores/as em construir a escola como esse espaço que permite o aprendizado de conteúdos, motivada, em algumas circunstâncias, por preconceitos relacionados à origem social dos alunos/as, do local de moradia deles/as e do valor moral da escola pública. No diálogo sobre a rotina, muitas vezes, desgastantes dos/as professores/as, eles/as reconhecem que seus pares, também, são desinteressados/as, mas que essa postura não deveria partir de quem está na escola para ensinar:

Paulo: Uma parte dos professores trabalham em até 3 turnos.

Marcos: Isso.

Paulo: Trabalham de manhã e de tarde, às vezes tarde e noite. Às vezes é uma rotina pesada.

Marcos: Mas mesmo assim, é pra eles tá lá pra dar aula, não é pra ficar, sei lá, de preguiça, nunca vi professor ser desinteressado, já vi aluno, mas professor tem que ter interesse.

Importante destacar que temos em curso na nossa sociedade a mudança da noção de favela como substantivo, que delineia um território, para a condição de adjetivo, marcando as experiências dos sujeitos com conotações estereotipadas e negativas. Estes estereótipos apoiam-se, principalmente, em três discursos sobre a favela (Cruz, 2007): 1) discurso da violência e do tráfico: a favela é vista como o lugar da violência, do tráfico e da ilegalidade, como uma zona de guerra, onde seus moradores compactuam com a desordem; 2) discurso da chaga social: a favela é entendida como um desvio arquitetônico e urbanisticamente confusa, sendo a sua remoção a solução do problema; 3) discurso da falta e da carência: a favela é o lugar da ausência, da precariedade de infraestrutura e de serviços públicos, é o lugar da precariedade econômica, escolar e subjetiva dos seus moradores. Dessa forma, se realiza, na reprodução da vida cotidiana, a transposição da carência e da ausência identificadas nesses locais para os sujeitos que neles residem. Os/as jovens moradores/as desses espaços vão ser vistos, desse modo, como aqueles/as que, por sua carência e incapacidade material, cognitiva, psicológica, cultural e moral, não merecem atenção e dedicação por parte de vários atores da sociedade, dentre eles aqueles/as que atuam no contexto da escola pública. A reprodução dos

preconceitos por parte de alguns profissionais da educação, contribuem, dessa forma, para acentuá-la o processo de exclusão dos/as jovens:

Francisco: Olha, eu acho que por ser de uma escola assim, que a gente pode falar, de bairro, a maioria dos professores não vão querer ensinar direito, com todo respeito, tem professores assim que rolava um visto no dever, mas a maioria dos professores copiam um texto no quadro pra você copiar, quem acabar vai embora, essa é a realidade, entendeu, e às vezes a diferença de um ponto extracurricular numa escola de forte assim é 1 ponto, escola de bairro, pra não tomar bomba, pra não ver esses moleques no próximo ano é 10 ponto, então muita desvalorização por ser de uma comunidade entendeu.

Embora façam críticas à postura dos/as professores/as, o papel desses/as é valorizado pelos/as jovens, que conseguem construir trajetórias de maior envolvimento com a escola diante de posturas mais acolhedoras:

João: É, minha professora de ciências eu gosto dela, porque tipo no final da aula eu tenho oportunidade de conversar com ela, aí ela desperta meu interesse, aí ela me fala as coisas, e eu fico “nossa que da hora”, e eu também acho que ela é um dos poucos professores que se importam mais com o aluno dentro da escola, aí eu acabo gostando mais.

Paulo: Como que ela demonstra?

João: É, dá mais atenção. O meu professor de matemática, coitado, a aula dele é muito chata, tipo você não tem interesse em nada na aula dele, e tem professores que só sabe xingar aluno, aumentar o tom de voz, aí isso me irrita, aí as pessoas perguntam “porque os alunos matam aula?”, a aula não é interessante, você não tem interesse nenhum em aprender aquilo lá.

Ao mesmo tempo, compreendem que cabe, também, ao governo um maior número de incentivos para que a escola cumpra parte dos seus objetivos:

Marcos: E também acredito que o governo, ou sei lá quem trabalha por trás, devia dar mais apoio pro professor, sei lá, dá algumas ideias pra fazer uma aula mais interativa, renda pra fazer um passeio, tem anos que eu não faço um passeio, escola eu tive passeio foi ano passado, à tarde, e mesmo assim foi pra outra escola, era uma escola particular, não lembro o nome da escola.

O segundo aspecto que trazemos para análise é saída dos/as jovens para estudar em escolas fora dos locais onde moram, a partir da avaliação que as instituições situadas no “bairro” possuem uma educação de melhor qualidade. As escolas de lá são consideradas melhores, possibilitando que o aprendizado aconteça:

Paulo: Vocês acham que tem diferença em relação às escolas de outra região da cidade?

Felipe: Acredito que sim, a escola que é situada em bairro ela é mais estruturada, pra outras que estão dentro de uma comunidade, tem algumas exceções de algumas escolas que são bem estruturadas e tudo mais.

Também estabelecem comparações com escolas particulares ou escolas que se encontram sob a responsabilidade de instituições religiosas, mas com status de escola pública. O acesso a melhores condições estruturais e outras oportunidades constroem a leitura de uma condição de injustiça por parte dos/as jovens, a partir da visita a essas escolas ou por terem passado por elas em suas trajetórias:

Paulo: O que que vocês foram fazer na escola particular?

Marcos: Foi uma feira de ciências que teve deles, aí eles foram implementar uns negócios de engenharia mecânica, uns motor.

Paulo: E como foi ir a uma escola particular?

Marcos: É outra coisa, muito sinistro, tem campo de futebol, tinha armário pra todo mundo, tinha vestiário, minha escola o vestiário não funciona, sei lá, desde quando eu entrei, não funciona vestiário.

Paulo: O que que você pensa disso Marcos, essa coisa, quando você vai à outra escola, igual vocês fizeram uma visita em uma escola com mais recursos, o que que você acha?

Marcos: É outro lugar, é outra coisa, cheguei lá pensei que nem era uma escola, parecia aqueles acampamento de filme sabe, os meninos tava jogando bola, correndo, tinha até uma pista de corrida assim, tinha praticamente tudo na escola.

Paulo: Que que você acha dessa diferença?

Marcos: Frustra né, a gente deveria pelo menos ter o básico, que nem o básico tem, que é os livros didático, nem o básico não tem.

Bruna: Olha, a gente chegava e tomava café, todo mundo junto, chegava e tomava café, aí era metade metade, uns estudavam pela manhã e outros pela tarde, aí eu estudava de tarde, aí durante a manhã eu ia pro curso, eu fazia judô, já fiz natação, artesanal, já fiz vários cursos lá, porque lá tem 80 cursos que você pode escolher.

A ausência do/a jovem na escola tem sido uma preocupação recorrente em relação aqueles/as em idade escolar, trazendo à baila noções como a do/a jovem *nem nem* para marcar as diferentes situações de abandono da escola e suas consequências para o desenvolvimento futuro do país, como uma preocupação que, por vezes, parece dar-se mais sobre os riscos aos rumos pré-determinados da sociedade do que em relação às possibilidades de transformação individual permitida pela educação, sobretudo, quando falamos dos/as jovens pobres.

As diferentes formas de manter-se na modernidade contemporânea, a qual não garante mais ao sujeito uma firme sustentação como era possível em épocas anteriores, podem ser pensadas na dialética entre as dimensões individual e social, entre o singular e o plural, que constroem a identidade dos sujeitos a partir de uma complexa relação entre história pessoal e determinações sociais/culturais (Martuccelli, 2007). Manter-se frente ao mundo social não deve ter como sustentáculo, desse modo, o próprio eu, ao reproduzir-se a figura ideal do indivíduo ocidental como dono de si mesmo, como um ser racional e dotado de forte capacidade de autocontrole pessoal, que se constitui a partir de si mesmo em um

processo de desenvolvimento e expressão da sua autonomia. Ao contrário disso, compreendemos a necessidade de se pensar a construção do ser social dos/as jovens com quem dialogamos a partir dos laços existentes entre o indivíduo e seu meio social, dos suportes para a construção de si mesmos em interação com a sociedade.

Os suportes são, portanto, relações, materiais, simbólicas, próximas ou distantes, conscientes ou inconscientes, ativamente estruturados ou passivamente impostos, que amparam os sujeitos no enfrentamento a seus desafios (Martuccelli, 2007). Problematizamos, nesse sentido, se a relação de interesse entre professor/a-aluno/a no ambiente escolar, o respeito atitudinal à diferença e à trajetória de vida popular por parte dos/as professores/as, a melhoria das condições físicas, organizacionais e pedagógicas da escola pública, e a oferta de atividades plurais na escola podem representar formas diferentes de suporte na construção das trajetórias e identidades dos/as jovens de forma menos desigual dentro da escola. Destacamos, assim, o potencial que essas mudanças tem de se constituírem como suportes que possam contribuir para a permanência do/a jovem na escola, sem depositar sobre ele/a, nem sobre os/as professores/as, a responsabilidade de manter-se estudando em contextos adversos à produção da sua própria autonomia.

No cenário brasileiro a condição chamada *nem nem* é marcada, fortemente, pela dimensão de classe social, gênero e raça, ou seja, o/a dito/a jovem *nem nem* é pobre e, em sua maioria, mulheres negras. Esse atravessamento de gênero e classe social nas experiências dos/as jovens brasileiros/as constrói, assim sendo, o lugar de desigual para um determinado grupo social na nossa sociedade, o qual vem sendo nomeado como *nem nem* em diversas pesquisas, publicações e meios de comunicação. O exercício de compreender as experiências dos/as jovens a partir de uma perspectiva interseccional, que busca apreender a articulação de múltiplas diferenças e desigualdades e seus desdobramentos na construção das identidades (Crenshaw, 2002; Piscitelli, 2008), nos mostra os efeitos do entrelaçamento entre as categorias de gênero, classe, raça e geração na construção dos itinerários escolares das jovens. Esses itinerários são interrompidos ora pela gravidez na adolescência ora pela realização de trabalhos domésticos:

Márcia: Ela estudava, até então, esse período todo né da vida dela ela estudava, aí ela engravidou com 13 anos, aí estudou a gravidez dela toda, só que aí quando ela ganhou ela já não podia mais estudar, porque já não tinha ninguém pra ficar com a bebê dela pra ela

pode estudar, e foi assim, também a minha mãe tava desempregada, e meu irmão também, aí só ela e meu pai que tava trabalhando na época, aí tava uma situação muito difícil, nem ela estudando, nem ela trabalhando, em casa cuidando do bebê, até hoje não voltou aos estudos, é difícil.

Débora: Eu acho, que pra mim, no meu ver, atrapalha, porque você de tanto fazer aquilo, de ter a rotina, todo dia aquela mesma coisa, você tem que cuidar de tudo sozinha, você tem que fazer o serviço tudo doméstico de dentro de casa, atrapalha, acaba que você acaba ficando desanimada de procurar um emprego, de estudar, quando você tem que arrumar uma casa, aí você tem que... é mais preocupação, você tem que arrumar casa, e estudar, e trabalhar, aí isso tudo, aí você fica sem ânimo.

Paulo: Uhum.

Márcia: Mas hoje em dia é como se virasse uma regra, que toda mulher tem que ser a dona de casa e o homem que sai pra trabalhar.

Débora: É, aí fica mais cansativo realmente.

Historicizar a opressão das mulheres significa reconhecer que nosso processo de colonização foi patriarcal, ou seja, não é possível falar sobre colonialidade sem falar sobre a dominação da mulher. As práticas coloniais foram de ordem econômica, política, cultural, religiosa e nisso se inclui a dominação de gênero. A união entre estado e igreja reforçou o lugar de dominação e submissão das mulheres, tendo os homens colonizadores e os homens colonizados firmado um pacto de dominação das mulheres (Lugones, 2008). Os exercícios de poder, raça-classe-gênero-geração, sobre os corpos das jovens fazem com que as tarefas domésticas, que deveriam ser divididas entre os/as coabitantes, tornem-se uma obrigação de uma única pessoa na casa, em específico a jovem, a partir da naturalização de papéis e funções definidos para as mulheres na nossa sociedade. Da mesma forma, a interação entre as desigualdades sociais faz com que a mulher jovem, negra e pobre tenha menos poder de autonomia e controle na condução de sua própria reprodução sexual (Chacham, Maia & Camargos, 2012), ficando exposta à gravidez em idade mais precoce e como efeito do patriarcado. Dessa forma, naturalização das desigualdades sociais e das dinâmicas de poder que as constituem fazem com que esse lugar de subordinação ocupado pelas jovens, vista como uma regra, passa a ser visto como natural, funcional e justificado na nossa sociedade (Mayorga, 2014). Nesse processo de justificação, a gravidez na adolescência vai ser visto, muitas das vezes, apenas como um problema de irresponsabilidade das jovens e vão ser pensadas intervenções que focam nelas a resolução do que é considerado problema, excluindo os jovens dessa problematização.

A identidade de jovem favelada (Mayorga, 2014) se apresenta como um analisador que nos permite compreender a articulação entre gênero, raça, classe e geração na produção desse lugar de subordinação ocupado por algumas jovens, seja na realização sozinha das tarefas domésticas ou na ausência de controle e condições de dialogar sobre sua vida sexual e reprodutiva, o qual acaba contribuindo para a interrupção, algumas vezes sem volta, dos seus itinerários escolares. No lugar de serem as jovens negras o foco único e exclusivo de intervenção para a resolução do problema do abandono massivo da escola e do trabalho, devemos investir no convite aos homens, especialmente, para o enfrentamento e a desconstrução desse sistema machista, racista, classista e que compreende a jovem como não desenvolvida o suficiente para decidir sobre a sua própria vida.

Paradoxos do mundo do trabalho

Nos diálogos convidamos os/as jovens a refletirem sobre as trajetórias pessoal familiar de trabalho e renda, as estratégias para acesso ao trabalho, as relações e interações estabelecidas nas situações de trabalho, as perspectivas de projetos presentes e futuros relacionados ao mundo do trabalho.

A escolha por esses disparadores nas conversações com os/as jovens deu-se a partir de uma compreensão psicossocial do trabalho e da sua centralidade na sociedade contemporânea, a despeito de algumas críticas acerca do seu enfraquecimento. Dentro do contexto capitalista, o trabalho é investido de perguntas sobre o lugar e a função que cumpre em nossas vidas, se pode ser emancipador ou se está fadado a produzir o estranhamento do sujeito (Sato, 2009). Destarte, sofrimento, construção e resistência configuram-se como sentidos e implicações do trabalho na vida dos sujeitos, os quais se constroem na imbricação entre discursos, interações e afazeres desenvolvidos no dia a dia do trabalho ou na busca por uma ocupação. Tais sentidos e implicações podem ser compreendidos, portanto, como paradoxos (Scott, 2005), como algo que não deve ser pensado de forma polarizada, como sendo isso ou aquilo, mas como tensões interdependentes que se resolvem de formas historicamente específicas.

Durante as conversações, os/as jovens refletiram sobre os sentidos e significados paradoxais do trabalho em suas vidas, a influência do preconceito

contra o lugar de origem nas entrevistas, os vários cursos de preparação que colecionam como forma de arrumar trabalho, as exigências contraditórias de experiência para quem nunca trabalhou, a inserção em atividades de trabalho em ocupações pouco privilegiadas e com baixa remuneração, a exploração e as violências sofridas nos contextos de trabalho, as experiências informais de trabalho, as desigualdades de raça e de gênero, e suas expectativas profissionais futuras. Considerando nosso interesse de compreender como aparecem nas trajetórias dos/as jovens possíveis aproximações e distanciamentos em relação à condição chamada *nem nem*, a fim de problematizá-la e corporificar a discussão, faremos a seguir a discussão de alguns temas que mais se destacaram dentro do nosso campo-tema de estudo.

De acordo com dados da Organização Internacional do Trabalho (2017), a taxa mundial de desemprego juvenil é de 13,1%, sendo mais acentuada para a região da América Latina e Caribe, 19,6%. Diante do baixo desempenho econômico do Brasil no conjunto dos países da região, o Brasil registrou a taxa de 30% dos/as jovens desempregados/as, maior índice desde 1991, sendo mais severa para as jovens do que para os jovens. Esse cenário negativo foi percebido no contato com os/as jovens interlocutores/as, visto que alguns/mas encontravam-se em idade apta ao trabalho, desejavam estar trabalhando e não se encontravam realizando nenhuma atividade remunerada no momento, o que causava a eles preocupações e frustrações. Um tema recorrente no diálogo com eles/as referiu-se aos empecilhos colocados pelas empresas/instituições por serem eles/as moradores/as de favelas:

Márcia: Porque de onde a gente vem influencia muito na hora de ser selecionado pra uma vaga.

Paulo: Influencia como Felipe? O que que você já passou? Às vezes não só você, mas colegas seus né, pessoas que vocês conhecem.

Felipe: Às vezes a pessoa acha que porque você vive nesse local você é menos inteligente que uma outra pessoa que veio do bairro, ou sua educação é diferente, é mais confiança de uma pessoa que mora no bairro do que uma pessoa que mora na comunidade.

Antônio: Eles rotulam muito.

A partir da mirada interseccional sobre as experiências desses jovens, buscando-se compreender como as diferentes categorias sociais intersubjetivam suas experiências por meio da articulação entre as microrelações e as macropolíticas (Adrião, 2014), retomamos a noção de favelado/a, discutida anteriormente, como um analisador articulatório das desigualdades que constroem

para os/as jovens lugares sociais de subordinação. O imaginário socialmente construído da favela como um lugar marcado pela carência, ausência e pela violência, e a sua transposição, naturalizada, para os comportamentos psicológicos dos sujeitos que nela habitam, é o principal elemento que demarca o preconceito contra a origem desses/as jovens. A produção dos estigmas (Goffman, 1988), enquanto marcas sociais usadas para a submissão daqueles/as que são considerados/as fora da norma, sobre os/as jovens favelados/as contribui para o desperdício de suas experiências por parte dos/as empregadores/as, os quais não conseguem olhar para além do que está disponível socialmente em termos de representações sociais, sendo o funcionamento padrão do preconceito uma economia de pensamento que impede o conhecer. A condição de favelado/a articula, desse modo, o racismo, que compreende os/as negros/as como sujeitos de menor potencial cognitivo se comparados/as às pessoas brancas, o classismo, que entende as pessoas pobres como moralmente menos aptas e produtivas para o trabalho, e o preconceito contra a origem, onde os estereótipos simplificam uma complexidade e dão origem a um esboço rápido e negativo do diferente, produzindo uma identidade diferenciada e que se torna um impeditivo da presença desse/a jovem em certos ambientes de trabalho, diante da sua falta de conhecimento e da virtual violência que ele/a carrega consigo. O estigma PPP, preto/a, pobre/a e periférico/a contribui, nesse sentido, de forma saliente para a ausência desse/a jovem no mercado de trabalho.

A visão estigmatizante da favela como lugar do tráfico de drogas e a preocupação que isso causa nos/as empregadores/as, também, aparece no relato de um dos jovens:

Paulo: E como é que tem sido essas entrevistas? O que que eles perguntam?

Marcos: Eles perguntam muito se eu uso droga, só de eu falar que moro no Alto Vera Cruz, aí “como é que é sua relação perto da sua casa? Como é que é?”, pergunta se eu tenho curso de alguma coisa, coisa típicas de entrevista, quase todas que eu fiz é assim.

Paulo: Você acha que isso é típico de entrevista?

Marcos: Eu achava, mas depois que eu dei uma pesquisada, eu vi que tem uma coisa errada aqui.

Paulo: E você acha que isso tem muito a ver com o fato de você morar aqui no Alto Vera Cruz?

Marcos: Eu tenho certeza, muitas vezes eles perguntam se eu tenho um parente, eles começam perguntando se eu tenho um parente, aí no final eles perguntam “você usa drogas?”.

Paulo: Como que são as perguntas? O que eles perguntam?

Marcos: Igual a moça da Tec Medical ela perguntou, “você tem algum parente que é usuário de drogas, alguma coisa?”, depois dela perguntar onde eu morava, aí eu falei, “não, não

que eu saiba”, aí ela continuou perguntando, “qual sua relação com a periferia?”, aí eu falei “eu não intrometo com nada, eu não mexo com nada, eu não mexo com ninguém, e eu sou de boa com todo mundo”, aí ela veio perguntando, aí ela veio com essa pergunta, “e você, você já teve alguma relação com drogas, alguma coisa?”, eu falei “não”, aí depois ela repetiu a pergunta, só que eu acho que ela não se tocou que ela já tinha feito mais ou menos, aí eu falei, “eu já falei que eu não sou, não sou usuário de drogas”.

Paulo: E o que que você acha disso?

Marcos: Eu acho isso errado, eles tão meio que com preconceito.

Paulo: Uhum.

Marcos: Não, é preconceito, nem todo mundo na favela, periferia, usa droga, eu acho isso ridículo.

Outra articulação entre categorias que apontamos, a partir do relato desse jovem, é a associação entre juventude, pobreza, masculinidade e violência, fazendo com que todo jovem, pobre, preto e periférico seja visto, naturalmente, como envolvido com práticas violentas ou com o tráfico de drogas. Problematicamos, assim, o *status* conferido a estes jovens, em que as categorias de raça, classe, gênero e territorialidade acirram as experiências de exclusão social, tornando-os “menos sujeitos sociais” e entregando-os ao discurso da caridade, do controle e da correção dos comportamentos de risco. Cabe, também, destacar que esses marcadores atravessam as produções midiáticas no Brasil, reproduzindo a associação estereotipada e distópica entre masculinidade negra e violência (Conrado & Ribeiro, 2017). As relações entre exibição de força, posse de arma de fogo e masculinidade no Brasil são muito fortes (Zaluar, 2007), fazendo com que os homens jovens pobres e pretos sejam reiterados nesse lugar social da violência em potencial, ora como naturalmente violentos ora como virtualmente delinquentes. Esse é o caso do jovem entrevistado: preto, pobre e morador de uma quebrada marcada no imaginário social como violenta e com disputas entre gangues pelo domínio do tráfico de drogas. Após fazer mais um dos vários cursos de como se comportar no mundo do trabalho, ele participou de três entrevistas, nas quais sua vinculação com o mundo das drogas foi amplamente explorada, não sendo aprovado em nenhuma das três. Não nos parece temerário afirmar que o desemprego desse jovem é produto de uma discriminação que se constrói a partir de uma articulação de desigualdades, e não de sua falta de força de vontade em arrumar um emprego.

Ainda que alguns dos/as jovens com quem dialogamos tenham encontrado brechas nas barreiras impostas para a inserção no mundo do trabalho, nos questionamos, a partir das experiências de trabalho relatadas: todo trabalho é digno? Todo trabalho permite o sujeito constituir-se? Como se apresenta o sofrimento no trabalho para os/as jovens? Ao tomarmos como referência a

construção da nossa modernidade como periférica e, a partir dela, a produção de sujeitos considerados dignos de reconhecimento e prestígio social versus uma massa de subcidadãos que constituem uma ralé, levamos em consideração que o princípio da dignidade (Souza, 2009) é, também, construído dentro da esfera do mundo do trabalho. A partir desse referencial, determinados trabalhos são considerados mais desqualificados que outros, pois opera dentro da categoria trabalho uma hierarquia moral pré-reflexiva implícita, que reproduz situações de desigualdade social, como as relatadas pelos/as jovens:

Bruna: Chama Edifício Caldin, é um Edifício, é lá no Centro esse Edifício.

Paulo: Lá você fazia o que?

Bruna: Eu fui contratada pra eu ficar no elevador, nossa, aí no começo era um saco, porque a hora não passava, a gente ficava subindo e descendo, de 7 a 1.

Paulo: E quando você foi pra Asprom, era isso que você imaginava?

Bruna: Não, porque eu queria ir trabalhar na Assembleia sabe, em empresas assim sabe.

Paulo: Entendi.

Bruna: Aí no começo eu não gostava por causa que eu só ficava no elevador, aí eu não sabia que eu gostava de ler livro, aí depois eu comecei a ler livro e eu ficava lendo o dia inteiro lá.

Paulo: Dentro do elevador?

Bruna: Dentro do elevador, aí eu lia um livro por semana, aí depois que eu acostumei a ler os livros, eles fizeram pra gente ficar na portaria, aí depois eu fiquei sendo recepcionista.

Paulo: Na portaria do prédio?

Bruna: É.

Paulo: Entendi. O que que você destaca de aprendizado nessa experiência da Asprom?

Bruna: Eu acho que eu não aprendi nada, queria ter aprendido muito mais, só a lidar com o público.

Paulo: Sim. Vocês estavam falando, para as meninas o que aparece de trabalho?

Márcia: Cuidar de criança, fazer cabelo, quem não tem salão às vezes vai na casa dos outros, vai na casa da pessoa, fazer o cabelo, fazer a unha, cuidar de criança, fazer faxina.

Paulo: E para os meninos, o que aparece para trabalhar?

Antônio: Aparece uns caminhãozinho de areia de 3 metros pra pode carregar.

Felipe: Descarregar material, trabalhar em obra, essas coisas assim que aparece.

Antônio: O povo gosta de explorar, ainda mais quando a pessoa for mais leiga, eles gostam de explorar.

Márcia: Por exemplo, quando a Débora ela estava trabalhando, ela estava ganhando 250 reais.

Felipe: É muita exploração né.

Paulo: O que era o combinado?

Débora: Igual ele estava falando, essa última vez que eu peguei umas crianças pra olhar o combinado era segunda, quinta, sexta e alguns sábados né. Só que aí a moça precisou de mim todos os dias, aí eu fiquei sem graça né, de falar não, só que aí assim, aí ela precisou de mim tanto e na hora de pagar foi tão pouco, ela falou só 250 reais mês, aí eu ficava indo todos os dias, era praticamente um bebê, ele tem 1 ano e pouquinho e tinha um outro menino de 7 anos, aí eu ficava com eles 2, dava banho, almoço, aí colocava o maiorzinho no escolar, aí o outro pequenininho eu ficava o resto do dia todo com ele.

Márcia: Ai passava do horário que era combinado.

Débora: Passava do horário que era combinado, e eu tinha que olhar lá na casa dela, e sempre é assim, quanto mais você trabalha menos eles te pagam, quando é bico assim, essas coisas assim, a gente fica sem graça de falar não, ainda mais eu que tava

precisando, porque é ruim você ficar, porque você já não tem, não tá trabalhando, até o momento nada, aí você acaba aceitando e falando sim.

No bojo das políticas e projetos de incentivo à empregabilidade dos/as jovens brasileiros/as, especialmente os mais pobres, a política de aprendizagem profissional²⁰ ganha destaque diante do seu objetivo de permitir, na maior parte das vezes, o primeiro emprego. Dos/as jovens que participaram da pesquisa, três jovens e duas jovens participaram de processos seletivos, cursos e integraram programas de aprendizagem profissional, exercendo suas atividades em diferentes tipos de empresa, mas que tinham em comum o fato de serem atividades desprivilegiadas no contexto social e que permitiram pouco, ou nenhum, aprendizado, como nos mostra um dos relatos. Esses/as jovens frustram-se com formações que não os preparam para exercer uma atividade específica e nem despertam o interesse de construir uma carreira profissional na área trabalhada, uma vez que as ocupações exigem baixa qualificação profissional e têm baixo retorno financeiro, além de contar com pouco prestígio social na nossa sociedade (Silva Junior & Mayorga, 2016). A principal contribuição desses programas parece se restringir, nesse sentido, ao acesso à remuneração e ao fato de não estarem desempregados, uma vez que experiências de até dois anos em determinadas empresas como office boy, ascensorista, recepcionista ou auxiliar administrativo não cumpriram o objetivo de garantir ou impulsionar outras experiências de trabalho, dado que três desses/as cinco jovens encontravam-se desempregados/as à época da pesquisa.

Quando saímos da lógica formal do trabalho/renda e focalizamos os trabalhos informais que os/as jovens realizam, vemos incidir sobre eles/as a reprodução da tradicional divisão sexual do trabalho, cabendo às mulheres a responsabilidade pela casa e pelo cuidado dos filhos/familiares e aos homens o lugar de provedor do lar (Hirata & Kergoat, 2007). Nessa perspectiva, temos as jovens interlocutoras exercendo atividades remuneradas ligadas ao cuidado da casa, de crianças/adultos ou envolvidas com atividades relacionadas à beleza/estética de outras mulheres, enquanto os jovens encontram-se na realização de atividades braçais, que demandam, quase que exclusivamente, o uso da força física. Baseado numa

²⁰ A aprendizagem profissional atualmente é regulada pela Lei nº 10.097/2000, regulamentada pelo Decreto nº 5.598/2005, e estabelece contratação de jovens entre 14 e 24 anos para um contrato especial de trabalho como aprendizes de ofícios previstos na Classificação Brasileira de Ocupações/CBO do Ministério do Trabalho e Emprego, ao mesmo tempo em que são matriculados em cursos de aprendizagem de instituições qualificadoras reconhecidas e responsáveis pela certificação de qualificação profissional.

suposta natureza feminina, o trabalho doméstico e de cuidado foi destinado às mulheres, primeiramente, como uma forma de regulação e mantê-las em casa protegidas dos perigos do mundo público. A partir desse aprisionamento no mundo privado, o trabalho doméstico nunca gozou do reconhecimento como atividade laboral, por isso tornou-se não remunerado e pouco valorizado. Assim, o trabalho doméstico exercido profissionalmente representa uma repercussão do trabalho feminino realizado na esfera doméstica (Porto, 2008), próximo às condições análogas à escravidão. A exploração, desse modo, tanto dos jovens e das jovens parece se justificar pelo lugar de favelados/as que ocupam, no qual se articulam as desigualdades e constroem lugares de subordinação baseados na oposição mente e corpo como fundamento para as classificações no mercado de trabalho capitalista moderno.

O sofrimento no trabalho apareceu de forma mais explícita em alguns diálogos, seja pelo excesso de cobrança de colegas de serviço ou pela discriminação racial:

Bruna: É um contrato de 2 anos, aí eu não fiquei os 2 anos.

Paulo: Você não ficou os 2 anos não?

Bruna: Não, porque eu quis sair, porque eu tava brigando com o meu chefe.

Paulo: Porque que vocês brigaram?

Bruna: Porque ele tinha um pouco de preconceito com a minha cor, ele não falava, mas ele tinha sabe, tudo que acontecia era eu, sabe, ele tinha, ele não gostava da nora dele, porque a nora dele era negra, aí eu pegava assim implicância, porque ele falava mal dela, ele xingava, ele não falava pra mim sabe, mas ele falava pras outras pessoas.

Paulo: E como é que você percebia assim Bruna?

Bruna: Ah, a diferença que ele tratava eu e as outras da Asprom, sabe, era muito diferente, sendo que a gente fazia a mesma função, eu não poderia chegar atrasada mas as outras podia sabe.

Paulo: E nessas situações o que ele fazia?

Bruna: Ele me dava advertência, eu falava que não ia assinar, era uma confusão.

Paulo: Como é que você ficava com isso Bruna?

Bruna: Olha, no começo eu não ficava, porque eu sou muito estourada, eu xingo na hora, mas eu ficava triste sabe, eu não mostrava que eu ficava triste, não mostrava em nenhum momento, mas eu ficava.

Paulo: E você acha que isso que foi o determinante pra você pode sair de lá?

Bruna: Foi, porque eu não quis ficar mais, eu até tentei já mudar a empresa, mas ele não queria me mudar de empresa, ele parece que gostava sabe, ele falou “não, você vai ficar aqui os 2 anos”, eu falei “não, eu não vou ficar aqui”.

Podemos compreender a situação vivenciada pela jovem como assédio moral, entendendo esse como o resultado da atividade dos indivíduos no interior de uma sociabilidade degradada e moralmente degradante fundada pelo capital e pela lógica do valor (Vieira, Lima & Lima, 2012). Recusamos, dessa forma, a interpretação de que o assédio moral é fruto de um perfil patológico do/a

assediador/a ou da vítima, pois isso tende a produzir respostas que resvalam para a criminalização do indivíduo, ao apelo da ética nas relações de trabalho e pelo fortalecimento psicológico das vítimas, entendendo a dimensão individual/psicológica como a origem e a solução do problema. Ao contrário disso, o assédio moral deve ser compreendido como uma manifestação das relações de poder e da violência que atravessa as lógicas sociais, seja da produção capitalista ou da convivência com o diferente. Nesse caso em específico da jovem, o assédio moral representa a manifestação do racismo brasileiro, que reifica, animaliza e torna sem valor a experiência das pessoas negras. Contra o ilusionismo de identificar todas as relações conflituosas no mundo do trabalho como assédio moral, mas sem ignorar as diversas contribuições desse campo de estudos, tomamos como racismo e discriminação racial a violência sofrida pela jovem, que ao fim de todo sofrimento optou por sair do trabalho, sem que a instituição ao menos imaginasse o motivo.

O relato de um jovem que trabalhou como auxiliar de limpeza em uma padaria destaca o desgaste físico e mental enfrentado, optando, diante da situação, abandonar o trabalho de carteira assinada e fazer bicos. A jovem que ganhava R\$ 250,00 por mês para cuidar das duas crianças, também, abandonou o trabalho e preferiu ficar sem trabalhar. Esses dois casos, e outros que apareceram nas conversas, mostram as nuances que estão por detrás do abandono do trabalho, que muitas vezes não vai ser compreendido em sua complexidade, nas tramas entre as macropolíticas e as microrelações. Mesmo que inseridos em um *habitus* de classe que configura certas formas de pensar e agir, torna-se importante fugir da generalização das formas de ação dos/as jovens e compreender que a socialização é plural, a partir da refração do social no corpo individual (Larihe, 2002), e que cada um/a vai construir um repertório de ação diferente diante dos empecilhos apresentados.

Constituir-se como sujeito, sofrimento e resistência são paradoxos do trabalho no mundo contemporâneo (Sato, 2009), os quais podem ser, também, pensados no âmbito da educação, uma vez que nosso foco aqui é compreender as trajetórias de trabalho e escolarização de jovens favelados/as e os fios que constroem situações como a de não estudar e trabalhar, e os efeitos disso no campo social. A escolha por uma abordagem psicossocial dessas experiências, que leva em consideração a dialética sujeito-sociedade, nos convida a refletir sobre as resistências produzidas

por esses jovens, pois onde há poder há resistência (Foucault, 1998), como discutiremos adiante.

Fronteiras da resistência

Nosso exercício até aqui foi o de analisar como se constroem as experiências e trajetórias de jovens pobres em seus contextos sociais, recusando, para isso, tanto perspectivas subjetivistas, que compreendem o sujeito como capaz de tomar decisões de modo reflexivo, racional ou livre, quanto perspectivas objetivistas, que reduzem a ação às imposições estruturais, sem a participação da subjetividade dos sujeitos. Apostamos, assim, em uma perspectiva psicossocial, na qual a socialização se dá a partir da incorporação de disposições sociais no nível do indivíduo, que faz uso das mesmas em situações práticas de ação, tornando-se um sujeito plural. Compreendemos, portanto, os/as jovens como sujeitos essencialmente sociais, que atuam de modo diverso no cotidiano.

Os/as jovens produzem enfrentamentos às relações de subordinação que atravessam suas experiências, buscando não assimilar as características de inferioridade impostas ou rompendo com o *script* determinado para suas vidas. Como veremos abaixo, estudar em contextos tão adversos torna-se uma recusa ao esperado socialmente:

João: É, eu não sei o que eu tava fazendo da vida, aí eu tomei a bomba aí eu resolvi mudar.

Paulo: A bomba te ensinou.

João: É, aí eu virei, surpreendeu muita gente, mas eu virei um nerd, aí eu comecei a estudar muito, o ano inteiro ralando, aí chegou no final do ano eu sou o único que passou de boa, aí os outros vão lá e faz um trabalho e conseguiu passar também, isso eu acho meio injusto, você ralar o ano inteiro pra conseguir alguma coisa e a pessoa que não fez nada conseguir passar do mesmo jeito que você, isso eu não gosto muito, esse negócio deles empurrarem aluno.

Recusar certas condições de trabalho que causam cansaço mental, mesmo que a saída seja enfrentar circunstâncias semelhantes ou piores no mercado informal de trabalho, também pode ser vista como uma forma de enfrentamento:

Paulo: E para os homens Tiago, o que que aparece de oportunidade quando não é carteira assinada?

Tiago: Um bico pra descarregar materiais, que nem eu mesmo faço, parece, serviço de carteira assinada rapaz, sempre aparece, só que nem eu tinha entrado na padaria, igual ela falou aí, o negócio não dá o desgaste físico, pra nós homens, mas mental.

Paulo: Muita cobrança?

Tiago: É to vendo que aquilo ali tá sujo, vou limpar, não, fica lá e você vai atender, você tá ali, aí você vai ficando muito desgastado, na época eu tava estudando e trabalhando, assim, eu peguei e falei assim “não vou continuar não, sou mais continuar pegando meus bicos assim mesmo”, mas é difícil ficar sem trabalhar, é difícil, se ficar sem trabalhar...

Compreendemos a noção de resistência, em sua polissemia ambígua, como um movimento a favor da mudança quanto da preservação do status quo (Mayorga, Castro & Prado, 2012), contudo destacaremos aqui os movimentos subjetivos de negação, às vezes frágeis, mas sem que se constitua na resignação dos/as jovens à situação de opressão enfrentadas. A resistência exige uma reflexividade do sujeito, sendo essa definida como a capacidade do mesmo de distanciar-se de sua própria realidade vivida cotidianamente para poder perceber, avaliar e decidir o que está em jogo e o que ele não pretende manter, vislumbrando, assim, a criação de repertórios de enfrentamento. A partir da resistência, o sofrimento e a inquietação do sujeito são percebidos, portanto, como fruto de injustiças sociais e orientam a ação do sujeito (Caniato & Cesnik, 2012). Nesse sentido, compreendemos que concluir os estudos e tornar-se um “nerd” dentro de um sistema de ensino que convida o/a aluno/a assumir o lugar de inferior e ver a profecia do abandono escolar cumprir-se na sua trajetória, pode ser entendida como uma negação à subordinação. Da mesma forma, abandonar um trabalho que produz desgaste mental ou violação de direitos, com base na discriminação racial, pode ser analisado como uma recusa a um modelo social que explora certos/as trabalhadores/as.

Diante da precariedade econômica e existencial que marca a experiência da ralé, enquanto classe, os seus sujeitos são vistos como aqueles sem futuro, que não planejam o futuro dada a urgência da sobrevivência no presente (Souza, 2009). Contrariando essas expectativas, os/as jovens interlocutores/as desafiam essa imposição e sonham com um futuro diferente para si:

Paulo: O que que você tem pensado pro futuro?

Joana: Olha, eu quero fazer minha faculdade e quero fazer ou psicologia ou direito, porque eu quero tentar concurso pra polícia civil.

Paulo: Nossa, mas não é muito diferente?

Joana: Não, direito ou psicologia porque eu quero atuar na área de perita criminal, como eu andei pesquisando assim, pra pode tentar o concurso precisa ter uma graduação, e a graduação mais próxima que eu acho que minha mente vai suportar é o direito, não tão psicologia.

Paulo: Entendi.

Joana: Só que o direito assim, pra pode tentar alguma coisa, tipo pra delegado, é uma coisa muito acima, mas eu queria de fato com a perícia mesmo.

Paulo: O que você pensa pro futuro Marcos?

Marcos: Eu tava refletindo isso esses dias, nem sei o que que eu vou fazer mais ou menos, eu sempre, eu queria, quando eu era menos eu queria ser médico e tal, aí depois eu queria ser, foi por agora mais ou menos, ano retrasado pra agora, tava pensando fazer meio que direito pra tentar alguma coisa na política, porque já vou ter conhecimento das leis, essas coisas, tava pensando bem sério nisso.

Paulo: E porque que você tem esse interesse de entrar pra política?

Marcos: Pra melhorar né esse país, meu Deus, tentar fazer alguma coisa, diretamente ou indiretamente.

Paulo: O que você acha que está ruim?

Marcos: País todo, parece que não, que o pessoal não tá passando fome, mas você olha a situação do pessoal do nordeste, nossa, é péssima, eu fico até com dó, é péssima, a pessoa não tem nem o que beber gente.

Paulo: Pra gente encerrar, o que vocês imaginam para o futuro de vocês?

Carla: Como todos falou, ter um emprego, terminar meus estudos, depois que eu ter um emprego bacana, fazer Faculdade, e querer realizar meus sonhos, pelo motivo de eu morar aqui às vezes eu sou muito julgada pelo o que que eu quero ser, mas eu vou correr atrás do que eu quero.

Paulo: O que que você imagina?

Carla: Polícia Federal, aí pelo fato de eu morar aqui eu sou muito julgada.

O que esses/as jovens estão fazendo é não se enquadrar ou se adaptarem aos formatos já estabelecidos, gerando outras realidades a partir da criação e da experimentação, como um movimento de resistência. Esse desvio produzido em relação à norma possibilita a criação de versões próprias de subjetividades contra o processo de assujeitamento e a favor da elaboração de si mesmo e de formas outras de vida. Sonhar em ser uma perita criminal, um político ou uma policial federal pode ser visto como ato de desobediência que esses/as jovens cometem, ousando romper com os limites do sistema e com o que hoje se oferece para eles/as, como os empregos e ocupações que contam com pouco retorno financeiro e prestígio social. Do mesmo modo, os/as jovens, quase todos/as cristãos/ãs evangélicos/as, se permitem vivenciarem novas experiências antes reguladas pela religião:

Paulo: E como é a sua participação na igreja?

Bruna: Era, até hoje eles fazem, às vezes eu vou, a última vez que teve, eles foram lá no papa, aí eles pegaram um grupo e foram pra lá, aí eu fui também.

Paulo: Entendi. E aí você acabou saindo?

Bruna: Eu sei porque eu acho que eu queria sair né, ver como que era as coisas, porque quando a gente tá na igreja a gente não sai, tipo assim, sair pra show, esses trem, a gente não sai né, aí como eu tinha muita curiosidade, antigamente eu namorava, aí eu fiquei solteira né, aí eu queria sair pra esquecer.

Grande parte dos/as jovens já frequentou atividades oferecidas por serviços públicos, ONGs e instituições privadas, cujo foco era a articulação entre a realização de práticas educativas, esportivas, de arte e cultura, de empreendedorismo e profissionalização juvenil, com uma reflexão acerca da construção de novas

trajetórias de vida, fazendo desses jovens um campo de intervenção social (Tommasi, 2010). A noção de jovem protagonista que orienta essas ações visa engajar os jovens em ações para a resolução de problemas emergentes que afetam sua realidade, cujo resultado, real, é a gestão dos seus comportamentos, por meio de uma pedagogia da pobreza articulada com uma pobreza da pedagogia que anula o potencial político das ações realizadas. De sujeitos de políticas de juventude, eles/as se tornam objetos, jovens de projetos (Silva Sobrinho, 2012) cujos projetos de vida não se expandem para a produção de ideias que podem revolucionar o mundo, como almeja um dos jovens interlocutores:

Francisco: Eu acho que a gente tem que ter uma ideia na cabeça, eu quero fazer Faculdade, mas eu quero ter um uma ideia na cabeça, eu quero ter um plano na cabeça de ser bem sucedido na vida, entendeu, eu quero saber como é que o Bill Gates ficou rico do dia pra noite por causa da Microsoft, eu quero saber como é que o Mark Zuckerberg tá sendo caçado pelo Senado Federal por causa do Facebook, eu quero ter uma ideia na cabeça.

CONCLUSÕES

Discutimos nesse texto os resultados de uma pesquisa que, a partir de uma abordagem psicossocial, buscou compreender as experiências de vida de jovens de origem popular, moradores/as de duas favelas de Belo Horizonte, com foco na articulação entre as questões relacionadas à classe social, raça, gênero, sexualidade, geração e território, na construção de suas trajetórias, especialmente, aquelas relacionadas à escola e ao trabalho e no que elas referenciam ao que vem sendo chamado como condição *nem nem*. Não nos propusemos a dialogar com jovens *nem nem*, pois recusamos a perspectiva representacionista que apresenta essa definição como um espelhamento da experiência de ociosidade vivenciada por um número vasto de jovens no contexto brasileiro.

Os/as jovens nomeados *nem nem* são aqueles que não trabalham e nem estudam e em 2013 representavam o contingente de 3,2 milhões de jovens, ou seja, 17% dos/as jovens brasileiros/as. Destes jovens ditos/as inativos/as, contavam-se 830 mil homens (25% do grupo) e 2,4 milhões mulheres (75% do grupo). Analisamos como a construção do/a jovem chamado/a *nem nem* como um problema social ocorre dentro de um contexto de preocupações a acerca dos desvios produzidos por um grupo específico de jovens no que se refere à transição para a vida adulta.

A partir disso, consideramos necessário empreender um esforço para conhecer as trajetórias de vida de jovens pobres e como eles/as falam sobre suas experiências, a de outros/as, no que se refere a trabalhar e estudar, por apostar que elas podem oxigenar e trazer novos contornos para as discussões que tem sido empreendidas no que tange às trajetórias de vida de jovens pobres e à nomeada geração *nem nem*.

Realizamos, para isso, uma pesquisa-intervenção-pesquisa, a partir da articulação entre as dimensões individual/subjetiva, social/coletiva, e orientada pelas contribuições da psicologia social, e de seus diálogos com o feminismo e a etnografia, na produção de conhecimentos, desde uma perspectiva qualitativa, pautada na reflexividade, no olhar interseccional e interação ética entre pesquisador/a-sujeito de pesquisa. Por meio de entrevistas e uma roda de conversa, travamos conversações com quatorze jovens, sendo seis mulheres e oito homens, com idade entre 13 e 21 anos, moradores/as de duas favelas de Belo Horizonte.

Analizamos a importância da produção de suportes nas trajetórias escolares juvenis, tais como o respeito à diferença, a melhoria das condições físicas, organizacionais e pedagógicas da escola pública, e a oferta de atividades plurais na escola. Destacamos a articulação entre gênero, raça, classe e geração na produção do lugar de subordinação ocupado por algumas jovens e suas consequências em seus itinerários escolares.

Os paradoxos do mundo do trabalho mostram como a produção do estigma preto/a, pobre e periférico/a se constitui como um empecilho para os/as jovens no mercado de trabalho, bem como a associação entre juventude, pobreza, masculinidade e violência que vislumbra esse/a jovem como potencialmente perigoso/a. A divisão sexual do trabalho e a hierarquização moral do trabalho são dinâmicas que atravessam as experiências de trabalho desses/as jovens, produzindo frustração, sofrimento e violação de direitos, como no caso da discriminação racial.

O enfrentamento às relações de subordinação que atravessam suas experiências vai dar-se nas posturas de tornar-se um/a estudioso/a, em um contexto adverso de escolarização, de abandonar um trabalho que causa desgaste e sofrimento, de experimentar situações antes proibidas pela religião, e de sonhar com o futuro, mesmo diante das limitações impostas pelo presente.

Realizamos a análise das experiências dos/as jovens a partir de uma perspectiva psicossocial, tomando a socialização como plural, a partir da refração do social no corpo individual e que cada um/a vai construir um repertório de ação diferente diante dos entraves apresentados. Nesse sentido, buscamos contribuir para a reflexão acerca do que vem sendo nomeado como juventude *nem nem*, problematizando seu aspecto, fortemente, individualizado da experiência, que se não for lida em uma perspectiva interseccional, de interação entre macropolíticas e microrelações, as alternativas e propostas de intervenção produzidas terão como *locus* a subjetividade dos/as jovens, negligenciando-se as questões macroestruturais, institucionais e culturais que contribuem para a ausência desses/as da escola e do trabalho.

Antes de serem vistos/as como jovens que não estudam e nem trabalham, os/as jovens pobres, pretos/as, periféricos/as precisam ser compreendidos/as como distantes do acesso a outros direitos sociais, como saúde, habitação, transporte e mobilidade, cultura e arte, lazer e esporte, diversidade e igualdade, comunicação e liberdade de expressão, participação social e representação política. O/a jovem nomeado/a *nem nem* é, portanto, um simulacro (Baudrillard, 1992) dos/as jovens que tem seus direitos negados cotidianamente, mas cuja imagem como ociosos/a pode servir para perpetuar práticas de controle e extermínio, como no caso do genocídio da juventude negra, contra uma juventude reatualizada como classe perigosa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adrião, K. G. (2014). Perspectivas feministas na interface com o processo de pesquisa-intervenção - pesquisa com grupos no campo psi. *Labrys* (Online), 26, 70-85.
- Afonso, M. L. M. (2006). Oficinas em dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial. In *Oficinas em dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial* (pp. 09-61). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Bardin, L. (1979). *Análise de conteúdo* (L. A. Reto & A. Pinheiro, Trans.). Lisboa: Edições 70.
- Baudrillard, J. (1992). *Simulacros e Simulações*. Lisboa: Relógio D'Água.

- Caniato, A. M. P., & Cesnik, C. C. (2012). Resistência: uma utopia possível?. In *Pesquisa Participante: um diálogo com adolescentes de periferia* (133-186). Maringá-PR: EDUEM.
- Castro, L.R. et al. (2010). *Falatório – Participação e democracia na escola*. Rio de Janeiro: Nau/ Faperj.
- Cedro, M. (2011). Pesquisa social e fontes orais: particularidades da entrevista como procedimento metodológico qualitativo. *Revista Perspectivas Sociais Pelotas*, 1, 1, 125-135.
- Chacham, A. S., Maia, M. B., Camargos, M. B. (2012). Autonomia, gênero e gravidez na adolescência: uma análise comparativa da experiência de adolescentes e mulheres jovens provenientes de camadas médias e populares em Belo Horizonte. *Revista Brasileira de Estudos de População* (Impresso), 29, 389-407.
- Conrado, M., & Ribeiro, A. A. M. (2017). Homem Negro, Negro Homem: masculinidades e feminismo negro em debate. *Revista Estudos Feministas*, 25(1), 73-97.
- Cordeiro, R. L. M. (2004). *Além das secas e das chuvas: os usos da nomeação mulher trabalhadora rural no Sertão Central de Pernambuco*. Tese (Doutorado), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Crenshaw, K. (2002). *A interseccionalidade da discriminação de raça e gênero*. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wpcontent/uploads/2012/09/KimberleCrenshaw.pdf> Acesso em: 04 de janeiro de 2018.
- Cruz, M. M. (2007). Vozes da favela: representação, identidade e disputas discursivas no ciberespaço. *Stockholm Review of Latin American Studies*, 2, 77-91.
- Fairclough, N. (2001). *Discurso e mudança social* (I. Magalhães, Trad.). Brasília: Editora UNB.
- Foucault, M. (1998). *Microfísica do poder*. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998
- Goffman, E. (1988). *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC.
- Heller, A. (2008). Sobre os preconceitos. In *O cotidiano e a história* (pp. 63-88). São Paulo: Paz e Terra.
- Hirata, H., & Kergoat, D. (2007). Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, 37(132), 595-609.

- Ibáñez, T., & Iñiguez, L. (1996). Aspectos metodológicos de la Psicología Aplicada. In J. L. A. Estramiana & A. Garrido (Orgs.), *Psicología Aplicada* (pp. 57-82). Madrid: McGraw-Hill.
- Ibáñez, T.G. (1993). *Aproximaciones a la psicología social*. Barcelona: Sendai Ediciones.
- Ilustre Colegio Nacional de Doctores y Licenciados en Ciencias Políticas y Sociología. (2011). *Desmontando a ni-ni: um estereotipo juvenil em tempos de crisis*. Madrid: Edición Injuve.
- International Labour Organization (2017). *Global Employment Trends for Youth 2017: Paths to a better working future International Labour Office*. Geneva: ILO.
- Lahire, B. (2002). *Homem plural: os determinantes da ação*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Lugones, M. (2008). Colonialidad y género: hacia un feminismo descolonial. In W. Mignolo (Org.), *Género y descolonialidad* (pp. 13-54). Buenos Aires: Ediciones del Signo.
- Malvasi, P. A. (2012). *Interfaces da vida loka: Um estudo sobre jovens, tráfico de drogas e violência em São Paulo*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Martuccelli, D. (2007). *Gramáticas del individuo*. Buenos Aires: Losada.
- Mayorga, C. (2013). Pesquisar a juventude e sua relação com a política: notas metodológicas. *Estudos de Psicologia (UFRN)*, 18, 343-350.
- Mayorga, C. (2014). Algumas contribuições do feminismo à psicologia social comunitária. *Athenea Digital*, 14(1), 221-236.
- Mayorga, C., Castro, L. R., & Prado, M. A. (2012). Apresentação. A participação social e política juvenil como questão. In *Juventude e a experiência da política no contemporâneo* (15-34). Rio de Janeiro: ContraCapa.
- Menezes, J. A., Colaço, V. F. R., & Adrião, K. G. (2018). Implicações políticas na pesquisa-intervenção com jovens. *Revista de Psicologia*, Fortaleza, 9(1), 8-17.
- Menezes Filho, N. A., Cabanas, P. H. F., & Komatsu, B. K. A condição “nem-nem” dos jovens é permanente? São Paulo, SP: Centro de Políticas Públicas/Insper, *Policy Paper*, 7.
- Monteiro, J. (2013, setembro). *Quem são os jovens Nem-Nem?: uma análise sobre os jovens que não estudam e não participam do mercado de trabalho*. Texto para Discussão n.34, FGV-IBRE: Rio de Janeiro.

- Moscheta, M., Souza, L. V., Casarini, K. A., & Scorsolini-Comin, F. (2016). Da (im)possibilidade do diálogo: conversações públicas e os direitos LGBTQTS. *Psicologia & Sociedade*, 28(3), 516-525.
- Nogueira, C., & Neves, S. (2005). Metodologias feministas: a reflexividade ao serviço da investigação nas ciências sociais. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18(3), 408-412.
- Paulino, D. S. (2016). *Os significados do trabalho para jovens nem-nem e suas estratégias de inserção no mercado de trabalho*. Dissertação (mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, Brasil.
- Piscitelli, A. (2008). Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e cultura*, 11(2), 263-274.
- Porto, D. (2008). Trabalho doméstico e emprego doméstico: atribuições de gênero marcadas pela desigualdade. *Rev Bioet*, 16(2), 287-303.
- Queiroz, D. T., Vall, J., Souza, Â. M. A., & Vieira, N. F. C. (2007). Observação participante na pesquisa qualitativa: conceitos e aplicações na área da saúde. *Revista Enfermagem (UERJ)*, 15, 276-283.
- Santos, L. C., Mayorga, C. (2017). Entre as fronteiras do morar e o Direito de Decidir: Uma Etnografia das famílias removidas da Vila da Paz na cidade de Belo Horizonte. *Revista de Direito da Cidade*, 9, 233-275.
- Sato, L. (2009). Trabalho: sofrer? Construir-se? Resistir? *Psicologia em Revista*, 15(3), 189-199.
- Sato, L., & Souza, M. P. R. (2001). Contribuindo para desvelar a complexidade do cotidiano através da pesquisa etnográfica em psicologia. *Psicologia USP*, 12(2), 29-47.
- Scott, J. W. (2005). O enigma da igualdade. *Revista Estudos Feministas*, 13(1), 11-30.
- Silva Junior, P., & Mayorga, C. (2016). Experiências de jovens pobres participantes de programas de aprendizagem profissional. *Psicologia & Sociedade*, 28(2), 298-308.
- Silva Sobrinho, A. L. (2012). *“Jovens de Projetos” nas ONGs: olhares e vivências entre o engajamento político e o trabalho no “social”*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil.
- Souza e Silva, J., & Barbosa, J. L. (2005). *Favela: alegria e dor na cidade*. Rio de Janeiro: Ed. SENAC Rio.

Souza, J. (2006). A gramática social da desigualdade brasileira. In *A invisibilidade da desigualdade brasileira* (pp. 23-53). Belo Horizonte: Editora UFMG.

Souza, J. (2009). A má-fé da sociedade e a naturalização da ralé. In *A ralé brasileira: quem é e como vive* (pp. 385-431). Belo Horizonte: Editora UFMG.

Tommasi, L. (2010). *“Juventude em pauta”*: a juventude como campo de intervenção social. Projeto de Pesquisa. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil.

Vieira, C. E. C., Lima, F. P. A., & Lima, M. E. A. (2012). E se o assédio não fosse moral?: perspectivas de análise de conflitos interpessoais em situações de trabalho. *Rev. bras. saúde ocup.*, 37(126), 256-268.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O interesse pelo tema dos/as chamados/as jovens *nem nem* se iniciou em 2013, diante de vários incômodos à forma espetacularizada, reducionista e preconceituosa que as experiências de jovens pobres longe da escola e do trabalho, enquanto campos paradoxais de garantia de direitos e normatização, eram retratadas na internet e em outros veículos de comunicação. A construção de um anteprojeto de pesquisa de doutorado sobre esse tema, a partir de um posicionamento crítico e desconfiado em relação a essas produções e seus impactos, envolveu ter que lidar com os efeitos de verdade que as reportagens produziam. Sustentar publicamente que parecia haver um exagero na definição e extensão do fenômeno, mas sem negar as experiências de vida de jovens pobres ausentes do trabalho e da escola, foi percebido, algumas vezes, como uma leitura ingênua e descomprometida, que se fazia na contramão da suposta realidade revelada pelos dados estatísticos.

Cinco anos se passaram até a finalização dessa tese e os/as chamados/as jovens *nem nem* não deixaram de ser notícia durante todo esse tempo. Ano a ano eles/as estamparam as páginas dos jornais, viraram personagem de uma novela da Rede Globo e permaneceram ocupando o lugar de problema social na nossa sociedade. Enquanto isso, no ano de 2012, os/as jovens corresponderam a 53,4% das vítimas de homicídios, ou seja, das 56 mil pessoas vítimas de homicídio naquele ano, 30 mil eram jovens. Desses, 23.160 foram jovens negros/as. Dessa forma, um/a jovem negro teve 175% mais chances de morrer do que um jovem branco em 2012 (Waiselfisz, 2014). São dados assustadores e que nos fazem perguntar em que medida eles se relacionam com a produção dos/as jovens chamados/as *nem nem* como um problema social e como uma reatualização da classe perigosa, composta por sujeitos fora da norma e, por isso, facilmente descartáveis. Se estão fora da escola, do trabalho, ociosos/as e propensos/as ao envolvimento com a criminalidade e o tráfico de drogas, o quanto valem suas vidas? São vidas passíveis de comoção (Butler, 2015)?

Buscamos no nosso primeiro manuscrito apresentar uma sustentação teórica e discursiva do problema do/a jovem *nem nem* no cenário mundial e brasileiro.

O interesse pelos/as jovens como atores estratégicos do desenvolvimento se faz a partir da definição desses sujeitos como responsáveis pela continuidade do

social e pela substituição dos adultos nesse processo. A despeito de serem vistos/as, em muitos momentos, como imaturos/as para essa função e desigualdades serem produzidas a partir desse entendimento, a sociedade contemporânea se empenha de tal modo na preparação para essa substituição, sendo a família, a escola e o trabalho instituições importantes nesse processo desenvolvimentista que foca no adulto como o fim de um processo de amadurecimento. Assim, as preocupações com a transição para a vida adulta se reforçam nesse cenário e aqueles/as que fogem ao que está estabelecido socialmente como padrão na transição tornam-se alvo de apreensão.

Os/as jovens pobres e, dentre eles, o grupo que não trabalha, não estuda e não procura emprego, ameaçam a continuidade do social, seja pela sua compreensão como sujeitos carentes tanto financeiramente quanto cognitiva e moralmente, quanto pela probabilidade de se envolverem com a violência e a criminalidade, uma vez que se encontram ociosos, mas inseridos em um sistema social que os impele a desejar e consumir bens. O medo da ruptura social, fortemente associada a esses/as jovens, tem encaminhado, sobretudo a partir da década de 1990, várias políticas públicas com foco na inclusão social, no protagonismo juvenil e no empreendedorismo, como forma de ativar a criatividade dos/as jovens, o engajamento com sua comunidade e a construção de saídas emancipatórias para si próprios/as, numa perspectiva quase mágica. Um campo de intervenção social pautado na lógica da garantia dos direitos se forma no entorno deles/as, mas o que vemos acontecer é esta perspectiva ser substituída por uma reprodução da pobreza desses/as jovens e por um esvaziamento da ação política. Os/as pobres tornam-se jovens de projetos, colecionadores de cursos preparatórios, experientes em reprovação nas entrevistas para emprego, cuja exclusão social garante a razão de existir e funcionar de muitas ONGs, as quais atuam como uma extensão do Estado na produção das intervenções.

Atentamos no manuscrito que o tripé espetacularização, intervenções sobre o problema e o desconhecimento das experiências sustenta jovens afastados/as da escola e do trabalho no lugar de *nem nem*. Problematizamos, assim, a aproximação dos/as jovens pobres, e daqueles nomeados/as *nem nem*, da noção de classe perigosa e seus efeitos possíveis a partir disso. Em que medida as várias práticas de extermínio da juventude negra, as propostas de redução da maioria penal, não se constituem como respostas, não anunciadas e planejadas pelas instituições,

construídas a partir de uma sociedade que classifica, hierarquiza, discrimina e extermina tanto simbolicamente quanto fisicamente determinados grupos da sociedade, como os/as jovens negros?.

No primeiro manuscrito não tínhamos ainda nos debruçado sobre a análise dos conteúdos lexicais sobre os chamados/as jovens *nem nem* compartilhados pelas pesquisas utilizadas nas matérias jornalísticas, que contribuíam para produzir uma espetacularização do fenômeno. Orientados pelas suspeitas, incômodos e questionamentos teóricos construídos a partir da revisão bibliográfica sobre o tema, procedemos à análise dos principais núcleos de sentido, das noções compartilhadas acerca dos nomeados/as jovens *nem nem* e seus possíveis efeitos sobre eles/as, em termos de propostas de enfrentamento ao problema anunciado.

Nas análises nos posicionamos desde um ponto de vista construcionista para compreender as noções compartilhadas, recusando-nos a compreendê-las como um espelhamento da realidade vivenciada por um número tão gigantesco de jovens. Essa recusa pautou-se na nossa concepção da realidade como construída socialmente e com participação ativa dos sujeitos nesse processo, bem como no paradoxo dos critérios de definição para essa experiência e na sua transitoriedade. Destacamos como os documentos se colocam nesse lugar de produtores de verdades, e as representações ao serem tomadas como verdades, constroem explicações para o problema e prescrevem soluções para ele.

As noções compartilhadas convidam-nos a compreender esse grupo de jovens como vulneráveis ou em risco, como sujeitos em desvantagem, mas cujas respostas devem ser dar muito mais numa dimensão individual do que a partir de um investimento nas macroestruturas e nos sistemas culturais. Elas apontam a condição desigual vivenciada, especialmente, pelas jovens e pelos/as jovens pobres e negro/as, contudo não problematizam o entrecruzamento entre as opressões que constroem lugares desiguais para esses/as jovens. Investir na subjetividade, modelar o próprio *self* para responder aos anseios apresentados pela sociedade, tornar-se criativo e protagonista são alternativas que se desenham em meio a propostas de criação de projetos sociais, políticas e outros tipos de intervenções que se esvaem por falta de interesse político, recursos, inadequação e não consecução dos objetivos pretendidos. O que essas noções mascaram é a reprodução da nossa desigualdade a partir da articulação entre as categorias classe, raça, gênero, território, deixando a dimensão individual em evidência, enquanto vários/as jovens

pobres vivenciam a exclusão do acesso aos direitos sociais, dentre eles a educação e o trabalho, por motivos construídos nas interações cotidianas desiguais e não como resultado de uma escolha individual.

Nesse sentido, tornou-se importante no desenho da pesquisa aproximar-nos dos/as jovens que vivenciam esse cotidiano de opressões, a fim de compreender suas experiências de vida e como se constroem nelas, e nas de seus pares, o acesso e a negação dos direitos sociais, especialmente, à educação e ao trabalho. Partimos do princípio que essas experiências poderiam nos aproximar e distanciar da realidade construída e compartilhada socialmente sobre os/as jovens apontados/as como *nem nem*, trazendo as tramas e os fios dessas experiências de estar ausente desses espaços.

A aposta na pesquisa-intervenção como estratégia de interação com os/as jovens possibilitou conhecer experiências que nos convidou a pensarmos a importância dos diferentes suportes na construção das trajetórias dos/as jovens pobres. A vivência do preconceito contra origem, o racismo, a divisão sexual desigual do trabalho e a reprodução da violência de gênero aparecem como marcadores importantes que impedem a presença desses/as jovens, por vezes, na escola e no mundo do trabalho, problematizando, portanto, as noções que convidam a pensar a condição chamada *nem nem* como uma escolha do/a jovem. A abordagem psicossocial das experiências dos/as interlocutores nos possibilitou afirmar, nesse sentido, que estar fora desses espaços não é uma escolha para eles/as, como é possível pensar para os/as jovens das classes abastadas, pois se configura como uma possibilidade construída a partir da individualização do social em suas vidas. O contexto atual convida esses/as jovens para suportarem tudo sozinhos, tornando a vida pesada, dentro de um modelo que propala a meritocracia, o faça você mesmo, como condição emancipatória.

A socialização plural desses/as jovens dentro de um *habitus* de classe que convida a pensar os sujeitos como desprovidos de reconhecimento social, conduz a empecilhos em suas trajetórias, mas não os impede de construir projetos de futuro e enfrentamentos contra a falta de suportes em seu cotidiano. Os/as jovens nos mostraram estratégias de resistência contra as violências e preconceitos na escola e no trabalho, fazendo a escolha, em algumas situações, de não permanecer nesses espaços para não sofrer, não adoecer ou para dar continuidade a seus planos e projetos futuros. O peso da injustiça, de uma relação desigual, os coloca fora da

escola ou do trabalho, mas as tramas dessa ausência não são capturadas pela visão reducionista presente nos estudos estatísticos que falam sobre os/as jovens *nem nem*.

A análise articulada dos dados produzidos pela tese nos mostra um cotidiano vivenciado por esses/as jovens atravessado, em alguns casos e momentos, pela ausência no trabalho e na escola, sem que estes/as tenham recorrido às alternativas que espantam toda a sociedade: a gravidez na adolescência, o tráfico de drogas e a criminalidade. Essas três realidades circundam suas vidas, pois as quebradas onde moram oferecem convites e nelas circulam sociabilidades de gênero que dificultam a autonomia das jovens em relação a seu corpo e sua sexualidade. No entanto, esses/as jovens tem construído formas de se socializar que rompem com a noção de vulneráveis e propensos a determinados comportamentos considerados de risco.

A participação em projetos sociais, programas e políticas públicas que visam garantir direitos para esse/as nos foi apresentada de forma ambígua. Como campo de intervenção social, os/as jovens pobres participaram de ações voltadas para a profissionalização e a aquisição de conhecimentos, reconhecem a importância delas em suas vidas, mas frustram-se por elas não cumprirem o objetivo, seja pela precariedade da formação, pela reprodução de trajetórias profissionais desvalorizadas socialmente ou pelos impasses colocados pelo mundo do trabalho, que repele os/as jovens a partir dos preconceitos contra o/a jovem preto/a, pobre, periférico/a. Assim, as noções compartilhadas sobre os/as jovens chamados/as *nem nem* parecem produzir estratégias que reforçam a identidade que querem, pelo menos na letra do papel, desconstruir.

Em relação aos direitos educação e trabalho, destacamos a importância de ambos na construção da mudança social a partir do aprendizado e da transmissão de conhecimentos, valores, ideologias e atitudes capazes de produzir a autonomia e emancipação dos sujeitos, e estes provocarem mudanças na sociedade.

As instituições educacionais permitem, assim, construção do conhecimento, espaços de diálogo, troca de experiências, convivência com a diversidade e produção de estratégias políticas para garantir o acesso aos direitos sociais. Assim, o direito à escola não pode se resumir ao debate do ensino propedêutico ou técnico, pois é um espaço coletivo, de relação entre os sujeitos diversos, um lócus social onde se concretiza a reprodução do velho e a construção no novo.

Em relação ao trabalho, temos vivenciado um contexto marcado pela insegurança ocupacional dos indivíduos, reforçada pelo fim da equiparação entre trabalho e emprego, por uma flexibilização das leis trabalhistas que garante o lucro dos empresários através da expansão da mais-valia e retira direitos dos/as trabalhadores/as. A impossibilidade cada vez mais presente de construir biografias e identidades centradas no trabalho protegido pelas leis trabalhistas pode ser vista, nesse sentido, como um elemento que tem sustentado o trabalho como um tema de debate, objeto de interesse e questão de preocupação no nosso contexto social. Não seria diferente essa preocupação por parte e para os/as jovens, especialmente os mais pobres. O tema do trabalho encontra-se, assim, na pauta de interesses dos/as jovens, de suas famílias e dos atores sociais públicos e privados que desenvolvem programas voltados para esse público.

Em termos de sentidos e significados, levamos em consideração que o trabalho, remunerado, é revestido de valores pessoais e coletivos de obrigação social (contribuir para o desenvolvimento da sociedade), dever moral (sentir-se moralmente valorizado), satisfação pessoal (sustentar-se tanto financeira quanto existencialmente) e integração social (aprendizado de conhecimentos e valores sociais). Dessa forma, ele não cumpre a função única e exclusiva de garantir o sustento financeiro do indivíduo, mas de integrar e satisfazer o sujeito psicossocialmente.

Nesse sentido, defendemos a presença dos/as jovens pobres na educação e no trabalho, pois as experiências aprendidas e compartilhadas coletivamente nesses espaços podem contribuir para trilhar outras trajetórias que venham romper com as profecias estabelecidas socialmente para eles/as. Nossos questionamentos, portanto, são à recorrente transposição do trabalho e da educação como campos garantidores de direitos sociais para a função de controle e normatização das experiências dos/as jovens para atender os interesses das elites. Criticamos, assim, a utilização da educação e do trabalho como antídotos contra uma virtual periculosidade dos/as jovens pobres e a manutenção dos privilégios sociais.

É contra o trabalho da carência, da moral, do/a jovem pobre que nos posicionamos ao levantarmos nossas críticas e desconfianças acerca da construção de algumas noções sobre os/as chamados/as jovens *nem nem*. O trabalho da carência aparece, assim, em alguns projetos e programas de educação profissional a partir do privilégio do que eles chamam de formação humana, a despeito de uma

formação técnica-profissional dos/as jovens, focando-se em ensinar a estes/as formas de se comportar, agir, refletir e se relacionar de certos modos.

Ainda no exercício de articulação entre os universos semânticos/noções sobre os/as chamados/as jovens *nem nem* e as experiências compartilhadas pelos/as jovens na pesquisa-intervenção, queremos destacar que os documentos apresentam situações que, em alguma medida, são vivenciadas pelos/as jovens em suas vidas. Contudo, as noções compartilhadas dissimulam as tramas cotidianas que constroem os lugares de subordinação para os/as jovens, contribuindo para que eles/as estejam ausentes da escola e do trabalho. Os documentos destacam a presença marcante das jovens no contingente chamado *nem nem*, estando ausente neles uma leitura que articule diferentes dimensões para a compreensão da situação. Os constrangimentos psicossociais, as opressões, que se tornam empecilhos para estudar e trabalhar aparecem, portanto, no relato das jovens, como no caso de uma das jovens que trabalhou cuidando de duas crianças pelo valor mensal de R\$ 250,00. Nesse sentido, as experiências dos/as jovens contribuem para corporificar, a partir da articulação entre as desigualdades de classe, raça, gênero e território, as noções simplificadoras de algumas experiências, que conduzem a respostas fáceis.

Também no campo das propostas apresentadas para resolução do problema definido como *nem nem*, as experiências vivenciadas pelos/as jovens interrogam as noções construídas. Diante das intervenções apresentadas, como o fomento ao trabalho decente, maior formação e qualificação; melhor inserção laboral e incentivo ao empreendedorismo; orientação e indução ao trabalho, projeto formativo e laboral; políticas, programas e projetos promovidos pelo Estado, as experiências vivenciadas pelos/as jovens mostram que para enfrentar o desemprego é necessário intervir nas instituições empregadoras, em seus critérios seletivos e suas práticas de afirmação da diversidade, pois, eles/as tem se tornado colecionadores de diplomas de cursos de formação e educação profissional. Ao relatarem o preconceito, a discriminação e as violências sofridas nos processos seletivos e no cotidiano do trabalho, e no ambiente escolar, eles problematizam as noções compartilhadas de que o investimento para a resolução do problema deve centrar-se na dimensão individual.

O debate enfraquecido nos documentos sobre as desigualdades de gênero e raça na construção das experiências dos/as jovens contribuem, portanto, para o compartilhamento de noções que apontam causas e soluções distorcidas da

realidade de vida apresentada pelos/as jovens com quem dialogamos sobre os diferentes temas, dentre eles a relação com o trabalho e a educação.

Nesse cotidiano de opressões articuladas, a ausência na escola e no mundo do trabalho, e suas consequências negativas para o futuro desses/as jovens, não são os únicos direitos negados (Silva & Silva, 2011). O foco na regulação e moralização das experiências via trabalho e educação, impede ver que esses/as jovens não tem direito à educação, nem ao trabalho, nem à saúde, nem ao esporte, nem ao lazer, nem à cultura, nem à mobilidade urbana, nem à habitação etc.

A condição chamada *nem nem* pode ser compreendida, portanto, como um simulacro, uma cópia infiel da realidade e que distorce o real (Baudrillard, 1992). As noções compartilhadas pelos documentos acerca da condição *nem nem* focam na ausência dos/as jovens no trabalho e na educação, e os riscos apontados para a sociedade e o desenvolvimento econômico do país, apostando na construção de enfrentamentos a essa situação a partir da dimensão individual, subjetiva e meritocrática. Elas invisibilizam e distorcem, portanto, a articulação das opressões e a reprodução da desigualdade social, que impedem os/as jovens pobres o acesso a vários direitos sociais, dentre eles ao trabalho e à educação. Como simulação, essas noções constroem um mundo de aparências, buscam confundir-se com a realidade construída, a serviços da manutenção do sistema econômico vigente.

A identidade *nem nem* pode ser entendida como uma estratégia que convida a sociedade a pensar que a experiências desses/as jovens se reduzem à ausência no trabalho e na escola, que estes são as únicas respostas para a inclusão social, que basta investir na capacidade de reinvenção e na aquisição de competências por parte desses/as jovens para resolver o problema, encobrendo-se, nesse interim, os mecanismos de reprodução da desigualdade e da exclusão desses/as jovens do campo dos direitos sociais. Problematizamos, portanto, a construção social do/a jovem nomeado/a *nem nem* como um simulacro, uma distorção que invisibiliza os/as jovens pobres que tem seus direitos negados cotidianamente, mas cuja imagem como ociosos/as pode servir para perpetuar práticas de controle e extermínio, como no caso do genocídio da juventude negra.

A partir do interesse e da expectativa de que esta tese possa contribuir para transformar a vida dos/as jovens pobres marcados/as pelas experiências de opressão, arriscamos pensar propostas de intervenção que contribuam para que as vidas precárias (Butler, 2015), como fruto da desigualdade social, não se precarizem

ainda mais diante da sua captura e manipulação por identidades forjadas, como a *nem nem*.

Refletimos sobre a importância do fortalecimento da formação continuada de professores/as e formadores/as, e outros atores da comunidade escolar, para a diversidade, mas que essa diversidade não seja discutida em sua perspectiva romântica, que não explicita as relações de poder e as hierarquias entre os sujeitos. A diversidade deve ser debatida, portanto, como a construção histórica, cultural e social das diferenças (Gomes, 2007), as quais são forjadas para se afirmar determinados lugares de poder para alguns e de subalternidade para outros, ao realizar a transposição do diferente em desigual. O que buscamos como horizonte político é a igualdade de direitos, a partir do respeito e valorização da heterogeneidade das experiências sociais de classe, raça, gênero e lugar de origem. Que os/as jovens possam ter suas experiências respeitadas e valorizadas, e que isso contribua para o seu aprendizado e socialização na escola. Que o enfrentamento ao preconceito e à discriminação de classe, raça, gênero e território contribua para a sua permanência nos espaços educacionais.

Ainda no âmbito educacional, que se produza o fortalecimento do debate da igualdade de gênero. Consideramos importante a realização e o fortalecimento de discussões sobre a construção cultural do gênero, as desigualdades de gênero, a violência de gênero, sexualidade e autonomia, junto aos atores que fazem parte do cotidiano dos espaços educativos. Que o debate acerca da autonomia das jovens sobre o próprio corpo e sexualidade, e uma divisão sexual do trabalho igualitária, amplie o horizonte de possibilidades das jovens em suas formas de ser e estar no mundo. Que os jovens sejam inseridos nesses debates, como atores estratégicos na reconfiguração das relações de gênero, e que esses debates interseccionem outras desigualdades para a compreensão das experiências e trajetórias de vida dos sujeitos.

No campo da formação profissional, destacamos a construção de percursos formativos que permitam aos/às jovens experimentarem experiências profissionais diversas, e não circunscritas àquelas socialmente desprivilegiadas na sociedade, para que se crie fissuras nos ciclos de reprodução das desigualdades. Que outros mundos profissionais, distantes do esvaziamento político do protagonismo e empreendedorismo incentivado sem os devidos recursos, sejam possibilitados a esses/as jovens.

Apontamos a importância do mesmo debate sobre diversidade junto às empresas, de modo que pensem aspectos afirmativos para a contratação de jovens pobres, pois a ausência dessa problematização tende a perpetuar a lógica do jovem colecionador de cursos de formação profissional, mas sem ocupação, diante do preconceito e da discriminação contra seus marcadores de classe, raça, gênero, sexualidade e território. É necessário, nesse sentido, pensar mecanismos institucionais de inserção e fortalecimento desses/as jovens no mercado de trabalho.

Por fim, propomos uma reflexão crítica dos projetos e programas pautados na ocupação do tempo ocioso dos/as jovens pobres, que, mesmo pautando-se no discurso vazio do direito ao esporte, lazer, cultura, inclusão produtiva, mobilidade, empreendedorismo e protagonismo juvenil, produzem uma inclusão perversa, a partir do controle dos comportamentos dos/as jovens para fins determinados socialmente. O esvaziamento político das propostas, a falta de recursos, a ausência da participação dos/as jovens na construção, são alguns dos mecanismos que contribuem, portanto, antes para a uma cidadania tutelada do que uma transformação das condições de opressão vivenciadas por eles/as.

Que a incorporação dessas sugestões nos espaços de decisão, nas políticas públicas, nas instituições, seja uma das contribuições dessa pesquisa em Psicologia Social, que se propôs dialeticamente produzir saberes e fomentar mudanças no contexto estudado, especialmente, na vida daqueles/as que participaram da construção desse conhecimento, a saber, os/as jovens rotulados/as *nem nem*.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS GERAIS

- Abramo, H. W. (2005). Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In P. Vannuchi, & R. Novaes (Orgs.), *Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação* (pp. 37-72). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Adrião, K. G. (2014). Perspectivas feministas na interface com o processo de pesquisa-intervenção - pesquisa com grupos no campo psi. *Labrys* (Online), 26, 70-85.
- Afonso, M. L. M. (2006). Oficinas em dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial. In *Oficinas em dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial* (pp. 09-61). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Aguila, E., Mejía, N., Pérez, F., Rivera, A. & Ramírez, E. (2015). Pobreza y vulnerabilidad en México: el caso de los jóvenes que no estudian ni trabajan. *Estudios económicos*, 30(1), 3-49.
- Alba, M. (2004). El Método ALCESTE y su aplicación al estudio de las Representaciones Sociales del Espacio Urbano: El caso de la Ciudad de México. *Papers on Social Representations*, 13(1), 01-20.
- Araújo, B. G. (2013). O programa social brasileiro e a consequente geração “nem - nem”. *Ibérica – Revista Interdisciplinar de Estudos Ibéricos e Ibero-americanos*, 22, 41-54.
- Baudrillard, J. (1992). *Simulacros e Simulações*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Benjet, C., Hernández-Montoya, D., Borges, G., Méndez, E., Medina-Mora, M. E., & Aguilar-Gaxiola, S. (2012). Jóvenes que ni estudian ni trabajan: salud mental, educación y empleo. *Salud Pública de Mexico*, 54(4), 410-417.
- Butler, J. (2015). *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Cabanas, P. H. F., Komatsu, B. K., & Menezes Filho, N. A. (2014). *Crescimento da Renda e as Escolhas dos Jovens entre os Estudos e o Mercado de Trabalho*. In XLII Encontro nacional de economia, Anais do XLII Encontro nacional de economia, Natal/ RN.
- Camarano, A. A., Pasinato, M. T. M., Arruda, M., & Lovisoló, N. (2001). *Os jovens brasileiros no Mercado de Trabalho*. Boletim de Mercado de Trabalho, IPEA, 17.

- Camarano, A. A., & Kanso, S. (2012). *O que estão fazendo os jovens que não estudam e nem trabalham?* Boletim Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise, IPEA, 53.
- Camarano, A. A., Kanso, S., Leitão e Mello, J., & Andrade, A. (2006). *Estão fazendo a transição os jovens que não estudam, não trabalham e não procuram trabalho?* In A. A. Camarano (Org.), *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?* (pp. 259-290). Rio de Janeiro: IPEA.
- Camarano, A. A., Vianna, C., Pazinato, M. T., & Kanso, S. (2003). *A transição para a vida adulta: novos ou velhos desafios?* *Boletim de Mercado - conjuntura e análise*, 21, 53-66.
- Camargo, B. V. (2005). ALCESTE: Um programa informático de análise quantitativa de dados textuais. In A. S. P. Moreira, J. C. Jesuino, & B. V. Camargo (Orgs.), *Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais* (pp. 511-539). João Pessoa: Editora Universitária da UFPB.
- Cardoso, A. (2013). *Juventude, trabalho e desenvolvimento: elementos para uma agenda de investigação.* *Caderno CRH* (UFBA. Impresso), 26, 293-314.
- Carone, I. (2007). *Por uma epistemologia historicamente orientada da Psicologia.* In A. M. Jacó-Villela & L. Sato (Orgs.), *Diálogos em Psicologia Social* (pp.197-207). Porto Alegre: Editora Evangraf Ltda/Abrapso Sul.
- Castells, M. (2000). *A Sociedade em rede.* São Paulo: Paz e Terra.
- Castro, J. A., Aquino, L. M. C., & Andrade, C. C. (2009). *Juventude e políticas sociais no Brasil.* Brasília: IPEA.
- Cedro, M. (2011). *Pesquisa social e fontes orais: particularidades da entrevista como procedimento metodológico qualitativo.* *Revista Perspectivas Sociais Pelotas*, 1, 1, 125-135.
- Cidade, E. C., Silva, A. M. S., & Ximenes, V. M. (2016). *Pobreza e juventude: implicações psicossociais, modos de vida e enfrentamento às adversidades cotidianas.* In V. M. Ximenes, B. B. Nepomuceno, E. C. Cidade, & J. F. Moura Júnior (Orgs.), *Implicações Psicossociais da Pobreza* (pp. 311-336). Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora.
- Coimbra, C. M. B. (2001). *Os especialistas da infância e da juventude: produzindo verdades competentes.* *Paidéia* (Ribeirão Preto), 11, 20, 85-88.

- Coimbra, C. M. B., & Nascimento, M. L. (2009). A produção de crianças e jovens perigosos: a quem interessa. In *Direitos Humanos não têm idade* (pp.58-63). Rio de Janeiro: Instituto São Martinho.
- Cordeiro, R. L. M. (2004). *Além das secas e das chuvas: os usos da nomeação mulher trabalhadora rural no Sertão Central de Pernambuco*. Tese (Doutorado), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Corseuil, C. H., Santos, C.D., & FOGUEL, M.N. (2001). *Decisões críticas em idades críticas: A escolha dos jovens entre estudo e trabalho no brasil e em outros países da América Latina*. Texto para discussão, IPEA, 797.
- Costa, J. S. M., & Ulysea, G. (2014). O fenômeno dos jovens nem-nem. In C. H. Corseuil & R. U. Botelho (Orgs.), *Desafios à trajetória profissional dos jovens brasileiros* (pp. 115-137.). Rio de Janeiro: IPEA.
- Dayrell, J. (2003). O jovem como sujeito social. *Revista Brasileira de Educação*, 24, 40-52.
- Dias, T. S. (2016). *Entre ausências, incertezas e labirintos: a inserção social de jovens que não trabalham nem estudam no Brasil*. Dissertação. Universidade de Brasília, Brasília, Brasil.
- Dias, T. S., & Vasconcelos, A. M. N. (2016). *Juventudes em transição no contexto do bônus demográfico: a inserção social dos/das jovens que não trabalham nem estudam*. In VII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población e XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Foz do Iguaçu/PR.
- Figueiredo, A. M. R., & Almeida, J. B. S. A. (2017). População nem-nem: uma análise a partir dos dados da PNAD 2012. *Revista de Estudos Sociais*, 38, 19, 106-129
- Foucault, M. (1992). *Microfísica do poder*. 10.ed. Rio de Janeiro: Graal.
- Galinkin, A. L., Almeida, A. M. O., & Anchieta, V. C. C. (2012). Representações sociais de professores e policiais sobre juventude e violência. *Paidéia*, 22(53), 365-374.
- Gomes, N. L. (2007). *Indagações sobre currículo: diversidade e currículo*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica.
- Grosso, L. A. (2017). Juventudes y políticas públicas: comentarios sobre las concepciones sociológicas de juventud. *Desidades*, 14, 9-17.
- Guareschi, N. M. F. (2008). Cultura, Identidades e Diferenças. *Reflexão e Ação (Online)*, 16, 10-18.

- Guzzo, R. S. L. (2016). A (des)igualdade social e a Psicologia: uma perspectiva para o debate sobre a pobreza. In V. M. Ximenes, B. B. Nepomuceno, E. C. Cidade, & J. F. Moura Júnior (Orgs.), *Implicações Psicossociais da Pobreza* (pp. 149-162). Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora.
- Haraway, D. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, 5, 07-41.
- Ibañez, T. G., & Iñiguez, L. (1996). Aspectos metodológicos de la Psicología Aplicada. In J. L. A. Estramiana & A. Garrido (Orgs.), *Psicología Aplicada* (pp. 57-82). Madrid: McGraw-Hill.
- Ibáñez, T.G. (1993). *Aproximaciones a la psicología social*. Barcelona: Sendai Ediciones.
- Itaboraí, N. R. (2015). *Mudanças nas famílias brasileiras (1976-2012): uma perspectiva de classe e gênero*. Tese (Doutorado), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
- Jodelet, D. (2001). Representações Sociais: um domínio em expansão. In *As Representações Sociais* (pp. 17- 44.). Tradução Lílian Ulup. Rio de Janeiro: Editora da UERJ.
- Koury, M. G. P. (2011). Medos urbanos e mídia: o imaginário sobre juventude e violência no Brasil atual. *Soc. estado.*, 26, 3, 471-486.
- Kronberguer, N., & Wagner, W. (2008). Palavras-chave em contexto: análise estatística de textos. In M. W. Bauer & G. Gaskell (Orgs.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático* (pp. 416-441). Petrópolis: Vozes.
- Malvasi, P. A. (2012). *Interfaces da vida loka: Um estudo sobre jovens, tráfico de drogas e violência em São Paulo*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Mayorga, C. (2006). Identidades e adolescências: Uma Desconstrução. *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 1(1), 1-20.
- Mayorga, C. (2007). Revisitando a pedagogia do oprimido: contribuições à psicologia social comunitária. In C. Mayorga, & M. A. M. Prado (Orgs.), *Psicologia social - articulando saberes e fazeres* (pp. 63-80). Belo Horizonte: Autêntica.
- Mayorga, C. (2013). Pesquisar a juventude e sua relação com a política: notas metodológicas. *Estudos de Psicologia (UFRN)*, 18, 343-350.

- Mayorga, C. (2014). Algunas contribuciones del feminismo a la psicología social comunitaria. *Athenea Digital*. Revista de pensamiento e investigación social, 14, 1, 221-236.
- Mayorga, C., & Nascimento, R. (2009). Dinâmicas da Transformação Social: Reflexões sobre a Pesquisa-ação em Contextos Comunitários. In C. Mayorga, E. P. Rasesa & M. S. Pereira (Orgs.), *Psicologia Social: sobre desigualdades e enfrentamentos* (pp. 163-179). Curitiba: Juruá.
- Mayorga, C., & Pinto, G.P. (2015). La recherche-intervention en tant que renforcement de la communauté politique. *Bulletin de Psychologie*, 68 (2), 536, 105-113.
- Mayorga, C., Marcal, M., Silva Junior, P. R., Freitas, R. V., Lino, T. R. (2013). Poor Youth and the Public School System: Challenges to Citizenship. *Les Cahiers de Psychologie Politique*, 23, 110-140.
- Mead, George Herbert (1993). *Espiritu persona y sociedad: desde el punto de vista del conductismo social*. México: Paidós.
- Menezes Filho, N. A., Cabanas, P. H., & Komatsu, B. K. (2013). “A Condição “Nem-nem” entre os Jovens é Permanente?”. *Inspere Policy Paper*, 7.
- Menezes, J. A., Colaço, V. F. R., & Adrião, K. G. (2018). Implicações políticas na pesquisa-intervenção com jovens. *Revista de Psicologia*, Fortaleza, 9(1), 8-17.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2013). *Os Jovens que não estudam nem trabalham no Brasil e o Bolsa Família*. Estudo Técnico N°15/2013, MDS: Brasília.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2013). *Os Jovens que não estudam nem trabalham no Brasil: discussão conceitual, caracterização e evolução de 2001 a 2011*. Estudo Técnico N.º 03/2013, MDS: Brasília.
- Monteiro, J. (2013, setembro). *Quem são os jovens Nem-Nem?: uma análise sobre os jovens que não estudam e não participam do mercado de trabalho*. Texto para Discussão n.34, FGV-IBRE: Rio de Janeiro.
- Montero, M. (2000). Construcción, desconstrucción, y crítica: teoría y sentido de la psicología social comunitaria en América Latina. In Campos, R. H. F., & Guareschi, P. A. (Orgs.), *Paradigmas em Psicologia Social: a perspectiva latino-americana* (pp. 70-87). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Montero, M. (2004). *Introducción a la psicología comunitaria – desarrollo, conceptos y procesos*. Buenos Aires: Paidós.

- Montero, M. (2006). *Hacer para transformar: el método en la psicología comunitaria*. Buenos Aires: Paidós.
- Moscheta, M., Souza, L. V., Casarini, K. A., & Scorsolini-Comin, F. (2016). Da (im)possibilidade do diálogo: conversações públicas e os direitos LGBTs. *Psicologia & Sociedade*, 28(3), 516-525.
- Nogueira, C., & Neves, S. (2005). Metodologias feministas: a reflexividade ao serviço da investigação nas ciências sociais. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18(3), 408-412.
- Oliveira, D. C., Gomes, A. M. T., & Marques, S. C. (2005). Análise estatística de dados na pesquisa das representações sociais: alguns princípios e uma aplicação ao campo da saúde. In M. S. Menin & A. M. Schimizu (Orgs.), *Experiência e representação social: questões teóricas e metodológicas* (pp.157-199). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Oliveira, F. C. (2013). *'Pau neles, não nos nossos': as representações sociais do tráfico de drogas na revista Veja (1968-2010) e suas implicações nas dinâmicas identitárias*. Dissertação (mestrado), Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, Brasil.
- Oliveira, F. C., Gianordoli-Nascimento, I. F., Santos, T. L. A., & Freitas, J. C. (2015). Fronteiras e pertencas: representações sociais e dinâmicas identitárias do tráfico de drogas na revista *Veja* (1968-2010). *Psicologia e Saber Social*, 4, 277-297.
- Pardo, M. S. (2012). Jóvenes que ni estudian ni trabajan: un riesgo para la cohesión social em America Latina. In F.J. Diaz, & P. Meller (Orgs.), *Violencia y Cohesión Social en América Latina* (pp. 161-208). Santiago, Chile: CIEPLAN.
- Paulino, D. S. (2016). *Os significados do trabalho para jovens nem-nem e suas estratégias de inserção no mercado de trabalho*. Dissertação (mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, Brasil.
- Pedrosa, R. M. (2012). *Mulheres criminosas: representações sociais sobre mulher e crime em dois jornais populares*. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, Brasil.
- Pedrosa, R. M., & Nascimento, A. R. A. (2015). Representações sociais sobre mulher e crime em dois jornais populares. *Revista Brasileira de Psicologia*, 2, 98-111.
- Remy, M.A.P.A., & Vaz, D.V. (2014). *Determinantes que impactam na probabilidade de o jovem não participar do mercado de trabalho e simultaneamente não estudar*. In XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, São Pedro/SP.

- Reyes-Terrón, A. M., & Elizarrarás-Hernández, M. (2013). Los jóvenes y las jóvenes en el Estado de México: sociodemografía y empleo 2010. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventude*, 11(1), 287-304.
- Rios Neto, E. L. G., & Golgher, A. (2003). *A oferta de trabalho dos jovens - tendências e perspectivas*. Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise, IPEA, 21,37-52.
- Santos, L. C., Mayorga, C. (2017). Entre as fronteiras do morar e o Direito de Decidir: Uma Etnografia das famílias removidas da Vila da Paz na cidade de Belo Horizonte. *Revista de Direito da Cidade*, 9, 233-275.
- Santos, M. F. S., Aléssio, R. L. S., & Silva, J. M. M. N. (2009). Os adolescentes e a violência na imprensa. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 25(3), 447-452.
- Sá-Silva, J. R., Almeida, C. D., Guindani, J. F. (2009). Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, 1(1), 1-15.
- Sato, L., & Souza, M. P. R. (2001). Contribuindo para desvelar a complexidade do cotidiano através da pesquisa etnográfica em psicologia. *Psicologia USP*, 12(2), 29-47.
- Silva, I. A. (2017). Respostas da política nacional de juventude para a realidade das mulheres da geração “nem-nem”. Uma análise das ações de educação e trabalho. *Revista Juventude e Políticas Públicas*, Brasília, 1, 2, 167-176.
- Silva, N. D. V., & Kassouf, A. L. (2002). A exclusão social dos jovens no mercado de trabalho brasileiro. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 19, 2, 99-115.
- Silva, R. S., & Silva, V. R. (2011). Política Nacional de Juventude: trajetória e desafios. *Caderno CRH*, 24(63), 663-678.
- Siqueira, L. B. O., Anderson, H, F. C. L., & Silva. M. B. V. (2017). Geração nem-nem e o efeito das aposentadorias e pensões. *Planejamento e Políticas Públicas – PPP*, IPEA, 48, 55-80.
- Souza e Silva, J., & Barbosa, J. L. (2005). *Favela: alegria e dor na cidade*. Rio de Janeiro: Ed. SENAC Rio.
- Souza, J. (2006). A gramática social da desigualdade brasileira. In *A invisibilidade da desigualdade brasileira* (pp. 23-53). Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Spósito, M. P. (2005). Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In H. W. Abramo, & P. P. M. Branco (Orgs.),

Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional (pp. 87-128).

São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Tillmann, E. A. (2013). *Escolaridade, rendimentos e desigualdade de gênero entre os jovens no Brasil*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.

Tillmann, E.A., & Comim, F. (2016). Os determinantes da decisão entre estudo e trabalho dos jovens no Brasil e a geração Nem-Nem. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 46, 2, 47-78.

Tommasi, L. (2010). *“Juventude em pauta”*: a juventude como campo de intervenção social. Projeto de Pesquisa. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil.

Queiroz, D. T., Vall, J., Souza, Â. M. A., & Vieira, N. F. C. (2007). Observação participante na pesquisa qualitativa: conceitos e aplicações na área da saúde. *Revista Enfermagem (UERJ)*, 15, 276-283.

Viveiros de Castro, E. (2002). O nativo relativo. *Mana*, 8(1), 113-148.

Waiselfisz, J. J. (2014). *Mapa da Violência*. Os jovens do Brasil. Brasília: FLACSO (Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais); Secretaria de Políticas de Promoção e Igualdade Racial; Secretaria Nacional da Juventude; Secretaria-Geral da Presidência da República.

APÊNDICE A

QUADRO SÍTESE DA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE OS/AS JOVENS NOMEADOS/AS *NEM NEM* NO BRASIL

Corseuil, Santos & Foguel (2001)	Realiza, em quatro países da América Latina, um estudo comparativo dos fatores que determinam a escolha dos jovens entre estudar, trabalhar, exercer ambas as atividades ou nenhuma delas.
Camarano, Pasinato, Arruda & Lovisolo (2001)	Analisa as características do processo de inserção no mercado de jovens de 15 a 24 anos, com base nos dados das PNADs de 1981 e 1999.
Silva & Kassouf (2002)	Analisa a situação do jovem, com idade entre 15e 24 anos, no mercado de trabalho brasileiro, buscando avaliar a magnitude e os determinantes do desemprego da juventude brasileira utilizando dados da PNAD de 1998.
Rios-Neto & Golgher (2003)	Descreve as tendências da oferta de trabalho dos jovens entre 1989 e 2001.
Camarano, Pasinato, Kanso & Vianna (2003)	Levanta algumas características do processo de transição do jovem brasileiro da infância para a vida adulta.
Spósito (2005)	Ao discutir a relação entre juventude e escola, discute sobre os jovens que não estudam e não trabalham.
Camarano, Kanso, Leitão e Mello & Andrade (2006)	Contextualiza os jovens <i>nem nem</i> à luz da transição para a vida adulta.
Castro, Aquino & Andrade (2009)	Exploram aspectos diferentes da temática da juventude e sua inserção na pauta das políticas públicas.
Camarano e Kanso (2012)	Realizam um estudo descritivo do perfil dos Nem-Nem com dados da PNAD de 2001 e 2011 para o Brasil.
Menezes Filho, Cabanas & Komatsu (2013)	Examinaram o crescimento da proporção de jovens “nem-nem”, com uma desagregação da sua taxa em dois fatores: a taxa de entrada nessa situação e sua duração média.

Cardoso (2013)	Mostra que, no Brasil, a condição “ <i>nem nem</i> ” é estrutural, e propõe um modelo analítico de explicação das transformações ocorridas entre 2000 e 2010.
Araújo (2013)	Propõe pensar o Brasil, e os rumos particulares, pontuais, mesquinhos, patrimonialistas e paternalistas, que a política Nacional vem adotando.
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2013)	Dados da PNAD 2011 são utilizados para analisar alguns dos determinantes do fenômeno no Brasil e examinar se a condição de membro de família beneficiária do programa Bolsa Família (BF) está associada a uma menor probabilidade de o jovem ser encontrado na condição de <i>nem nem</i> .
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2013)	Investiga o problema dos jovens que não estudam nem trabalham (NEET) no Brasil nos anos 2000.
Monteiro (2013)	Caracteriza o grupo <i>nem nem</i> e busca entender como esse grupo de jovens inativos evoluiu nos anos 2000.
Cabanas, Komatsu & Menezes Filho (2014)	Simulam situações para observar os impactos sobre as probabilidades de os jovens alterarem ou não a situação de atividade econômica e estudantil.
Remy & Vaz (2014)	Analisa o perfil dos jovens que não estudam e não trabalham ao longo da primeira década dos anos 2000 no estado do Rio de Janeiro.
Tillmann (2013)	Busca identificar características dos jovens ligadas à alocação do tempo entre trabalhar e estudar.
Costa & Ulyssea (2014)	Abordam o fenômeno <i>nem-nem</i> e sua evolução num período de vinte anos, segundo dados da PNAD coletados de 1992 a 2012.
Itaboraí (2015)	Busca quantificar e qualificar as transformações nas experiências das juventudes brasileiras com ênfase nas desigualdades de gênero e classe.
Dias (2016)	Problematiza até que ponto a categoria <i>nem-nem</i> abarca, de fato, uma população em risco.
Dias & Vasconcelos (2016)	Debatem o bônus demográfico como momento importante de oportunidade para melhoria de condições sociais da população brasileira, com foco nos/as jovens pertencentes ao grupo não inserido no mercado de trabalho e no sistema educacional (identificados como “ <i>nem nem</i> ”).

Paulino (2016)	Investigou a relação entre significado do trabalho e os comportamentos de busca de emprego para jovens <i>nem nem</i> .
Tillmann & Comim (2016)	Identificam características dos jovens ligadas à decisão entre trabalhar e estudar. Para tal, duas definições de trabalho são utilizadas: a de ocupação remunerada e a que inclui os trabalhos sem remuneração, entre estes, a responsabilidade sobre os afazeres domésticos.
Siqueira, Lima & Silva (2017)	Averigam como a presença de aposentados e pensionistas no domicílio afeta a probabilidade de jovens corresidentes desses beneficiários encontrarem-se nas condições de estudantes e/ou trabalhadores ou de não realizarem nenhuma dessas duas atividades.
Figueiredo & Almeida (2017)	Estudam o subgrupo populacional dos jovens de modo que se possa identificar quem entre eles e por que estão na condição “Nem-Nem”.
Silva (2017)	Analisa as ações de educação e trabalho da Política Nacional de Juventude no contexto da realidade das mulheres jovens que nem estudam nem trabalham.

APÊNDICE B

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

1) Apresentação do Pesquisador

- Nome
- Explicação da pesquisa
- Informações sobre anonimato e confidencialidade
- Combinados sobre a gravação e interrupção

2) Temas e Questões para o diálogo com o/a interlocutor/a

Família

- Composição familiar
- Relações de proximidade/afastamento com os familiares
- Vida escolar dos familiares
- Vida laboral dos familiares
- Responsabilidades

Educação

- Vida escolar
- Acesso à escola
- Relações com a escola e seus atores
- Papel/função da escola na sociedade
- Projetos e perspectivas pessoais em relação à escola

Trabalho/renda

- Vida laboral
- Acesso ao trabalho
- Relações no trabalho
- Papel/função do trabalho na sociedade
- Projetos e perspectivas pessoais em relação a trabalho/renda

Espaço/território

- Relações com o lugar
- Circulação/mobilidade
- Atividades realizadas
- Limitações/avanços
- Relações com a cidade

Religião

- Vinculação religiosa
- Participação em espaços religiosos

Sociabilidade

- Relação com pares
- O que fazem juntos
- Relações afetivas/sexuais
- Formação de grupos/coletivos

Esporte/Cultura

- Realização de atividades esportivas
- Lazer e consumo
- Interesses culturais
- Participação em atividades culturais
- Culturas juvenis

Segurança/Violência/Criminalidade

- Segurança/insegurança
- Violação de direitos
- Relação com a polícia
- Relação com os órgãos de justiça
- Mundo do crime/tráfico de drogas

Estado/Sociedade

- Projeto de sociedade/país
- Relação com as instituições/estado
- Acesso e uso de políticas públicas
- Relação projetos pessoais / sociedade
- Atuação de ONGs

Saúde

- Acesso a políticas de saúde
- Histórico prevenção/tratamento de saúde

Política

- Participação social e política
- Grupos/coletivos
- Percepções sobre política institucional/partidária

Jovens *nem nem*

- Relações com o tema
- Fontes de informações

Dinâmicas de opressão

- Preconceito/discriminação
- Raça
- Classe
- Gênero
- Sexualidade/orientação sexual
- Geração
- Território
- Genocídio da juventude negra

APÊNDICE C

ROTEIRO DA RODA DE CONVERSA

Foi proposto ao grupo a realização de uma roda de conversa sobre a trajetória de escolarização e trabalho das/os jovens adolescentes moradoras de favelas e periferias.

A roda de conversa buscou conhecer as experiências das/os adolescentes relacionadas à educação e trabalho; compreender as proximidades e distanciamentos das experiências das/os jovens em relação ao que se nomeia como jovem *nem nem*; possibilitar uma reflexão às/aos jovens sobre suas trajetórias de escolarização e trabalho.

Para conhecer a história familiar das/os adolescentes e a transmissão geracional das perspectivas de escolarização e trabalho; compreender os projetos de vida familiar e pessoal; possibilitar a reflexão sobre os desafios de realizar os projetos propostos, propusemos a discussão em três momentos, como seguem os comando abaixo para cada um deles:

PASSADO

Histórico da família, locais onde morou, escolarização dos pais, memórias da infância/adolescência, locais onde estudou/trabalhou;

PRESENTE

Situação atual de estudo/trabalho, atividades de lazer, relacionamentos, dificuldades enfrentadas, ajudas e apoios recebidos;

FUTURO

O que pretende para o futuro, quais dificuldades imagina enfrentar, quais apoios serão necessários.

APÊNDICE D



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
 FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
 DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO Participante Maior de 18 anos

Você está sendo convidado(a) para participar como voluntário(a) da pesquisa de doutorado intitulada **O jovem *nem nem* brasileiro nas pesquisas sobre juventude e para jovens moradores de periferia**, desenvolvida pelos pesquisadores Paulo Roberto da Silva Junior e Profa. Dra. Cláudia Mayorga, ambos vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais.

O objetivo deste estudo é o de compreender as noções compartilhadas sobre o jovem *nem nem* brasileiro nas pesquisas da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre juventude e nas experiências de jovens moradores de favelas/periferias da Região Metropolitana de Belo Horizonte/MG. Sua colaboração para a pesquisa será no sentido de participar de entrevistas semiestruturadas previamente agendadas com o pesquisador responsável, no dia, horário e lugar de sua preferência.

O estudo não tem objetivo lucrativo e não apresentará nenhum tipo de riscos ou prejuízo a você. Não será realizado nenhum pagamento por sua colaboração, a não ser uma contribuição para custear os gastos com transporte de ida e volta, caso a entrevista seja realizada em um local distante. Você, a qualquer momento, poderá interromper sua participação na pesquisa e, também, retirar o consentimento para o uso da sua entrevista na pesquisa, sem que isso lhe traga qualquer penalidade ou prejuízo. As informações conseguidas através desta pesquisa são sigilosas e não permitirão a identificação da sua pessoa, seja pelo nome ou qualquer outro tipo de dado ou elemento, exceto aos responsáveis pelo estudo. A divulgação das mencionadas informações será feita no meio acadêmico e científico. Sempre que você desejar serão fornecidos esclarecimentos sobre cada uma das etapas do estudo.

Caso aceite fazer parte do estudo assine ao final deste documento nas duas vias. Uma delas é sua e a outra é do responsável pelo trabalho. Se não desejar participar você não será penalizado(a) de maneira alguma.

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO COMO INFORMANTE

Eu, _____, RG _____, concordo em participar como informante da pesquisa **O jovem *nem nem* brasileiro nas pesquisas sobre juventude e para jovens moradores de periferia**. Declaro que fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pelo pesquisador sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como a ausência de riscos decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que minha identidade será mantida em sigilo e que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Nome do(a) participante

Assinatura do(a) participante

 Paulo Roberto da Silva Junior
Pesquisador responsável
 9993 0728 / 3409 5022 / 3409 3806
paulosilva.junior@yahoo.com.br

Assinatura do pesquisador responsável

Belo Horizonte, _____ de _____ de 2017.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
 FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
 DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
Participante Menor de 18 anos

Você está sendo convidado(a) para participar como voluntário(a) da pesquisa de doutorado intitulada **O jovem *nem nem* brasileiro nas pesquisas sobre juventude e para jovens moradores de periferia**, desenvolvida pelos pesquisadores Paulo Roberto da Silva Junior e Profa. Dra. Cláudia Mayorga, ambos vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais.

O objetivo deste estudo é o de compreender as noções compartilhadas sobre o jovem *nem nem* brasileiro nas pesquisas da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre juventude e nas experiências de jovens moradores de favelas/periferias da Região Metropolitana de Belo Horizonte/MG. Sua colaboração para a pesquisa será no sentido de participar de entrevistas semiestruturadas previamente agendadas com o pesquisador responsável, no dia, horário e lugar de sua preferência.

O estudo não tem objetivo lucrativo e não apresentará nenhum tipo de riscos ou prejuízo a você. Não será realizado nenhum pagamento por sua colaboração, a não ser uma contribuição para custear os gastos com transporte de ida e volta, caso a entrevista seja realizada em um local distante. Você, a qualquer momento, poderá interromper sua participação na pesquisa e, também, retirar o consentimento para o uso da sua entrevista na pesquisa, sem que isso lhe traga qualquer penalidade ou prejuízo. As informações conseguidas através desta pesquisa são sigilosas e não permitirão a identificação da sua pessoa, seja pelo nome ou qualquer outro tipo de dado ou elemento, exceto aos responsáveis pelo estudo. A divulgação das mencionadas informações será feita no meio acadêmico e científico. Sempre que você desejar serão fornecidos esclarecimentos sobre cada uma das etapas do estudo.

Caso aceite fazer parte do estudo assine ao final deste documento nas duas vias. Uma delas é sua e a outra é do responsável pelo trabalho. Se não desejar participar você não será penalizado(a) de maneira alguma.

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO COMO INFORMANTE

Eu, _____, RG _____, concordo em participar como informante da pesquisa **O jovem *nem nem* brasileiro nas pesquisas sobre juventude e para jovens moradores de periferia**. Declaro que fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pelo pesquisador sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como a ausência de riscos decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que minha identidade será mantida em sigilo e que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Nome do(a) participante

Assinatura do(a) participante

Paulo Roberto da Silva Junior
Pesquisador responsável
 9993 0728 / 3409 5022 / 3409 3806
 paulosilva.junior@yahoo.com.br

Assinatura do pesquisador responsável

Belo Horizonte, _____ de _____ de 2017.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
 FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
 DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
Responsável por Participante Menor de 18 anos

O adolescente/jovem sob sua responsabilidade está sendo convidado(a) para participar como voluntário(a) da pesquisa de doutorado intitulada **O jovem *nem nem* brasileiro nas pesquisas sobre juventude e para jovens moradores de periferia**, desenvolvida pelos pesquisadores Paulo Roberto da Silva Junior e Profa. Dra. Cláudia Mayorga, ambos vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais.

O objetivo deste estudo é o de compreender as noções compartilhadas sobre o jovem *nem nem* brasileiro nas pesquisas da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre juventude e nas experiências de jovens moradores de favelas/periferias da Região Metropolitana de Belo Horizonte/MG. A colaboração do adolescente/jovem, sob sua responsabilidade, para a pesquisa será no sentido de participar de entrevistas semiestruturadas previamente agendadas com o pesquisador responsável, no dia, horário e lugar de preferência do adolescente/jovem.

O estudo não tem objetivo lucrativo e não apresentará nenhum tipo de riscos ou prejuízo ao adolescente/jovem. Não será realizado nenhum pagamento pela colaboração, a não ser uma contribuição para custear os gastos com transporte de ida e volta, caso a entrevista seja realizada em um local distante. Você e o adolescente/jovem, a qualquer momento, poderão interromper a participação na pesquisa e, também, retirar o consentimento para o uso da entrevista na pesquisa, sem que isso traga qualquer penalidade ou prejuízo. As informações conseguidas através desta pesquisa são sigilosas e não permitirão a identificação do adolescente/jovem, seja pelo nome ou qualquer outro tipo de dado ou elemento, exceto aos responsáveis pelo estudo. A divulgação das mencionadas informações será feita no meio acadêmico e científico. Sempre que vocês desejarem serão fornecidos esclarecimentos sobre cada uma das etapas do estudo.

Caso autorize o adolescente/jovem fazer parte do estudo, assine ao final deste documento nas duas vias. Uma delas é sua e a outra é do responsável pelo trabalho. Não haverá penalização alguma caso você não autorize a participação do adolescente/jovem.

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO COMO INFORMANTE

Eu, _____, RG _____, autorizo _____, O

adolescente/jovem, _____, RG _____, a participar como informante da pesquisa **O jovem *nem nem* brasileiro nas pesquisas sobre juventude e para jovens moradores de periferia**. Declaro que fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pelo pesquisador sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como a ausência de riscos decorrentes da participação do adolescente/jovem. Foi-me garantido que a identidade do adolescente/jovem será mantida em sigilo e que eu e o adolescente/jovem podemos retirar este consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Nome do responsável pelo(a) participante

Assinatura do responsável pelo(a) participante

 Paulo Roberto da Silva Junior
Pesquisador responsável
 9993 0728 / 3409 5022 / 3409 3806
paulosilva.junior@yahoo.com.br

Assinatura do pesquisador responsável

Belo Horizonte, _____ de _____ de 2017.